9.5
189m

ESTADO DO AMAZONAS

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

AmM

MANAUS - 1989

MENSAGEM
À
ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA

AMAZONAS (ESTADO) Governador, 1988 – (Amazonino Mendes).
Mensagem à Assembléia Legislativa 1989. Manaus, Diário Oficial, 1989.

CDD: 353.9

CODEAMA
Reg. n.º 11.013 ex. 2
Data 22 / 03 / 91

AMAZONINO ARMANDO MENDES
Governador do Estado do Amazonas

ESTADO DO AMAZONAS

Governador do Estado
Amazonino Armando Mendes

Vice-Governador do Estado
Vivaldo Barros Frota

Secretário de Governo do Estado
Jaithy de Oliveira Chaves

Secretário Chefe da Casa Civil
José Alves Pacífico

Secretário Chefe da Casa Militar
Odacy de Lima Okada

Secretário Particular
Arnoldo de Oliveira Nazareth

Secretário de Coordenação do Planejamento
José Renato da Frota Uchôa

Secretário de Comunicação Social

SecretáriO de Apoio do Governo do Amazonas em Brasília - DF
Ângelo Frederico Gavotti Verospi

Secretário para Assuntos Especiais
Iomar Cavalcante de Oliveira

Secretário da Justiça
Afonso Luiz Costa Lins

Secretário da Educação e Cultura
José Melo de Oliveira

Secretário da Produção Rural e Abastecimento
Liberato Viana Barroso

Secretário da Fazenda
Alfredo Pereira do Nascimento

Secretário da Saúde
Luis Fernando Sarmento Nicolau

Secretário da Administração
Geraldo Andrade da Silva

Secretário da Segurança
Raimundo Nonato Lopes

Secretário da Indústria, Comércio e Turismo
Osiris Messias Araújo da Silva

Secretária do Trabalho e Bem-Estar Social
Maria do Socorro Dutra Lindoso

Secretário dos Transportes e Obras
José Augusto Almeida

Secretário para Promoção e Desenvolvimento do Setor Primário
Mário Antônio da Silva Sussmann

Secretário para Promoção do Desenvolvimento das Áreas de Fronteiras
Paulo Roberto de Moraes Rego Figueiredo

Procurador Geral do Estado
Vicente Mendonça Júnior

Procurador Geral da Justiça
Aguinelo Balbi

SUMÁRIO

I. Apresentação
II. Resumo dos Relatórios de Atividades das Secretarias de Estado.

1. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN
   - Centro de Desenvolvimento Pesquisa e Tecnologia do Estado do Amazonas – CODEAMA
   - Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal – ICOTI

2. Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ
   - Processamento de Dados do Amazonas – PRODAM
   - Banco do Estado do Amazonas – BEA

3. Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo – SIC
   - Centro de Apoio a Pequena e Média Empresa do Amazonas – CEAG
   - Empresa Amazonense de Turismo – EMAMTUR

4. Secretaria de Estado da Educação e Cultura – SEDUC
   - Instituto de Educação Rural do Amazonas – IERAM
   - Superintendência de Televisão e Rádio Educativa do Amazonas – STREA
   - Superintendência de Educação Física e Desportos do Estado do Amazonas – SEDAM
   - Superintendência de Teatro do Amazonas – STA

5. Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS
   - Instituto de Terras e Colônia do Amazonas – ITERAM

6. Secretaria de Estado da Administração – SEAD

7. Secretaria da Produção Rural e Abastecimento – SEPROR
   - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER
   - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Amazonas – CEPA
   - Empresa Amazonense de Dendê – EMADE
   - Matadouro Frigorífico de Manaus S/A – FRIGOMASA

8. Secretaria de Estado da Saúde – SESAU

9. Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESEG
   - Polícia Militar do Amazonas – PMAM

10. Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social – SETRABES
    - Instituto Estadual do Bem-Estar do Menor – IEBEM

11. Secretaria de Estado dos Transportes e Obras – SETRAN
    - Superintendência Obras – SUPLAN
    - Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas – DERAM
    - Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Amazonas – DETRAN

12. Secretaria de Comunicação Social – SECOM

13. Secretaria de Estado para Promoção do Desenvolvimento das Áreas de Fronteiras – SEDAF

14. Secretaria de Apoio em Brasília – SEAB

15. Secretaria para Promoção do Desenvolvimento – SEDPE

16. Secretaria de Governo do Estado

17. Secretaria de Estado para Assuntos Especiais

18. Secretaria de Estado da Casa Militar

19. Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA

20. Companhia Energética do Amazonas – CEAM

21. Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Amazonas – IPASEA

22. Sociedade de Habitação do Amazonas – SHAM

23. Fundação para o Desenvolvimento e Apoio Comunitário do Estado do Amazonas – FUNDAC

24. Procuradoria Geral do Estado – PGE

25. Procuradoria Geral da Justiça – PGJ

I - Apresentação

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Governador

MENSAGEM Manaus, 1º de março de 1989.

Senhor Presidente,
Senhores Deputados:

Honra-me sobremaneira trazer à lúcida e abalizada apreciação desta Augusta Assembléia Legislativa a MENSAGEM ANUAL sobre a situação econômica, financeira, política, social e administrativa do Estado do Amazonas, conforme prescreve o artigo 43, inciso XVII, da Constituição do Estado. E é com a consciência do dever cumprido que presto contas aos dignos representantes do povo amazonense. Desde a minha posse tenho procurado incessantemente lutar pela superação das enormes desigualdades sociais que afligem o Amazonas, notadamente no interior do Estado, onde se concentra grande contingente de conterrâneos à margem do progresso material e cultural, formando uma sociedade carente das prioridades governamentais.

O meu Governo tem se esforçado e conseguido manter o diálogo democrático com todos os segmentos da sociedade amazonense, pois acredito que somente assim se conseguirá planejar e executar um modelo de desenvolvimento abrangente, que permita o crescimento econômico e, por conseguinte, a elevação do padrão de vida do povo.

Assim é e assim será a ação do Governo até seu final: o diálogo democrático, contrapondo-se à prepotência e ao abuso de poder; as decisões abertas, ao contrário dos subterfúgios que beneficiem grupos privilegiados; a moralidade administrativa, em contraposição à corrupção; a austeridade, em lugar do desperdício; a ampliação e a construção da rede de serviços básicos, a substituírem obras suntuosas e faraônicas; a restauração do patrimônio público, ao invés da decadência e do abandono; a responsabilidade, em oposição à impunidade.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado ÁTILA SIDNEY LINS DE ALBUQUERQUE
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa
N e s t a

Sob a égide de meu Governo elaborar-se-á a NOVA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO O AMAZONAS, que espero e confio seja voltada para o crescimento moral, intelectual e material do nosso povo. Que Deus ilumine os nossos Constituintes, para que possam produzir um texto constitucional digno da grandeza do povo amazonense.

O Programa de Trabalho do Governo do Estado, para 1989, está expresso no Orçamento Programa, aprovado po esta Casa Legislativa.

Como medida de economia, apelo a todos os dirigentes de órgãos da Administração Direta e Indireta para que procurem, a todo custo, praticar a contenção de despesas, colaborando com eficácia para a não desestruturação original do Orçamento.

No campo macro-econômico, dois eventos contribuirão, em 1989, para significativo alento à economia do Estado: a inauguração da Hidrelétrica de Balbina e a exploração comercial do petróleo descoberto no Rio Urucu.

Quanto à Hidrelétrica de Balbina, apesa de sua pequena capacidade geradora de energia, espera-se considerável redução de combustível no parque térmico que abastece Manaus.

A exploração comercial do óleo do Rio Urucu confirma a existência de grandes reservas na região, proporcionando o ingresso de recursos advindos dos impostos gerados por esta atividade, além de favorecer a futura implantação de um pólo petroquímico no Amazonas, com enormes benefícios ao Estado.

No decorrer de 1988 lutei ombro a ombro com os parlamentares amazonenses no Congresso Nacional, para a aprovação da constitucionalização da Zona Franca de Manaus. Graças aos esforços de cada um de nós, vencemos, e aproveito esta oportunidade para agradecer a toda a nossa Bancada no Congresso o esforço denodado para tamanha conquista.

Atualmente o meu Governo enfrenta um grande desafio: organizar a máquina administrativa do Estado, discipliná-la e saneá-la. Longe de mero capricho, esta providência é imperativa; se não efetivada, cobrará pesados tributos a meus sucessores e aos amazonenses. É praticamente impossível aplicar investimentos e remunerar condignamente o funcionário público, sem extirpar em definitivo os males dos mecanismos administrativos. Sei que muitos não entendem a necessidade de tais medidas; por isso mesmo, só me curvarei ao julgamento da História. Ela registrará o acerto ou o erro das reformulações.

As realizações em 1988 encontram-se descritas detalhadamente nos relatórios de cada Secretaria de Estado, anexos a esta Mensagem. Destaco apenas algumas das ações mais relevantes de interesse da população.

Particularizo a duplicação da Rodovia Torquato Tapajós até a Ponte da Bolívia, que aumentou o conforto e segurança dos seus milhares de usuários; a reconstração da Vila Olímpica, com uma das mais modernas pistas de atletismo da América do Sul e, por isso, incluída no calendário de competições esportivas e nível mundial; a construção do Centro Educacional e Esportivo de Parintins, o "Bumdódromo" em homenagem à cultura e ao folclore do Amazonas; a instalação de Unidades Geradoras de Energia em diversos municípios do interior do Amazonas, aumentando o potencial

de investimentos privados naquelas regiões; a modernização e ampliação da Estação de Tratamento de Água da COSAMA em Manaus, satisfazendo os anseios, de muitos tempos, dos manauaras, por água pura e cristalina para seu abastecimento; o Projeto "Meu Filho", que recebeu centenas de crianças abandonadas, ensinando-lhes um ofício: as Escolas Agro-Técnicas de TEFÉ, HUMAITÁ, NOVO ARIPUANÃ, BENJAMIN CONSTANT e SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, destinadas à formação de profissionais para o desenvolvimento rural; a constituição da Companhia Pescado da Amazônia S/A, recent mente privatizada por decreto governamental, que disciplinará a captura, beneficiamento e comercialização do peixe; a construção das pontes "MAMUD AMED" e "ADAMASTO FIGUEIREDO" na Rodovia Am 010, que reduziu o tempo de viagem entre Manaus e Itacoatiara e eliminou a desconfortável travessia por balsas.

Desejaria, ainda, citar dois fatos de alta relevância para o Amazonas. Refiro-me ao TEATRO AMAZONAS e à distribuição de implementos agrícolas no interior do Estado.

O TEATRO AMAZONAS, símbolo maior da cultura amazonense, está sendo completamente recuperado dentro de seu projeto original; peças do seu acervo, até então dispersas ou abandonadas, foram resgatadas e passam por criteriosos e especializados processos de restauração. O madeirame foi completamente substituído e tratado com produtos químicos inseticidas. Os equipamentos de iluminação, som e efeitos especiais, são os mais modernos ora fabricados. As cores da pintura original serão respeitadas, com a colaboração de historiadores, amazonólogos e estudiosos de nossa terra, tudo para não esquecer nenhum detalhe. Trata-se de uma recomposição completa e não apenas uma reforma. Por todos esses motivos a obra não pôde ser, como querem muitos, rápida, sob pena de comprometer irremediavelmente as características originais desse monumento histórico.

O programa de distribuição de implementos agrícolas no interior do Estado tornou-se premente para auxiliar os nossos irmãos interioranos no seu dia-a-dia pela sobrevivência, na luta contra as condições adversas do clima, da vegetação e do regime dos rios. Emociona e gratifica ver nos olhos desses novos conterrâneos a esperança e a certeza de que agora a vida será menos árdua, menos estafante e mais produtiva.

No segmento da saúde destaco a construção do Hospital FRANCISCA MENDES, no Bairro da Cidade Nova. Será entregue à população totalmente equipado com 100 leitos, aumentando a oferta de vagas. A grande inovação no hospital é que contará com 6 vagas para vítimas de queimaduras graves, dispositivo único na Amazônia Brasileira. A implantação desse sistema, por sua sofisticação e instrumentos especiais, correspondente a 45 leitos convencionais. A partir de sua operacionalização serão possíveis cirurgias de recuperação estética em pessoas acidentadas pelo fogo.

Outra realização de meu Governo, de fundamental importância para o Estado: melhorias nos sistemas viários dos Municípios de ALVARÃES, AMATURÁ, EIRUNEPÉ, ENVIRA, PARINTINS, SANTA ISABEL DO RIO NEGRO, SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, TABATINGA, TEFÉ, URUCURITUBA, ITACOATIARA, MANACAPURU, HUMAITÁ, MANICORÉ, RIO PRETO DA EVA, CAREIRO DA VÁRZEA, MAUÉS e LÁBREA, obras previstas no Programa de Interiorização e Desenvolvimento do Estado

do Amazonas – PID/AM. Foi usado com total sucesso o moderno método de pavimentação com asfaltamento a frio, que tem aumentado o rendimento e a qualidade dos serviços.

Outra obra muito significativa do Governo Estadual no Programa de Interiorização e Desenvolvimento do Estado do Amazonas – PID/AM: a construção de 22.606 metros de estradas vicinais nos Municípios de ANORI, ALVARÃES, ENVIRA e ITACOATIARA, e mais de vicinais custeadas com recursos do PDRI.

No âmbito do desenvolvimento industrial, foram aprovados pelo CODAM 154 projetos, totalizando investimentos superiores a 127 bilhões de cruzados e aproximadamente 26.000 novas oportunidades de emprego. Foram definidos também 23 programas de regionalização para empresas integrantes do subsetor eletro-eletrônico, correspondente, em termos de compras no mercado local, ao valor de 165 milhões de dólares, com um acréscimo de 120% em relação ao ano de 1987.

Em 1988 o meu Governo procurou promover a reposição do poder aquisitivo do funcionário público estadual mediante a concessão de reajustes diferenciados, objetivando contemplar as classes de menores ganhos. Seria veleidade minha declarar que os aumentos salariais foram suficientes, pois a terrível inflação que solapa a economia do País impossibilita e reduz quase a zero qualquer esforço no sentido de ao menos equilibrar rendimentos e consumo.

A EDUCAÇÃO também merece destaque no decorrer de 1988. Foram efetuadas reformas e construções de diversas escolas no interior e na capital. O número de salas de aula que, no ano de 1987, era de 3.388, passou a 3.804, com acréscimo de 416. As matrículas em todo o Estado aumentaram de 317.114, em 1987, para 342.562, em 1988.

Em 1988 tivemos procura acentuada de vagas nas escolas públicas, em todas as séries, por causa dos elevados custos das mensalidades nas instituições privadas. Mais uma preocupação para meu Governo, que paulatinamente estamos equacionando.

Em 1988 mantiveram-se as atividades fazendárias direcionadas para a consecução do equilíbrio orçamentário e financeiro, estimulando-se o aumento dos níveis da arrecadação tributária. Foi dada atenção especial à operacionalização de rígido e persistente controle e acompanhamento das receitas e despesas dos diversos órgãos governamentais, com o principal objetivo de se alcançar as metas mensais da programação financeira do Estado, de acordo com as reais disponibilidades de recursos públicos. As metas da programação financeira foram alcançadas através do permanente ajuste do fluxo de caixa às necessidades da administração estadual.

A execução sistêmica da administração financeira do Estado, com destaque ao efetivo controle dos gastos públicos, vem sendo conduzida com êxito pela Secretaria da Fazenda.

A Receita Pública do Estado, em 1988, teve um bom desempenho, cujo resultado garantiu o atendimento de todos os encargos e compromissos do Governo, com destaque para o pagamento dos servidores estaduais, mesmo com os reajustes e abono concedidos, conforme estabelecido no Calendário Mensal de Pagamentos.

Senhor Presidente,
Senhores Deputados:

Temos longo caminho a percorrer. Acredito que passos importantes foram dados, numa demonstracão de como é e como age o nosso Governo. Um Governo de liberdade. Um Governo que não persegue ninguém por discordar, pois todo cidadão é livre para expressar suas opiniões. Um Governo de transparência, no qual se trabalha sem subterfúgios. Um Governo de justiça, empenhado na defesa e promoção de direitos da pessoa humana, no resgate de cidadania, e que não transige com a impunidade e assim vai proceder sempre.

Por isto, o respeito e o acatamento ao Judiciário têm sido uma das normas do meu Governo. Estamos convictos da relevância da contribuição da Justiça Amazonense ao processo de mudanças que desenvolve o Estado. A democracia brasileira somente será construida e consolidada com a participação da magistratura honrada e independente que disponha, sempre, da confiança e do apreço da populacão. O projeto de modernização crescente do Judiciário, para atender às necessidades dos Tribunais e do povo, leva o apoio e a solidariedade da nossa administração.

Senhor Presidente,
Senhores Deputados:

Agradeço a todos os segmentos da sociedade amazonense pelo apoio e compreensão que dedicarem à ação do Governo do Estado. O Amazonas inteiro pode ter certeza de que o seu Governador continuará lutando para se tornar cada vez mais digno do cargo, digno da sua história, de seus anseios mais profundos, e de sua vontade de progresso.

Para o cumprimento de minha missão de governante continuo confiante no apoio desta Casa Legislativa, pois aqui vibra a sede da representação viva e legítima de nosso povo. Aqui estão palpitando as esperanças populares para a definição e realização do bem comum, nestes tempos tão atribulados que todo o País está enfrentando. Unamo-nos para o progresso e para a paz social, independentemente de divergências políticas ou partidárias. Não haverá progresso se o nosso povo tiver que suportar as penas da privação e da fome. Não haverá paz se a injustiça e a prepotência se sobrepuserem ao direito e ao diálogo democrático. Unamo-nos todos para a construção de uma sociedade inspirada nos princípios de autêntica democracia. Vamos juntos construir o nosso mundo de paz e prosperidade. Assim venceremos, mercê de Deus.

AMAZONINO ARMANDO MENDES
Governador do Estado

II - Resumo dos Relatórios

SEPLAN

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
– SEPLAN –

Relatório/1988

A Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, coerente com a filosofia do Governo do Estado do Amazonas, atuou em mais um ano de trabalho, com austeridade no trato dos recursos públicos. Os valores repassados efetivamente se tornaram instrumento de desenvolvimento tanto para a capital quanto para o interior do Estado.

Internamento o esforço de modernização por parte da **SEPLAN** tem procurado consolidar-se. A aquisição, em 1987, de doi :micro computadores colaboraram definitivamente para o alcance desta meta, principalmente com dois programas que consideramos de suma importância: o **Sistema Estadual de Planejamento** e o **Sistema de Acompanhamento de Projetos.**

A seguir destacam-se as principais atividades desenvolvidas pela **SEPLAN.**

MENSAGEM GOVERNAMENTAL – 1988

Dentro das atividades regulares da **SEPLAN** está a organização da **Mensagem** Governamental, baseada a partir de relatórios anuais enviados pelos diversos órgãos de Administração Estadual.

A **Mensagem** de 1988 correspondeu ao ano inaugural do **Governo Amazonino Mendes,** onde foram citadas as principais realizações desta administração.

ORÇAMENTO PROGRAMA – 1989

A Proposta Orçamentária para o exercício de 1989 se inscreveu em contexto da maior relevância histórica e política, em virtude da promulgação da nova ordem constitucional do País, a qual tem promovido profundas e significativas mudanças institucionais, econômicas e sociais. Assim a Proposta Orçamentária ora vigente constitui o resultado do esforço de compatibilização entre a complexibilidade das funções de Governo e a transferência das intenções de despesas, por isso, neste sentido, foram consideradas as diretrizes contidas no Programa de Interiorização e Desenvolvimento do Estado do Amazonas – **PID/AM,** base sobre a qual se assenta a ação do Governo.

A Proposta Orçamentária para o exercício de 1989 está estimada em Cz$ 348.172.175.000,00 Desse total Cz$ 202.442.000.000,00 correspondem à receita tributária, enquanto Cz$ 106.734.933.000,00, representam às Transferências Correntes. O montante das operações de crédito está fixado em Cz$ 26.217.675.000,00. As Receitas de outras Fontes, geradas pelas entidades da Administração Indireta, atingem Cz$ 6.723.367.000,00.

Os dispêndios com pessoal foram limitados em 31% das despesas. Para investimentos foram destinados 21% do total da Despesa, fixando os 48% restantes para atender os Encargos Gerais do Estado e Manutenção das Atividades.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO PARA HUMAITÁ E APUI

O Governo do Estado do Amazonas vem se esforçando no sentido de resgatar, o Planejamento enquanto instrumento de governo, objetivando interiorizar as ações governamentais como marco para a retomada e redirecionamento da política de desenvolvimento do Estado.

Esse esforço começou com os estudos e debates que levaram à elaboração do Programa de Interiorização e Desenvolvimento do Estado – **PID/AM,** no qual participaram técnicos e especialistas das diversas áreas.

Dentre as diretrizes do PID/AM encontra-se a formulação de Planos de Desenvolvimento Integrados, que possibilitarão melhor aproveitamento das potencialidades e dos recursos a serem alocados para a sua área de atuação, através de um estudo bem detalhado de todos os setores envolvidos dentro do Plano.

Para a primeira experiência desse tipo de planejamento, foi escolhido a região de Humaitá e Apuí, com fundamentos nos seguintes fatores:

- Expansão de Fronteira Agrícola
- Disponibilidade de recursos naturais potencialmente utilizáveis
- SItuação geográfica privilegiada do Município de Humaitá.
- Implantação do Plano de Colonização do MIRAD no Município de Apuí.

A metologia de elaboração foi concretizada com a divisão do Plano nos seguintes setores:

Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente, Saneamento Básico, Agricultura e Abastecimento, Indústria, Comércio e Turismo, Transporte, Energia, Saúde, Trabalho e Ação Social, Justiça, Segurança Pública, Habitação, Cultura, Esporte e Administração.

Para viabilizar a execução do Plano foi proposta pela **SEPLAN** a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Vale do Madeira – **SUMA,** com autonomia administrativa e sede própria em Humaitá.

PROJETO SUMA

Conforme diretrizes contidas no Programa de Interiorização para o Desenvolvimento do Estado – **PID/AM,** foi elaborado o projeto **SEMA** – Superintendência de Desenvolvimento do Vale do Madeira, como primeira tentativa de se implantar um modelo de administração descentralizada a nível sub-regional no Estado.

Tem como área de atuação a Bacia do Rio Madeira compreendendo os Municípios de Borba, Humaitá, Manicoré, Apuí e Novo Aripuanã.

Dentre os objetivos destacam-se:

- Aproveitamento racional de aportunidades econômicas no meio rural.
- Atuação em conjunto com as Secretarias e Empresas do Governo.

Como entidade autárquica, gozará da autonomia administrativa e financeira,

vinculada diretamente ao Gabinete do Governador, assumindo a responsabilidade de fiscalizar tecnicamente os sistemas de administração necessários ao Estado, dadas as grandes distâncias que separam a máquina administrativa concentrada na capital e os municípios do interior.

PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO – NAÇÕES UNIDAS/FAO – PMA

A idéia básica do **PMA/FAO** consiste na doação por aquele organismo internacional **(FAO/NAÇÕES UNIDAS)** de alimentos não perecíveis, provenientes de paises desenvolvidos que têm excedentes na produção agrícola, em troca da realização de trabalho, executados pelos beneciários, em atividades produtivas e/ou sociais em benefício próprio e/ou da comunidade. O projeto não tem caráter assistencial, com exceção de casos emergenciais, devendo mesmo constituir instrumento de ajuda para o desenvolvimento das comunidades.

Depois de estudos para definir locais de implantação do Programa Mundial de Alimentação do Estado do Amazonas, ficou definido que a região do Juruá, no interior, e o bairro Armando Mendes, em Manaus, serão os locais para execução da primeira fase do projeto.

AÇÕES INTEGRADAS NA ÁREA SOCIAL

O Governo do Estado do Amazonas, com o intuito de amenizar os problemas da área assistencial do Estado, apresentou, junto à LBA, o Projeto Ações Integradas para o Desenvolvimento Comunitário com o objetivo de:

- Combater a mortalidade infantil
- Prevenir a marginalização
- Prestar assistência comunitária, civil e judiciária
- Assistir os excepcionais e idosos
- Desenvolver a educação para o trabalho
- Fornecer a complementação alimentar
- Possibilitar a implantação de unidades produtivas
- Estimular a planificação familiar.

Como resultado desse Projeto, foi firmado um Convênio com a LBA no valor de Cz$ 339.172.856,00, quantia que representa a 1ª parcela do Projeto Global.

PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO RURAL – PESR

Com uma equipe multidisciplinar e interinstitucional, criada através de Decreto nº 10.853, de 05 de outubro de 1987, deu-se continuidade aos trabalhos de elaboração dos documentos referentes ao Programa Estadual de Saneamento Rural do Estado do Amazonas, conforme Convênio celebrado em 17.03.88, com o Instituto de Planejamento Econômico e Social – **IPEA** e o Estado do Amazonas, através de sua Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral – **SEPLAN.**

Em 1988 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

a) Coleta de informação e dados estatísticos junto a diversos órgãos: **SESAU, F. SESP, CODEAMA, EMATER, ITERAM, ICOTI, CPRM, COSAMA, CEPA,** com vistas a atender alguns documentos parciais exigidos no Convênio;

b) Conclusão da elaboração dos seguintes documentos parciais:

- Breve Análise da Estrutura Econômica e Social do Estado por setores
- Evolução da População Rural no Estado
- Perfil Sanitário do Estado
- Análise Geral das Disponibilidades Hídricas do Estado
- Situação atual do Saneamento Rural do Estado
- Plano de Operação para Ações Experimentais I em Saneamento Rural, para a Comunidade de Vera Cruz, Município de Maués.
- Projeto Local de Saneamento Rural da Comunidade de Vera Cruz, Município de Maués.
- Plano de Operação Para Ações Experimentais II em Saneamento Rural, para as Comunidades da Foz do Camumiá e Vila Aximim, Município de Borba, Vila Auxiliadora do Madeira e Vila Barreira do Tambaqui, Munícipio de Humaíta, e Vila do Limão, Município de Iranduba.

c) Encontra-se em elaboração o documento "Proposta para Implementação do Programa".

FENEDE

FUNEDE É uma instituição de natureza contábil e financeira destinada a promover o desenvolvimento do Estado do Amazonas, através de financiamento a micro e pequenas empresas industriais e agropecuárias, assim como apoiar financeiramente, de maneira complementar, e sempre sob forma de contrapartida, a fundo perdido, programas de formação e treinamento de mão-de-obra técnico-especializada e a programas e/ou projetos de estudos e pesquisas, especialmente relacionados com os objetivos do Fundo.

Com a reformulação do Fundo Estadual de Desenvolvimento Econômico – **FUNEDE,** através do Decreto nº 10.809/A, de 23 de dezembro de 1987, os recursos foram carreados em maior quantidade aos setores básicos da econômia, observando-se a necessidade de se fortalecer a estrutura econômica do interior do Estado, garantindo o apoio financeiro, técnico e gerencial aos micros e pequenos produtores rurais e empresários.

Seguindo esta política de interiorização do desenvolvimento e com o objetivo de privilegiar a atividade econômica através dos segmentos industriais e agropecuários, os recursos do FUNEDE foram distribuidos entre Empresas Industriais, Empresas Agropecuárias, Estudos, Pesquisas e Treinamento, Despesas Administrativas, e **FINAMICRO**, conforme se pode observar nos quadros a seguir apresentados:

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

APLICAÇÃO DE RECURSOS - 1988

ÍTENS DE DESPESA	VALOR EM CZ$ 1.000,00	%
. EMPRESAS INDUSTRIAIS	97.942,6	26,2
. EMPRESAS AGROPECUÁRIAS	249.363,6	66,8
. ESTUDOS PESQUISAS E TREINAMENTO	10.479,8	2,8
. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	4.483,0	1,2
. FINAMICRO	11.200,0	3,0
TOTAL	373.459,0	100,0

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS APROVADOS PARA FINANCIAMENTO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS INDUSTRIAIS E AGROPECUARIAS

FUNEDE - 1988

Cz$ 1,00

MUNICÍPIOS	PROJ. INDUST.		PROJ. AGROP.		TOTAL	
	NI	VALOR	NI	VALOR	NI	VALOR
ANORI	-	-	01	1.971.600	01	1.971.600
BORBA	-	-	03	5.760.000	03	5.760.000
BARREIRINHA	-	-	03	4.316.000	03	4.316.000
CODAJAS	-	-	03	4.362.210	03	4.632.210
COARI	02	9.153.150	-	-	02	9.153.150
CAREIRO	-	-	04	6.352.500	04	6.352.500
EIRUNEPE	01	4.843.300	05	1.915.200	06	6.758.500
FONTE BOA	02	5.000.000	06	7.422.000	08	12.422.000
HUMAITA	-	-	07	3.959.800	07	3.959.800
IRANDUBA	01	5.824.982	07	10.775.329	08	16.600.311
ITAPIRANGA	-	-	01	507.939	01	507.939
IPIXUNA	-	-	09	5.055.600	09	5.055.600
ITACOATIARA	01	1.396.246	17	17.280.689	18	18.676.935
MANAUS	09	36.206.675	14	42.228.927	23	78.435.602
MANACAPURU	01	11.421.240	11	16.478.804	12	27.900.044
MAUES	-	-	15	17.696.950	15	17.696.950
MANICORÉ	01	6.500.000	02	4.185.330	03	10.685.330
MANAQUIRI	-	-	01	475.257	01	475.257
NHAMUNDA	01	2.339.676	-	-	01	2.339.676
NOVO ARIPUANA	-	-	01	4.400.000	01	4.400.000
PARINTINS	01	2.500.000	44	57.668.667	45	60.168.667
PRES. FIGUEIREDO	-	-	03	4.531.487	03	4.531.487
RIO PRETO DA EVA	-	-	06	10.646.803	06	10.646.803
SILVES	01	788.065	01	750.000	02	1.538.065
S. P. DE OLIVENÇA	01	7.138.275	-	-	01	7.138.275
S. GABRIEL CACHO.	-	-	04	3.200.000	04	3.200.000
TEFE	02	4.800.980	06	8.095.342	08	12.896.322
TONANTINS	-	-	02	4.597.250	02	4.597.250
TAPAUA	-	-	01	408.500	01	408.500
TABATINGA	-	-	01	1.428.606	01	1.428.606
URUCARA	-	-	01	2.622.837	01	2.622.837
TOTAL	24	97.912.589	179	249.363.627	203	347.276.261

O **F.D.I** – Fundo de Desenvolvimento do Interior tem por obletivo a viabilização de recursos, a fundo perdido, para os setores de infra-estrutura urbana e rural dos municípios do interior do Estado.

Em 1988 foi possível a aprovação de recursos na ordem de Cz$ 133,7 milhões de cruzados, representando, em termos nominais, um crescimento da ordem de 1.250. 4%, com relação às liberações ocorridas em 1987, tornando-se mais disponíveis às demandas municipais. Com isso foram contemplados programas de educação, saneamento e urbanização, produção agrícola e abastecimento, extração vegetal, transporte e saúde.

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR

APLICAÇÃO DE RECURSOS - 1988

(Cz$ 1.000,00)

PROGRAMA	VALOR	%
EDUCAÇÃO	19.403,7	14,6
SANEAMENTO E URBANIZAÇÃO	27.187,0	20,3
PRODUÇÃO AGRÍCOLA E ABASTECIMENTO	68.724,5	51,4
EXTRAÇÃO VEGETAL	4.440,8	3,3
TRANSPORTE	10.454,0	7,2
SAÚDE	3.500,0	2,6
T O T A L	133.710,0	100,0

APLICAÇÃO DE RECURSOS POR MICROREGIÕES - FDI

(Cz$ 1.000,00)

MICROREGIÕES	VALOR	%
ALTO SOLIMÕES	8.500,0	6,4
PURUS	13.775,1	10,3
JURUÁ	34.795,8	26,0
MADEIRA	6.413,7	4,8
ALTO RIO NEGRO	4.151,7	3,1
TRIÂNGULO JUTAÍ/SOLIMÕES/JURUÁ	46.407,0	34,7
MÉDIO AMAZONAS	7.079,8	5,3
RIO NEGRO/SOLIMÕES	6.854,6	5,1
BAIXO AMAZONAS	5.732,3	4,3
T O T A L	133.710,0	100,0

FUNDEC

Após o trabalho desenvolvido pela SEPLAN em conjunto com o Banco do Brasil, com realização de viagens de técnicos para visi tas às comunidades selecionadas para serem beneficiadas pelo Fundo do Desenvolvimento de programas Cooperativos ou Comunitários – FUNDEC e a necessária contrapartida do Governo do Estado, foi possível atender a demanda de nove comunidades e proceder a análise de outros interessados no Programa.

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS COMUNIDADES BENEFICIADAS COM A CONTRAPARTIDA DO ESTADO AO PROGRAMA DO FUNDEC

COMUNIDADES	MUNICÍPIOS	Nº DE PESSOAS
. N. S. DE LOURDES	MAUÉS	476
. ARRAIA	ALVARÃES	200
. MARAJAI	ALVARÃES	205
. PANANIN	ALVARÃES	203
. CATUIRI	ALVARÃES	207
. S. TOMÉ DO MOCAMBO	PARINTINS	613
. POVO BARCELENSE	BARCELOS	405
. JANDIRA	IRANDUBA	594
. FREGUESIA DO ANDIRA	BARREIRINHA	1.117
TOTAL		4.020

P.I.D

No ano de 1988, sob a coordenação da SUPLAN, o Plano de Interiorização e Desenvolvimento do Estado do Amazonas – PID beneficiou 30 municípios do Estado, através de convênios celebrados pelo Governo do Estado, com repasse de recursos no montante de Cz$ 707,2 milhões de cruzados

Essas liberações destinaram-se a atender programas de Desenvolvimento Social, Econômico, Urbano e Administrativo nos seguintes municípios beneficiados: Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Tonantins, Boca do Acre, Rio Preto da Eva, Eirunepé, Canutama, Pauini, Tapauá, Autazes, Envira, Careiro da Várzea, Carauari, Urucará, Silves, Tefé, Benjamin Constant, Atalaia do Norte, Santo Antonio do Içá, Coari, Itacoatiara, Barreirinha, Apui, Guajará, Parintins, Nhamundá, Lábrea, Barcelos.

Também foram firmados convênios com recursos do PID, no montante de Cz$ 199,8 milhões de cruzados, para atender as seguintes entidades:

- ASSOCIAÇAO AMAZONENSE DOS MUNICIPIOS
- COMANDO MILITAR DA AMAZONIA
- EMATER
- FUNDEC
- COBAL

P.D.L.I. – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO

É produto da nova filosofia implantada na **SEPLAN:** resgatar funções originais de Planejamento.

A alocação de recursos de forma racional com a promoção do desenvolvimento auto-sustentado de uma região, onde a prioridade a ser dada ao setor produtivo do Município torna-se imprescindivel no modelo preconizadc pelo **P.D.L.I,** de acordo com a nova estratégia de desenvolvimento desta Secretaria.

O setor econômico é alvo de toda a atenção do Plano, estabelecendo-se através de um diagnóstico acurado das vocações agrícolas, industriais e comerciais da localidade.

Metodologia adotada para elaboração do P.D.L.I.

1. Levantamento de Dados Secundários
2. Avaliação dos Dados e Contatos com Prefeitos dos Municípios
3. Visita para elaboração de diagnóstico
4. Elaboração do Plano de Ação Imediata

P.D.L.I Elaborados no ano de 1988

- Rio Preto da Eva
- Iranduba
- Careiro da Várzea
- Japurá
- Guajará
- Ipixuna
- Envira
- Carauari
- Santo Antonio do Içá
- Eirunepé
- Tocantins

CONVENIOS AREA SOCIAL – Como a legis ação do FUNEDE sofreu reformulação, excluindo a atividade de Ação Social e/ou Cultural do Orçamento do Fundo e sem que houvesse sido criada nova programação para atender a demanda das entidades sociais, até então contempladas com recursos do **FUNEDE,** a **SEPLAN** procurou desenvolver essa atividade dentro da sua própria programação, observando as limitações de recursos e os pleitos selecionados dentre as prioridades de Governo.

Nesse exercício, na área social, foram celebrados seis Convênios, no montante de Cz$ 17,2 milhões de cruzados, beneficiando as seguintes entidades:

- Associação para o Desenvolvimento Coesivo da Amazônia-ADCAM
- Lions Club de Manaus – Centro
- Desafio Jovem de Manaus
- União das Mães Espíritas Marília Barbosa
- Federação Amazonense Universitária de Desportos
- Casa Andréa do Amazonas

CONVÊNIO COBRAL

Para viabilizar o Plano Anual de Abastecimento, o Governo do Estado firmou Convênio com a **COBAL**, objetivando melhorar as condições de abastecimento das população de baixa renda do interior do Estado e ainda incentivar a produção regional ao criar, para o pequeno produtor, condições de participação no mercado.

Foram beneficiadas além da capital, 33 municípios e 28 localidades do interior.

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS – CAIF

Dentre as principais atividades desenvolvidas, durante o ano de 1988, pela **CAIF**, convém ressaltar a análise das Prestações de Contas, referentes a convênios firmados entre entidades particulares, dos recursos oriundos dos Fundos Estaduais. De um total de 78 prestação de contas analisadas, 48 foram de convênios com o **FUNEDE**; 28 com o **F.D.I e 02 com o PROTERRA.**

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE TRANSPORTE

O Planejamento do Setor de Transporte vem se tornando um processo permanente, capaz de avaliar as necessidades do País e de sua população. O instrumento desse planejamento é o **PRODEST**, que através de seus programas quadrienais procura escolher as melhores alternativas possíveis para a reforma do setor no País.

O órgão coordenador a nível nacional é a Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte – **GEIPOT**

A **SEPLAN** coordena a nível local o **PRODEST**, participando das reuniões realizadas durante o ano.

A programação prevê para 1989 a elaboração do ciclo 1989/92.

SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES

Com o objetivo de formular um sistema que possa integrar todas as Secretarias de Estado foi realizado um seminário, cuja proposta final previu a implantação, em cada orgão, de uma mini central de informação em correção com o **CODEAMA**, órgão responsável por esse setor no Estado.

SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO

Em 1988 a maior preocupação da **SEPLAN** concentrou-se na concepção de um Sistema de Planejamento, a partir de um diagnóstico situacional que permitisse o reordenamento institucional, organizacional e processual das atividades de Planejamento do Estado, objetivando a melhoria da captação de recursos externos e maximização da ação Governamental.

Ao longo do ano foi discutida de forma mais enfática a proposta de redefinição do sistema de Planejamento Estadual.

Neste sentido, quatro são os objetivos básicos estabelecidos para o Sistema Estadual de Planejamento proposto, que, no momento se encontra em fase de implantação.

a) Identificar o melhor modelo Institucional com o qual se possa atingir as diretrizes propostas pelo Governo;
b) Integrar ao sistema de Planejamento as funções de Modernização Administrativa, que resultem em normas e procedimento capazes de minimizar custos e maximizar benefícios;
c) Organizar o processo de Planejamento Estadual, de forma a possibilitar a articulação nos aspectos de longo, médio e curto prazos dos programas, Planos e Projetos elaborados e executados pelos órgãos integrantes;
d) Procurar a integração horizontal e vertical do Sistema através da articulação institucional.

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Através de uma técnica simplificada para o tratamento de dados secundários, tentar-se desenvolver um modelo capaz de oferecer ao Governo do estado, em curto espaço de tempo, informações gerenciais que possibilitem uma visão global e/ou detalhada do processo de administração governamental, evitando recorrer-se ao expediente tradicional da solicitação de Relatórios de Atividades de uma Secretaria.

Este modelo possibilitará a coordenação da **SEPLAN** na captação e alocação dos recursos públicos estaduais.

BNDES – PREFEITURAS

Com base em indicações da Secretaria de Apoio em Brasília, foram expedidos ofícios a todas as Prefeituras Municipais, no sentido de apresentarem projetos junto ao **BNDES**, nas areas de escolas profissionalizadas para meninos de rua carentes, alimentação, atendimento médico-odontológico e saneamento simplificado, a fim de obterem recursos a fundo perdido oriundos do **FINSOCIAL**

As Prefeituras de Coari, Lábrea e Itapiranga apresentaram projetos.

TREINAMENTO DE SERVIDORES

Objetivando a reciclagem de técnicos da **SEPLAN**, foram realizados diversos cursos, entre os quais:

a) curso sobre programação e acompanhamento de investimentos públicos;
b) curso de aperfeiçoamento em técnicas de elaboração de relatórios;
c) seminário de articulação – **SEPLAN/CODEAMA/ICOTI** com o objetivo de integrar os trabalhos realizados pelos três órgãos, evitando o paralelismo e possibilitando melhor direcionamento das atividades.

FORUM DOS SECRETÁRIOS DE PLANEJAMENTO

Com objetivo de discutir e analisar a repercussão da Nova Constituição sobre o Planejamento, Orçamento e Sistema Tributário dos Estados, foi organizado o **FORUM NACIONAL DE SECRETÁRIO DE PLANEJEMENTO,** acontecimento que contou com a participação da **SEPLAN/AM,** através do seu Secretário.

EXPERIÊNCIA ENERGIA SOLAR

A energia solar mostrou-se de grande utilidade em comunidades distantes que enfrentam dificuldades na geração de energia. A Secretaria de Planejamento patrocionou, com recursos do PID, a aquisição e instalação de um conjunto para a geração de energia elétrica e captação de sinais de televisão a partir do aproveitamento da energia solar, na Comunidade Praia do Buraco no Município de Lábrea. Essa experiência teve grande êxito com aprovação total do povo daquela comunidade, o que abrirá caminho para novas implantações do sistema, em outras comunidades do interior do Amazonas.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO, PESQUISA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO AMAZONAS
– CODEAMA –

Relatório/1988

O Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tecnologia do Estado do Amazonas – **CODEAMA** – viveu em 1988 um ano voltado basicamente para a elaboração e execução de projetos e pesquisas com o apoio financeiro de instituição federais como a Secretaria Especial do Meio Ambiente – **SEMA**, a Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios – **SAREM**, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – **CNPq** e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – **SUDAM**.

Destaca-se a importância dada aos segmentos de Recursos Humanos, Pesquisas Sócio-Econômicas, Estatísticas e, de modo especial, ao Meio Ambiente, que realizou a fiscalização e inspeção de Projetos Industriais potencialmente poluidores, além de discussão de medidas e normas, de forma a evitar a degradação ambiental.

Na área de Ciência e Tecnologia deve-se atentar para o 1º Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Amazonas – 1º **PDCT**, o perfil do Projeto "Identificação de Tecnologia para Industrialização de Produtos de Origem Regional", o Projeto "Implementação do Sistema de Informação em **C & T** do Estado do Amazonas "e o Projeto "Caracterização Quantitativa de Micro-Estrutura de espécies Madeireiras da Amazônia", em convênio com o Instituto de Tecnologia da Amazônia.

Além desses caracterizam o cumprimento de seu programa de trabalho atividades diversas da área de atuação do órgão, sendo as principais:

- Projeto "Identificação de Tecnologias para a Industrialização deprodutos comestíveis de origem regional"
- Projeto **"PAU ROSA"** (em convênio com o **INPA**)
- Pesquisa em Pacientes com Hanseníase (em convênio com o Instituto de Dermatologia **ALFREDO DA MATTA)**
- Levantamento dos aspectos sócio-econômicos das Comunidades do Entorno da Estação Ecológica de Anavilhanas
- Estudo de Hierarquia Urbana
- Planejamento de Núcleos Urbanos
- Projeto para a "Reativação da Rede SOMAR"
- Projeto para a "Implantação do Programa de Alimentação Popular"
- Projeto "Amazonas" (enviado para o Banco Mundial)
- Elaboração de 13 projetos para construção de Postos de Saúde nos Municípios de Santa Isabel do Rio Negro, Amaturá, Santo Antonio do Içá, Jutaí, Anamã, Alvaraēs, Apuí, Novo Aripuanã, Boca do Acre (três postos), Carauari, Coari (três postos), Itamarati

- Elaboração do Projeto "Frigórifico Amazonino Mendes", com capacidade para 100 toneladas, a ser implantada na Cidade Nova
- Visitas de Inspeção-(Meio Ambiente) - Mina do Pitinga (duas), Rio Urucum-Petrobrás, Termoelétrica de Manacapuru - CEAM, Balneário Ponte da Bolívia
- Projeto de "Apoio à Sistematização de Informações para Zoneamento Ecológico Sócio - Econômico do Médio Amazonas"
- Levantamento aerofotogramétrico da Cidade de Manaus, em conjunto com a COSAMA
- Elaboração mensal de Índice de Preços ao Consumidor (custo de vida)
- Elaboração mensal de Índice de Preço da Construção Civil
- Estudos para elaboração do PIB
- Levantamento de dados para o Anuário Estatístico do Amazonas - 85/87
- Elaboração dos Indicadores Sociais do Estado do Amazonas
- Elaboração do "Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos - 1988/89
- Realização de Cursos e Seminários.

INSTITUTO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERMUNICIPAL – ICOTI –

Relatório/1988

O INSTITUTO DE COOPERAÇAO TECNICA INTERMUNICIPAL – ICOTI apresenta uma síntese de suas atividades no exercício de 1988.

Entre os principais acontecimentos de caráter interno do ICOTI merecem destaque:

a) a Avaliação Institucional realizada pelo IBAM, com recursos financeiros da SAREM, cujo diagnóstico detectou os pricipais pontos de estrangulamento que dificutam uma ação mais eficaz do órgão;

b) a aquisição de 2 micro-computadores, dotados de impressoras, possibilitando atendimento mais veloz e processando eletronicamente os dados e informações;

c) sediou o treinamento regionalizado para técnicos e órgãos de articulação com Estados e Municípios, ministrado pelos técnicos e consultores do IBAM;

d) Participou de debates e reuniões técnicas sobre o papel do Município na Nova Constituição

Entre os trabalhos desenvolvidos para os Municípios, merecem destaque:

Planos e melhorias urbanas de Boa Vista do Ramos, Atalaia do Norte, Nhamundá, Ipixuna, Barreirinha, e dos Planos de Ação Concentrada - PAC'S de Canutama e Pauini. Planos que norteiam as ações da administração no encaminhamento das soluções para os problemas urbanos e infra-estrutura.

Com recursos da Secretaria de Fazenda - Projeto CIATA, foi possivel atualizar, implantar e reestruturar os Cadastros Imobiliários em 31 municípios.

- Assisténcia Técnica prestada às Prefeituras e Câmaras nas áreas de engenharia, arquitetura, cadastro, administração, jurídica, contábil, orçamentária e financeira, organização de comunidades, planejamento;
- Fiscalização de obras e serviços oriundos de Convênio FUNEDE/FDI em 20 municípios;
- Reestruturação Administrativa da Prefeitura de Eirunepé;
- Atualização do Cadastro Imobiliário em 15 municípios;
- Implantação e atualização do Cadastro em 10 municípios;
- Levantamento sócio-econômico-administrativo para a elaboração do Estudo Diagnóstico do Município, de acordo com o PROVAM - Programa do Vale do Madeira;
- Continuidade dos trabalhos de implantação dos Núcleos Germinativos de Desenvolvimento de Comunidade em 6 municípios;
- Assistência técnica na área jurídica às Prefeituras e Câmaras em 15 municípios.

SEFAZ

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
– SEFAZ –

Relatório/1988

1.0 – APRESENTAÇÃO

O presente documento presta conta das medidas e ações administrativas adotadas pela Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas, no exercício de 1988, e dos resultados alcançados.

Face à interligação dessas ações com o desempenho da Administração Fazendária nos exércicios anteriores, a partir de 1983, o relatório faz referência, ainda que ligeira, a algumas informações abrangendo o período de gestão do Secretário que este subscreve.

Necessário destacar, de logo, o resultado mais significativo alcançado pela Secretaria, ao longo desse período: a restauração de credibilidade na ação tributário-fiscal, orçamentária e financeira do Estado, com a introdução de padrões de moralidade administrativa reconhecida pela sociedade amazonense.

Embora não possa traduzir-se imediatamente, em valores monetários, a restauração da credibilidade influiu decisivamente para a melhor compreenção do contribuinte, tanto quanto para elevar os níveis de arrecadação esperados, o que está comprovado neste relatório, através dos dados oferecidos.

Também se registraram as alterações estruturais e sistêmicas que viabilizaram o alcance das metas propostas para cada um dos exercício e demais medidas nas diversas áreas, valendo destacar a informatização das atividades desta Secretaria.

Merece ressaltar que, com a implementação das diversas medidas e instrumentos operacionais nas áreas da Administração Fazendária, a Secretaria consequiu resultados positivos, quer quanto ao crescimento real da arrecadação tributária, quer quanto à maior eficiência na programação financeira e controle dos gastos públicos, dando condições efetivas para que o Governo do Estado, através de seus vários setores e órgãos, tivesse recursos disponíveis e necessários à execução de programas e projetos de apoio e incremento ao desenvolvimento econômico e social do Amazonas.

Assim a Secretaria da Fazenda, com sua estrutura plenamente consolidada e definida, desenvolvendo as suas funções básicas dentro de um trabalho sério e responsável, com fundamento na competência técnica e administrativa de seus servidores, está em condições de atender e responder aos objetivos maiores da política governamental voltada para o bem-estar da população, obtendo o volume de recursos destinados aos investimentos públicos em setores de infra-estrutura econômica e social, de acordo com as prioridades e carências das comunidades do Estado.

É fundamental, no entanto, que sejam preservadas medidas de rígido e eficiente controle dos gastos públicos e mantidas, com os devidos ajustes operacionais, todas as estruturas dos sistemas informatizados, implantados nas áreas de adminis-

tração financeira, orçamentária, contábil e petrimonial bem como, na parte de arrecadação e fiscalização dos tributos estaduias, para que não venha, no futuro, ocorrer retrocesso no âmbito das finanças do Estado, com ruptura que leve a um desequilíbrio financeiro, de gastos superfluos e anti-social.

1.1. ANÁLISE SITUACIONAL

1.1.1 – Evolução no Período 1983/88

Ao início da gestão das atividades fazendárias, em março de 1983, desenhava-se quadro lamentável, caracterizado, sobretudo, pelas seguintes dificuldades:

- dívidas vencidas e não pagas, gerando pressões internas e externas;
- dificuldades de caixa, impostas por arrecadação insuficiente para o pagamento dos compromissos contraídos;
- contas relativas às transferências federais bloqueadas na rede bancária;
- descrédito do Governo do Estado, frente aos fornecedores;
- alto nível de evasão de tributos;
- atraso no pagamento de salário ao funcionalismo estadual:
- inadequada administraçao financeira dos recursos do Estado.

Já nos primeiros dias de administração eram tomadas providências saneadoras, nas diversas áreas compreendidas no raio de ação da SEFAZ. Dessa forma, renegociaram-se os compromissos vencidos, desbloquearam-se as contas bancárias, montaram-se mecanismos redutores da avasão fiscal, implantaram-se controles financeiros, esquematizou-se a liquidação imediata de empenhos, dentre outras medidas.

Alterações estruturais na administração também foram promovidas, racionalizando e descentralizando as atividades fazendárias, de modo a preparar a organização para as medidas destinadas ao bom desempenho de suas funções.

Resultados palpáveis da nova orientação da Secretaria podem ser apontados, dentre outros, de menor vulto embora não destituídos de importância. Ei-los exemplificativamente:

- equilíbrio das finanças do Estado;
- aumento da arrecadação, que no caso do ICM registrou, em 1983, acréscimo de quase 20% sobre a previsão;
- atualização da transferência do ICM para os Municípios;
- pagamento pontual aos fornecedores, sem necessidade de recorrer a operação de crédito;
- implantação de nova estrutura administrativa da SEFAZ;
- restabelecimento do crédito do Governo junto aos fornecedores;
- redução do nível de evasão dos tributos;
- estabelecimento e cumprimento de programação das finanças públicas estaduais;
- recuperação financeira do BEA;
- estabelecimento de nova sistemática de avaliação da produtividade, com consequente estímulo aos servidores fazendários;

- ampliação dos equipamentos da PRODAM com o oferecimento de serviços mais atualizados;
- aperfeiçoamento das relações Fisco/contribuintes.

Importante destacar, no elenco de resultados, é que o exercício de 1983 foi fechado com a Conta Única (implantada naquele ano) registrando o saldo de Cz$ 1.6 bilhão, além de Cz$ 15,7 milhões à disposição do Tesouro Estadual, na conta Movimento.

O equilíbrio das finanças estaduais, logrado graças às medidas adotadas nos primeiros meses de administração, permitiu registrar, ao final de 1984, o saldo de Cz$ 1,1 bilhão, na Conta Única; à disposição do Tesouro do Estado registrava-se o saldo de Cz$ 10,2 bilhões.

É oportuno esclarecer que, ao encerrar o exercício de 1984, o Tesouro Estadual havia concorrido com Cz$ 6,0 bilhões para o aumento do capital do BEA e saldado todos os compromissos assumidos interna e externamente, sem efetivação de qualquer operação de crédito.

O crescimento real da arrecadação do ICM (em 26,6%) foi o maior responsável pelos resultados apontados.

O exercício de 1985 representou a consolidação dos esforços da SEFAZ, em busca sobretudo de três objetivos básicos:

- Implementação de mecanismo para aumentar a arrecadação, controlar o contribuinte e acompanhar a formação da receita tributária;
- estruturação de nova sistemática de apuração da produtividade fiscal;
- estruturação de sistema integrado de fiscalização, controle e tributação e relacionamento com a SUFRAMA e a INFRAERO.

O sistema financeiro estadual, então, fortaleceu-se; o BEA aplicara Cz$ 1,250 bilhões, tendo-lhe sido incorporados Cz$ 28,0 bilhões, para aumento do capital.

No exercício de 1986, a dívida pública representava 75,5% do orçamento do Estado, contra os 130,6% correspondentes a 1983. Ano após, esse percentual decaiu, a comprovar o acerto das providênciaa administrativas adotadas. A arrecadação, no mesmo exercício , foi maior em 59,0% que a previsão, colocando o Estado do Amázonas dentre os Estados que mais cresceram em termos de aumento real de arrecadação do ICM.

Ressalte-se que o exercício de 1986, como resposta às medidas saneadoras e aos diversos mecanismo implementados, apresentou resultados significativos, refletindo o estado de equilíbrio e recuperação das finanças estaduais. Assim , o saldo existente na Conta Única, no dia 31 de dezembro de 1986, era de Cz$ 271,2 milhões, além de Cz$ 211,5 milhões na Conta Movimento/SEFAZ, à disposição do Governo via Tesouro Estadual, para utilização a partir do exercício de 1987.

Adequações e reajustes em programas, projetos e atividades da SEFAZ, passaram a ser as preocupações predominantes, quando se iniciou o novo período governamental 1987/1990.

Os instrumentos operacionais postos em prática possibilitaram realizar as metas de investimentos governamentais, manter em dia o pagamento de fornecedores e servidores, reajustar por três vezes os salários, conceder vale-transporte a 23 mil

servidores e atender às despesas de custeio dos órgãos de Administração Pública Estadual.

Convênio com os municípios do interior resultaram na aplicação de Cz$ 204,0 milhões em obras, equipamentos, infra-estrutura urbana e viária, sem prejuízo do repasse das cotas-partes do ICM, ITBI e IPVA, que alcançaram o montante de Cz$ 1,551 bilhão.

Pela importância de que se reveste, é bom destacar que a Secretaria da Fazenda passou a responsabilizar-se pelo pagamento dos professores rurais do interior, eliminando-se assim o atraso na percepção de seus salários.

Ponto de destaque no ano de 1987, o Encontro de Secretários de Fazenda dos Estados e dos Territórios Federais dasRegiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, realizado em Manaus no mês de abril, permitiu discutir o novo sistema tributário nacional e elaborar projeto encaminhado à Constituinte. Após esse Encontro, a SEFAZ passou a acompanhar todos os trabalhos da Constutuinte, referentes à área tributária.

Buscando operacionalizar as decisões e aperfeiçoar a máquina administrativa, o Decreto no 10.019, de 29/12/87 reestruturou a SEFAZ, tornando-se uma organização mais ágil e capacitando-a a não só manter os resultados já alcançados, como a ampliá-los.

O exercécio recém-findo, que completa quase seis anos ininterruptos da atual gestão, permitiu manter resultados que desde 1983 vinham sendo logrados, ampliar alguns deles e preparar a SEFAZ para invocações e aperfeiçoamento que serão conquistas do ano de 1989.

A administração financeira do Estado passou a contar com meios mais ágeis e confiáveis, com a efetiva implantação do SIADAM – Sistema Integrado de Administração do Amazonas. Esse instrumento significa a criação e manutenção de um único Banco de Dados, inclusive na elaboração do orçamento, execução orçamentária, programação financeira, contabilidade, arrecadação, recolhimento de tributos e controle do ICM por empresa.

A prestação de contas do Governo, ora viabilizada sua consolidação, também foi facilitada, com a unificação da administração direta e indireta.

Todos os órgãos já recebem relatório mensais contendo dados relativos à execução orçamentária, financeira e contábil, o que permite aos administradores visualizar mais claramente a situação das entidades sob suas respectivas responsabilidades.

A elaboração de 15 decretos e 12 resoluções, referentes à tributação, permitiu à SEFAZ aproximar-se da necessária justiça fiscal. Além disso, a área tributária e de informação da Secretaria participou ativamente dos estudos e reuniões que culminaram com a celebração do convênio ICM 66/88, com força de lei complementar.

Também é crédito do CTI-SEFAZ a adequação da legislação fiscal às novas considerações sobre a contribuição de melhoria, impostos de transmissão "causa mortis" e por doação e o novo tributo adicional ao imposto de renda.

Mais de 16.000 consultas foram atendidas e respondidas em um ano isto serviu à inscrição de 15.140 novos contribuintes e à inatividade de 10.262.

A informatização da administração fazendária apresenta resultados pelos quais se responsabilizou o Centro de Inoformática e Reprografia. Tais resultados con-

substanciam-se na manutenção de serviços anteriormente produzidos (13 ítens) e no desenvolvimento de novos produtos, a saber:

- descentralização da execução orçamentária financeira e contábil;
- adequação do sistema de parcelamento de débitos;
- relatório de apoio para a SEFAZ e demais orgãos do estado
- controle de notas fiscais irregulares.

Além desse elenco de serviços produzidos pela área de informática, estão em desenvolvimento outros produtos, voltados para o sistema de arrecadação dos tributos estaduais, o encerramento do exercício orçamentário e o controle dos autos de infração.

Prevêem-se para desenvolver no ano em curso: revisão nos sistemas de cadastro, controle de talonários fiscais e máquimas registradoras, implantação de sistema de controle de notas ficais de entrada e controle do ICM retido na fonte.

Destaque-se que o número de processos julgados praticamente dobrou, em relação ao ano de 1987 (508/277). Dos quase Cz$ 1,360 bilhões envolvidos em processos sujeitos à decisão da Auditoria Tributária, 93% (Cz$ 1,260 bilhões) foram julgados precedentes. Isso que dizer recursos financeiros carreados para os cofres do Estado.

A fiscalização pôde desempenhar-se de suas responsabilidades, em 1988, exercitando-se em profundidade e de forma programada em 817 estabelecimentos. Disso resultou a lavratura de 1.461 autos de infração, que envolvem o montante de Cz$ 1,314 bilhões. Das atividades não programadas, foram lavrados 483 autos, cujas infrações e notificações chegam a Cz$ 1,150 bilhões.

A arrecadação pode absorver melhoramentos que permitem aperfeiçoar seus procedimentos, com a instalação de microcomputadores nas divisões da coordenadoria responsável. Já apartir de fevereiro de 1989, o sistema de arrecadação estará integrado ao sistema finanaceiro do Estado.

A administração de arrecadação do interior recebeu benefícios da implantação de sistema de registro e controle de todos os documentos de arrecadação de tributos originários das diversas agências; isso deu margem à expedição de boletins administrativos para cada agência do interior.

A dívida ativa passou a ser mais bem controlada, com o programa de cadastramento das firmas com débitos inscritos. Com isso, até dezembro haviam sido inscritos 877 débitos, representativos de Cz$ 1,084 bilhões, dos quais foram efetivamente arrecadados Cz$ 79,6 milhões.

A recuperação do IPVA em atraso motivou ação consistente na expedição de 35 mil convites proprietários de veículos em atraso.

Ainda com referência ao IPVA, foi implantada a cobrança referente aos barcos de passeio e lazer, com o cadastro de 291 unidades, números que será aumentado no exercício de 1989.

A arrecadação total do IPVA, em 1988, foi de Cz$ 429,3 milhões, que traduzem o crescimento real de 19.09%, em relação ao ano anterior.

O ICM arrecadado atingiu o montante de Cz$ 50,394 bilhões, dos quais Cz$ 24,858 bilhões correspondem a indústrias incentivadas. A restituição, por força dos incentivos fiscais, alcançou mais de Cz$ 54,520 bilhões.

Do valor arrecadado, o melhor desempenho ficou com o setor comercial, cuja contribuição cresceu 5,22% em termos reais.

De extrema importância para a Administração Pública, o controle da gestão administrativo-financeira dos órgãos jurisdicionados, dinamizado em 1988. Embora contando com reduzida equipe, a Autidoria de Controle Interno desenvolveu seus trabalhos em 4 secretarias de Estado (Produção Rural e Abastecimento, Indústria, Comércio e Turismo), além de executar serviços especiais no próprio âmbito da Secretaria da Fazenda e agência do interior.

Desses trabalhos resultaram a regularização de situação pendente e a orientação aos administradores.

1.1.2 – Política e Medidas de Modernização e Reestruturação

A administração desta Secretaria, a partir do exercício de 1983, orientou-se para ordenar todas as funções e atividades em um modo sistêmico, de forma a que todas as ações se processassem com base racionalizada e estivessem alicercadas por mecanismos que produzissem informações pertinentes e capazes de sustentar a operacionaldade previamente prevista em uma programação. Esse objetivo foi perseguido durante toda a gestão que atualmente se encerra. As políticas se desenvolvem tendo como alvo principal a montagem desse sistema. De fato houve grande progresso nesse sentido. Cada exercício que se findava continha as novas metas a serem atingidas. Havia, pois, definições políticas explícitas. As medidas adotadas foram materializando tais definições.

Herdara-se um quadro insatisfatório , o qual se vinha superando gradualmente, expondo-se, a cada ciclo, a consolidação de novo patamar mais próximo do ideal enfocado.

Processos saneadores foram implementados e, com eles, aperfeiçoamentos mostraram resultados positivos.

Foram levadas melhorias ao sistema de arrecadação, ampliando-se a visão sobre os procedimentos burocráticos, agilidade quanto às informações para esse efeito, tornando mais próximos início e fim de medidas, bem como muito maior conhecimento, em extensão e profundidade, da sistemática e fluxo de arrecação. Confirma-se essa melhoria em cada informe levantado.

A Fiscalização teve seu aperfeiçoamento, com os modernos recursos da informática vindo apoiar intensamente essa ação, colocando o Estado do Amazonas em relevo frente às outras Unidades Federativas.

A administração reestruturou-se completamente. Houve absorção de funções, descentralização de atividades, criação de novos fluxos de serviços, modificação e criação de novas rotinas de serviços, estabelecimento e distribuição de diferenciadas competências, Procurou-se atender à estrutura interna com critério de equanimidade, condicionantes de oportunidades de acesso e progressão, de forma sistemática, com continuidade e normalidade, afirmativa que se torna evidente nas legislações aprovadas em 1984, 1987 e projeto encaminhado à chefia do Poder Executivo em fins de 1988, e aprovado pela Assebléia Legislativa.

Todavia onde melhor se materializaram as ações efetuadas por esta Secreta-

ria foi administração Financeira. O estágio de complexidade atingido por esse setor reflete o alto nível de eficiência, rapidez e exatidão com que hoje se controlam receitas, despesas, crédito e empenhos, na administração direta e indireta, dentro de rigor, validade de procedimentos contábeis, e com amplo domínio dos atos e fatos escriturais do Estado.

A partir do Projeto SIADAM atingiu-se essa condição, passando a haver:

- Planejamento do orçamento anual do Estado (receita e despesa) através de processos de manutenção 'On-Line" em Banco de Dados mantido pela PRODAM, com informações obtidas nos documentos preenchidos diretamente pelas Unidades Orçamentárias Setoriais, ou através de planilhas emitidas junto ao próprio sistema, que ainda permitirão modificações necessárias e correções exigidas e autorizadas;
- emissão conjunta de relatório analíticos e consolidados, em mais de um nível de cruzamento, os quais poderão compor a Lei Orçamentária;
- garantia de plena atualização de informação e modificações;
- descentralização e registro, pelo usuário, de crédito, empenhos e liquidação de despesas, sempre submetidos a rigorosos testes de validade;
- registro automático de todos os lançamentos contábeis decorrentes dos fatos gerados pela execução orçamentária e financeira, provendo informações gerenciais;
- tratamento individualizado de convênio nas unidades da Administração Direta, Indireta e Fundos Especiais;
- controle e processamento do ICM, Notificações, ADM, Parcelamento de Débitos, IPVA, e ITBI.

Com o objetivo de modernizar a máquima administrativa fazendária, através de recursos da informática, foram implantados os seguintes sistemas:

a) Sistema de Pessoal, possuindo dois desdobramentos: Cadastral e Financeiro.

O sub-sistema cadastral mantém constantemente atualizados dados pessoais de todos os funcionários fazendários;

O sub-sistema financeiro contém os registros necessários à confecção e controle da folha de pagamento, e está integrado ao Sub-sistema Cadastral, o que possibilita a automação de várias rotinas de pessoal, realizadas anteriormente de forma manual, condicionante que reduz a incidência de erros ganhando tempo nessas operações. Sua implantação foi precedida do Recadastramento Geral dos Servidores desta Secretaria.

Complementado esse sistema, há na Divisão de Pessoal um microcomputador, para atender outras rotinas, tais como a expedição de memorandos, ofícios, portarias, quadro de férias, etc.

b) Sistema de Material de Consumo e Impressos, tendo como objetivos:

- controlar eficientemente todos os ítens que se encontram sob a guarda do Almoxarrifado;
- disciplinar o fornecimento de material para os diversos setores da SEFAZ;
- controlar o nível de suprimento de cada ítem de material, pela fixação de índices de estoque máximo, mínimo e ponto de ressuprimento;

- prever a estimativa do desembolso financeiro necessário ao ressuprimento trimestral do Almoxarifado, através da nálise do material consumido e dos gastos efetuados,

c) Sistema de Material Permanente de Bens Móveis, em fase de implatanção e que consiste no controle de todo o material permanente da Secretaria Fazenda inclusive das Agênicias da Fazenda do Interior.

d) Sistema de Protocolo, cujo objetivo é agilizar a tramitação de todos os processos da Fazenda. Através dele é possível dar conhecimento ao usuário dos serviços fazendários e da localização dos respctivos processos, atendendo de forma satisfatória ao contribuinte.

A implantação de todos esses Sistemas foi precedida de treinamentos aos funcionários envolvidos na sua execução, objetivamente rápida assimilação das novas formas de trabalho.

1.2 - GESTÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA

1.2.1 - Execução Orçamentárias e Financeira

No decorrer do exercício de 1988, mantiveram-se as atividades fazendárias direcionadas para a consecução do equilíbrio orçamentário e financeiro, estimulando-se o aur .ento dos níveis da arrecadação tributária, visando a proporcionar as condições necessárias à manutenção dos encargos correntes da Administração e à implantação da política de investimentos setoriais do Governo do Estado. Aliado a esse aspecto, no tangente à administração financeira, foi dada atenção especial à operacionalização de um rígido e persistente controle e acompanhamento das receitas e despesas dos diversos orgãos governamentais e dos demais Poderes constituídos, com o principal objetivo de se alcançar as metas mensais da programação financeira do Estado, de acordo com as reais disponibilidades de recursos públicos.

O alcance das metas da programação financeira foi conseguido através do permanente ajuste do fluxo de caixa às necessidades da administração estadual, tendo como base os recursos disponíveis, vinculados à previsão mensal antecipada dos gastos, por setor e órgão, e o registro e liquidação automática da despesa, efetivamente por intermédio do processamento imediato dos empenhos e ordens de pagamentos.

No gerenciamento das atividades financeiras do Estado sob a responsabilidade da Secretaria da Fazenda, o instrumento suporte utilizado foi o Sistema Integrado de Orçamento, Finanças e Contabilidade, plenamente consolidado no exercício de 1988, em termos operacionais, como Sistema Integrado de Administração do Amazonas - SIADAM, que passou a ter comando executivo de toda a Administração Pública, nas áreas de contabilidade, finanças, execução orçamentária e patromônio, abrangendo os órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado. Através desse sistema, totalmente informatizado, a SEFAZ alcançou resultados excelentes quanto à segurança e confiabilidade na execução das tarefas atinentes a essas áreas, o que permitiu um perfeito controle e equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada.

A execução sistêmica da administração financeira do Estado, com destaque ao efetivo controle dos gastos públicos, que vem sendo conduzida com êxito pela SEFAZ, teve como resultado positivo a maior racionalidade na aplicação dos recursos financeiros, que deu ao Governo as condições e possibilidadee efetivas de investimentos, realizados nos diversos setores estatais, atingindo no exercício de 1988 o equivalente à 39,20% dos recursos totais do Estado.

De outro lado, estabeleceram-se medidas e mecanismos na área de Administração dos Tributos Estaduais, com ajustes por meio de atos normativos e legislativos, visando a manter a arrecadação tributária em níveis de equilíbrio, com ações coordenadas e executivas implementadas através dos Sistema de Arrecadação e Fiscalização.

Além dessas medidas, adotaram todas as providências (estudos e análises dos diversos instrumentos de arrecadação) para implantação do Sistema de Receitas Públicas interligado ao SIADAM, Estão concluídos e publicados todos os atos normativos e regulamentadores do Sistema, tendo como fundamento o Decreto nº 11.688, de 12 de dezembro de 1988 e a Portaria nº 701/88 – GSEFAZ, de 28 de dezembro de 1988. Esse sistema de controle das receitas públicas está sendo implantado para entrar em funcionamento a partir do mês de fevereiro de 1989.

1.2.1.1 – Análise da Receita

A Receita Pública do Estado, no exercício de 1988, teve um bom desempenho, cujo resultado garantiu o atendimento de todos os encargos e compromissos do Governo, com destaque para o pagamento dos servidores estaduais, inclusive com os reajustes e abono concedidos, conforme estabelecido no Calendário Mensal de Pagamento. De significativa importância é de se destacar a garantia proporcionada, no período, aos investimentos setoriais realizados pelo Governo, que corresponderam a 39,20% da receita global, superior ao valor dos investimentos de 1987, que alcançou o percentual de 36,21% da receita global.

O valor da receita global estimada no Orçamento do Estado para o exercício foi de Cz$ 31,467 bilhões. A receita global arrecadada atingiu o montante de Cz$ 124,941 bilhões, representando um crescimento de 397,05% sobre o valor orçado que, em valores absolutos, dá um acréscimo de mais Cz$ 93,473 bilhões.

A arrecadação do ICM foi de Cz$ 50,394 bilhões superando o valor orçado de Cz$ 15,000 bilhões, em 335,96%, ou seja, um acréscimo de mais Cz$ 35,394 bilhões, no período.

Analisando o desempenho da arrecadação do ICM do Estado com o do exercício de 1987, verifica-se ocorrência de um crescimento real de 0,45%. É significativo esse desempenho em 1988, se considerados os graves problemas econômicos, sociais, políticos e institucionais enfrentados pelo país, aliado ao elevado índice inflacionário de 933,63%, ocorrido no período, que afetaram e comprimiram a demanda por bens e serviços, com reflexos na arrecadação tributária. Além do mais, todos esses fatores influíram fortemente no decréscimo das atividades produtivas, levando a um índice negativo do PIB brasileiro.

As transferências federais tiveram um crescimento nominal de 435,20% em relação ao exercício de 1987, e participaram com 22,79% da Receita Global Arrecadada.

Em comparação com o valor orçamentado, no montante de Cz$ 8,651 bilhões, as transferências federais arrecadadas foram superiores em 309,56% alcançando o valor total de Cz$ 26,780 bilhões.

A execução orçamentária e financeira do Estado no exercício de 1988, está demonstrada nos resultados a seguir discriminados, de acordo com as informções e dados extraídos do Balanço geral do período:

RECEITA	Cz$ 1.000,00
– Receita Prevista	31.467.000
– Receita Arrecadada	124.940.977
– Excesso Global	93.473.977

DESPESA	
– Despesa Autorizada	125.480.016
– Despesa Empenhada	122.608.340
– Saldo Orçamentário	2.871.676

COMPARATIVO DA RECEITA COM A DESPESA	
– Receita Arrecadada	124.940.977
– + Superavit/87	302.303
– Total	125.243.280

- Despesa Empenhada 122.608.340
- Superavit/Deficit 2.634.940

COMPARATIVO DA RECEITA COM A DESPESA PAGA

- Receita Arrecadada 124.940.977
- + Superavit/87 ..... 302.303
- Total 125.243.280
- Despesa Paga 116.011.423
- Superativit/Execução 9.231.857

Assim, de acordo com essas informações, fica evidenciada a excelência da administração orçamentária e financeira do Estado, no exercício de 1988, sob a reponsabilidade técnica e operacional da Secretaria da Fazenda, com a situação devidamente controle e equilibrada.

1.2.1.1 – Análise da Despesa

No exercício de 1988, do montante global das Despesas empenhadas no valor de Cz$ 122.608,3 bilhões, as Despesas Correntes corresponderam a 58,78%, com a participação Cz$ 72.074,9 bilhões; as Despesas de Capital representam 41,22%, atingindo o montante de Cz$ 50.533,3 bilhões.

A participação do item Pessoal e Encargos Sociais, no âmbito das despesas empenhadas no exercício, foi de Cz$ 40.288,9 bilhões, correspondentes a 32,86%, e o ítem Manutenção da Administração Direta e Indireta com Cz$ 15.938,2 bilhões representando uma participação de 13,0%.

No que se refere às Despesas de Capital, é importante destacar o valor destinado aos investimentos governamentais em obras e serviços básicos setoriais, que teve o suporte financeiro de CZ$ 48.056,3 bilhões, ou seja, 39,20% dos recursos globais empenhados no período, incluídos os valores oriundos de empréstimos e convênios.

Relevante salientar que do valor da Receita líquida, no total de Cz$ 91,980 bilhões (exclusive os recursos de empréstimos e as transferências a Municípios), foram atingidas todas as despesas com pessoal e encargos sociais no equivalente a 43,80% desse montante; além do mais possibilitou ao Governo destinar os recursos totais necessários à manutenção da administração direta e indireta no valor de Cz$ 15,938 bulhões, ou seja, 17,33%.

De maior significação para Fazenda Estadual, em 1988, foi a capacidade de investimento dada ao Governo do Estado, através de seus diversos órgão, com recursos originários da Receita Líquida, no montante de Cz$ 25,238 bilhões, representando investimentos setoriais, com recursos financeiros próprios do Estado, equivalente a 27,44%, superiores aos destinos no exercício de 1987.

1.2.1.3 – Dívida Pública

Em 31 de dezembro de 1988, o montante global da Dívida Interna e Externa

do Estado, incluindo o principal e encargos, era de Cz$ 254,729 bilhões, representando 74,61% do valor total do Orçamento do Estado para o exercício de 1989, estimado em Cz$ 341,449 bilhões.

No decurso do exercício de 1988, o Estado conseguiu a rolagem de US$ 26.934.248 de sua Dívida Externa e realizou pagamentos no montante de Cz$ 5,272 bilhões de sua Dívida Interna e Externa, abrangendo o principal e encargos, com recursos provenientes da Receita Líquida. Esse desembolso representou 5,73% do total da Receita Líquida do período, bem superior ao dispêndio relativo ao exercício de 1987, que foi de 2,12%.

Para o exercício de 1989, será previsto o pagamento de parcelas da Dívida Interna e Externa (principal e encargos), no montante de Cz$ 15,600 bilhões, correspondendo a uma participação de 4,57% no valor da Receita Global estimada no Orçamento do Estado. Merece destacar que os compromissos decorrentes da Dívida Pública, em 1989, serão pagos rigorosamente nas datas de vencimento das parcelas, como vem ocorrendo desde o exercício de 1983 (quando deu-se início à recuperação das finanças estaduais), mantendo-se sempre a pprevisão de comprometimento orçamentário e financeiro para sua consecução.

1.2.1.4 – O ICM Arrecadado e o Restituível

A continuidade da política de incentivo fiscais no Estado tem imposto elevados ônus ao orçamento financeiro, pois a média do ICM restituível está atingindo o nível de 52% de toda a arrecadação, sendo que os últimos três meses do ano ultrapassou a marca de 54%, significando que os esforço tributário do Estado vêm sendo transferidos ao Setor Produtivo Industrial. De tal forma o processo inibe a criação de infra-estrutura econômico-social ao ponto de o Estado ter efetivado inversões em torno de Cz$ 32.748.046.390,00, ou seja 26,70% da Despesa, e o ICM restituível atinge Cz$ 54.502.258.000,00, representando quase o dobro da possibilidade de inversões do Estado.

A expectativa é de que esse processo venha a ser modificado, em consequência das novas condições estabelecidas pela Carta Magna, fazendo incidir a cobrança do ICM sobre as importações, condicionante que modificará para uma relação de 58,2% para ICM normal do setor industrial, e 41,8% para o restituível. Nas condições atuais, o ICM normal desse Setor atinge apenas o percentual de 32,3% enquanto o restituível monta em 67,7% ultrapassando de maneira significativa as condições iniciais de implantação do Distrito Industrial.

1.2.1.5 – A Nova Política tributária

A constituição recentemente promulgada estabeleceu um novo sistema tributário nacional, que modifica o perfil de distribuição das Receitas Públicas, primordialmente com duas características básicas:

a) mudança no processo de transferências federais, ocorrendo substancial aumento de receitas públicas da União para os Estados e Municípios, pas-

sando de uma incidência de 14 para 21,5% nos estados e de 16 para 22,5% no caso dos Municípios.

b) adoção de mecanismos que propiciam ganho maior nas receitas públicas para os Estados menos desenvolvidos, através de um diferencial de alíquotas interestaduais.

Além dessas duas condicionantes que resultarão no aumento de receitas, foi também ampliada a base de incidência do ICM, passando a incidir sobre minerais, transportes, energia, combustíveis e comunicação, numa forma compensatória da eliminação dos impostos únicos, com reais vantagens para as Unidades Federativas, (Estado e Municípios) os quais promoverão a cobrança, mediante novas normas legais e regulamentos próprios.

Da mesma forma, a nova Constituição transformou o FE em outro fundo para financiamento do setor produtivo, ao mesmo tempo em que mudou de 2% para 3% o montante de recursos provenientes do IPI e IR. Assim este procedimento objetiva ampliar a base econômica dos Estados do Norte, Nordeste e Centro Oeste, e, consequentemente de modo indireto, acrescer as receitas públicas dos Estados e Município que compõe essas regiões.

Como resultado dessas medidas, haverá maior disponibilidade de recursos e também maior independência financeira dos Estados frente à União.

Releva ressaltar a atuação da SEFAZ na condução dos processos adotados, iniciando-se no Encontro de Secretários do Norte e Nordeste em Manaus, em abril de 1987, ocasião em que já se propugnava um esboço de um sistema tributário, que deveria contemplar a situação ora definida na Constituição.

Assim o ajustamento das normas vigentes ao novo ordenamento constitucional revestiu-se de extrema urgência, processo que veio a ser alcançado através da aprovação co Convênio ICM 66/88.

Por esta forma estabeleceram-se normas provisórias, com força de Lei Complementar, regulamentando-se sobre o fato gerador, base de cálculo, contribuinte e responsável, local da operação e antecipação do imposto. Assim, disciplinou-se as novas condicionantes, compatibilizando-se, em projeto, as alterações do Código Tribitário do Estado.

1.2.1.6 – Considerações sobre a Política de Incentivo

Muito embora a Constituição não tenha de modo claro assegurado a continuidade dos benefícios fiscais estaduais, porquanto estes somente poderão existir por força de convênio, nos termos da própria Constituição, a SEFAZ conseguiu essa manutenção, fazendo constar no convênio ICM 66/88, recentemente assinado junto ao CONFAZ, todos incentivos do ICM em vigor, nesta ZF.

Por outro lado, a nova Constituição estabeleceu a cobrança do ICM nas mercadorias importadas do exterior, colocando em condições de igualdade todos os Estados no que se refere a incentivos fiscais. Esse procedimento veio beneficiar particularmente a receita pública do Amazonas, por ser um Estado importador, sem todavia, prejudicar a política industrial do nosso Estado, que continuará com substancial volu-

me de ICM restituível capaz de manter o nível de competitividade dos produtos industriais produzidos na Zona Franca junto aos mercados internos externo, além dos incentivos fiscais originários do Governo Federal.

1.2.2 – A Organização Funcional

O ano de 1988 foi marcante para a Administração da SEFAZ que, amparada na reestruturação de suas unidades, implementou as metas de trabalhos previstas no relatório anual/87, e buscou dotar a Secretaria da Fazenda de condições técnicas e operacionais necessárias ao atendimento de suas aividades.

Para alcançar esse objetivo, muitos esforços foram despendidos na capacitação de seus servidores, observando-se as diretrizes da política de Recursos Humanos da instituição, concretizando-a em projeto que visaram desde à melhoria do atendimento ao público, com a criação da Seção de Recepção e Vigilância, até a reforma de instalações das Agências do interior do Estado.

É fundamental ressaltar-se a importância atribuída por esta administração a essas agências, ao priorizá-las no atendimento de suas necessidades de instalações, mobiliário, equipamentos e materias de expediente, porque se torna necessário reconhecer as condições de vida e as situações objetivas de convivência imposta à hinterlândia.

Foram também implantados novos sistemas informatizados de pessoal, material, patrimônio e protocolo, como também microprocessamento nas diversas unidades fazendárias, proporcionando maior grau de eficiência na realização dos serviços em processamento.

Pela sua importância na ação fiscalizadora, especial atenção receberam os sistemas de locomoção terrestre e fluvial, através da recuperação dos carros e lanchas, aquisição de botes e cuidadosa manutenção desses meios de transporte.

Outro trabalho a ser destacado foi a realização do Inventário de Bens Móveis do prédio-sede e das Agências da Capital e, em fase de conclusão, das Agências do Interior.

Na área de Administração de Pessoal é válido registrar-se a posse de trinta e um Assitentes Fazendários, cinco Técnicos de Finanças e dez Agentes de Arrecadação, resultante do Concurso Público realizado pela SEFAZ em 1986, e, mesmo assim, esta Secretaria possui menos funcionários hoje (899), do que existia em 1983 (913).

Consolidou-se, também, neste período, a atuação da Seção do Bem Estar, da Divisão de Pessoal, voltada para a solução dos problemas sociais dos servidores fazendários e de seus familiares, através de encaminhamento médico, visitas domiciliares, consultas ao Juizado e Vara de Menores etc.

Pelo exposto, observa-se que o exercício de 1988 apresentou um processo de permanente modernização e racionalização, evidenciando maior dinamismo em sua estrutura organizacional e funcional.

1.2.2.1 – A Estrutura em Vigência

Tendo em vista atender as áreas de sua competência, (Administração Tribu-

tária, Administração Financeira e Processamento de Dados) esta Secretaria, em fins de 1987, com o Decreto nº 10.819, reformulou sua estrutura operacional, para introduzir alterações que assim permitissem alcançar maior eficiência e eficácia no resultado de suas atividades, ao mesmo tempo em que modernizava mecanismo para produzir informações capazes de sustentar racionalidade no desenvolvimento desses processo.

Assim, com as modificações efetivadas, a Secretaria passou a ter a seguinte organização:

I – ÓRGÃO COLEGIADOS

1. Conselho de Recursos Fiscais
2. Comissão de Programação

II – ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO E ASSISTÊNCIA DIRETA

1. Gabinete do Secretário
2. Consultoria Técnica Fazendária
3. Auditoria Tributária
4. Auditoria de Controle Interno
5. Comissão de Obras

III – ÓRGÃO DE APOIO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

1. Departamento de Administração

   1.1 – Divisão de Despesa
   1.2 – Divisão de Material e Patrimônio
   1.3 – Divisão de Pessoal
   1.4 – Divisão de Capacitação e Documentação
   1.5 – Divisão de Serviços Gerais
   1.6 – Divisão de Transportes

2. Centro de Informática e Reprografia

IV – ÓRGÃO CENTRAIS DE NORMATIZAÇÃO, COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO

1. Coordenadoria de Tributação e Informações

   1.1 – Divisão de Programação e Aplicação da Legisção Tributária
   1.2 – Divisão de Informações Econômico-Fiscais

2. Coordenadoria de Arrecadação

2.1 – Divisão de Débitos Fiscais
2.2 – Divisão de Arrecadação da capital
2.3 – Divisão de Arrecadação do Interior

3. Coordenadoria de Fiscalização

3.1 – Divisão de Programação, Controle e Análise
3.2 – Divisão de Fiscalização sobre o Contribuinte
3.3 – Divisão de Fiscalização sobre a Circulação de Mercadoria em Trânsito
3.4 – Divisão de Desembaraço de Documentos Fiscais

4. Coordenadoria de Administração Financeira

4.1 – Divisão de Controle Financeiro
4.2 – Divisão de Execução Orçamentária
4.3 – Divisão de Inspeção Setorial de Finanças
4.4 – Divisão de Cheque-Salário
4.5 – Divisão de Contabilidade
4.6 – Divisão de Controle da Dívida Pública

Dirigida por um Secretário de Estado e um Subsecretário, há ainda vinculados à SEFAZ o Banco do Estado do Amazonas e a PRODAM.

Trabalham atualmente para o seu funcionamento oitocentos e noventa e nove servidores, na sua grande maioria concursados, o que representou na composição das despesas por grupo funcionais, neste exercício de 1988, um custo relativo de 2,93% da Despesa Total.

1.2.2.2 – Obras, Equipamentos e Convênios

Para proporcionar as condições necessárias ao bom desempenho das atividades na capital e no interior do Estado, foram realizadas as seguintes obras, em 1988:

a) reforma do prédio-sede da SEFAZ:

Parte Externa: – desmontagem, pintura e acabamento das fechadas em alumínio e pintura das marquises, impermeabilização e conserto do telhado; lavagem das paredes em concreto aparente;

Parte Interna: – adequação nas salas de trabalho, conforme novo "lay-out", visando a um funcionamento integrado das atividades fazendárias:

– construção em esquadrias de alumínio e vidro do "hall" do prédio-sede, visando a instalação dos serviços de recepção e vigilância.

b) Reforma do Posto Fiscal de São Raimundo.
c) Construção de malhas de aterramento para o sistema de computadores da SEFAZ;
d) Construção, em conclusão, das agências de Tapauá, Lábrea, São Gabriel da Cachoeira, Eirunepé, Urucará e Envira.

No mesmo sentido, foram efetuados neste exercício:

a) Aquisição de moderno equipamento de PABX, cuja entrega e instalação está prevista para fevereiro/89;
b) recuperação do quadro geral de força e luz, com substituição de duas "muflas" de alta tensão;
c) Recuperação do quadro de comando e controle dos compressores do ar-condicionado central do auditório da SEFAZ;
d) Realização de serviços específicos na área externa do prédio, visando a solucionar o funcionamento deficiente dos telefones externos;
e) Instalação de um Ks 11, com 03 ramais, uma linha direta e suas do PABX, com lançamento de cabo 30 pares, na CAF/SEFAZ;
f) Recuperação de compressores usados, para reutilização nos aparelhos de ar-condicionado da SEFAZ;
g) Recuperação do Sistema de abastecimento de água/SEFAZ.

Também foram celebrados pelos Governo do Estado, através desta Secretaria, treze convênios que beneficiaram os seguintes municípios; Codajás, Parintins, Manacapuru, Tapauá, Envira, São Gabriel da Cachoeira, Urucará, Eirunepé, Lábrea e Manaus. Destinaram-se à construção de Agências da Fazenda, expansão do ensino de 1º grau, construção de casa para Juiz e Promotor, indenização de desapropriação de áreas, construção de quadra de esportes, construção de muros, pavimentação de ruas, construção de prédio escolares, construção de área de lazer, obras de urbanização e recuparação de vias públicas.

Firmaram-se ainda convênio com as seguintes entidades:

I) ICOTI, para a continuidade do "projeto CIATA XIV CICLO 2";
II) Grande Loja maçônica do Amazonas – GLOMAM, para realização da XVII Assembléia Geral da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, CMSB, em Manaus;
III) Fundação Universidade do Amazonas, para reestauração da Biblioteca e implantação do mestrado no curso de Direito;
IV) Federação Amazonense de Futebol, para apoio às atividades esportivas;
V) Tribunal Regional Eleitoral, para cobrir despesas das eleições de 15.11.88;
VI) Associação Comercial do Amazonas, para ornamentação natalina do Centro comercial de Manaus.

1.2.2.3 – Valorização de Recursos Humanos

1.2.2.3.1 – Cursos, Concursos e promoções

No exercício de 1988 forma realizadas vinte atividades diversas entre Palestras, Encontros, Seminários e Cursos, cobrindo uma clientela de 1.271 participantes.

A informática mereceu um esforço concentrado, com dois seminários introdutórios, abertos a todos os servidores de diversos setores, além de ministrados três

cursos de treinamento específico em micro (WordStar), e de terem sido enviados servidores para treinamento no Centro de Informática do SENAC.

Uma clientela de 299 servidores recebeu informações para a implantação do novo sistema de protocolo, já em funcionamento, com excelentes resultados, permitindo a solução de um grande problema da administração fazendária que era o controle de processos.

Foram ministrados três cursos de datilografia, sendo um em máquima elétrica e dois em máquima eletrônica: DISMAC E OLIVETTI ET.

O seminário de Desenvolvimento Gerencial, realizado em três turmas de Diretores e Chefes, permitiu maior integração e ampla troca de informação entre os dirigentes, ensejando maior entrosamento e desempenho mais eficaz.

A reciclagem de todo o sistema financeiro e orçamentário realizado pela CAF, com técnicos de Brasília, assegurou as modificações orçamentárias para o exercício vindouro, com ampla aceitação e compreensão, por parte dos servidores fazendários das diversas unidades orçamentárias e financeiras.

Finalmente, fechando as atividades, cabe mencionar a importância de três encontro realizados:

– O primeiro, de Agentes de Arrecadação da SEFAZ no interior, propicionando excelentes resultados no tocante à melhoria da arrecadação e das relações dos diversos Agentes entre si e com a Divisão da Arrecadação do Interior;

O Encontro de Fiscal de Tributos de quatorze Estados, tratou da utilização da informática na ação fiscal, contando ainda com a participação de várias empresas, também de fora do Estado, como a Souza Cruz, que trouxe uma equipe técnica do mais alto nível.

– O Encontro de Secretários de Finanças e Fazenda de vinte Estados e do DF, que foi dirigido pelo Secretário da Fazenda do Amazonas. Esse encontro consolidou a posição da maioria dos Estados no reconhecimento aos direitos da Zona Franca de Manaus, assegurados pela Constituição em vigor, bem como tratou da redistribuição de valores do Fundo de Participação do Estado e a cobrança do novo ICMS.

Com a finalidade de dar condições à SEFAZ para atuar com maior amplitude no campo da fiscalização tributária, no combate à sonegação e evasão fiscal e, principalmente, para atender às exigências do novo Sistema Tributário Nacional, e visando, ainda, adotar esta Secretaria do apoio administrativo necessário para maior presteza e eficiência dos serviços, foram realizados, em 08/09 de outubro último, os concursos para Fiscal dos Tributos Estaduais e Assistente Fazendário.

Para realização desse evento, contratou-ee a FESP, para elaborar as provas e conduzir o processo seletivo.

Nesses concursos foram aprovados cento e vinte e três candidatos ao cargo de Fiscal e oitenta para o de Assistente Fazendário.

Objetivando contribuir com o processo de promoção aos Servidores Estaduais foi elaborado na SEFAZ o "Boletim Individual de Antiguidade e Merecimento" e bem assim o Decreto que regulamenta sua aplicação, e um Projeto de Lei que altera a Lei nº 1762 de 14 novembro de 1986, a fim de permitir adequadamente o seu uso. Este instrumento será objetivo de apreciação por parte da SEAD, para verificação de sua aplicabilidade aos funcionários do Estado.

ESTADO DO AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

QUADRO II - ARRECADAÇÃO DO ICM DO ESTADO - VALOR CONSTANTE

1980/1988 - BASE: JAN 88

Em Cz$ 1.000,00

MESES	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Janeiro	314481.6	428406.5	580123	584650	650893	736522	1175727	1574512	1141582
Fevereiro	312337.3	418011.2	413298	412458	590132	611012	834631	1465621	969986
Março	279705.9	349852.8	391384	307869	501181	580427	861395	1287229	1032960
Abril	301396.6	355637.1	450416	449789	575823	618486	1009799	1126115	1309268
Maio	311707	403506.9	478033	365952	538939	658160	981142	1067029	1120804
Junho	360528.8	418794.8	484978	363431	581449	661339	1243197	998677	1138688
Julho	375005.7	432201.1	475399	357321	618392	638348	1251376	982331	1175917
Agosto	473344.5	450289	494081	363053	607519	700313	1356775	1019137	1190938
Setembro	434572.8	417967.5	482262	710231	594370	835276	1312799	1095009	1326971
Outubro	450700.7	438292.5	468135	509437	607316	827430	1373221	1303402	1363530
Novembro	459392.5	408731.9	475189	615435	682341	905012	1437821	1410458	1407707
Dezembro	517792.9	453506.6	457106	548849	753840	1043513	1576698	1258006	1474544
Total	4590966	4975198	5650404	5588476	7302197	8815837.8	14414580.48	14587526.38	14652897

FONTE: SEFAZ

ESTADO DO AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

QUADRO III . ARRECADAÇÃO DO ICM DO ESTADO - VARIAÇÃO REAL

1980/1988 - Base: 1983 = 100

Em Cz$ 1.000,00

MESES	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Janeiro	-46.21	-26.72	-0.77	0.00	11.33	25.98	101.10	169.31	95.26
Fevereiro	-24.27	1.35	0.20	0.00	43.08	48.14	102.36	255.34	135.17
Março	-9.15	13.64	27.13	0.00	62.79	88.53	179.79	318.11	235.52
Abril	-32.99	-20.93	0.14	0.00	28.02	37.51	124.51	150.37	191.09
Maio	-14.82	10.26	30.63	0.00	47.27	79.85	168.11	191.58	206.27
Junho	-0.80	15.23	33.44	0.00	59.99	81.97	242.07	174.79	213.32
Julho	4.95	20.96	33.05	0.00	73.06	78.65	250.21	174.92	229.09
Agosto	30.38	24.03	36.09	0.00	67.34	92.90	273.71	180.71	228.03
Setembro	-38.81	-41.15	-32.10	0.00	-16.31	17.61	84.84	54.18	86.84
Outubro	-11.53	-13.97	-8.11	0.00	19.21	62.42	169.56	155.85	167.65
Novembro	-25.35	-33.59	-22.79	0.00	10.87	47.05	133.63	129.18	128.73
Dezembro	-5.66	-17.37	-16.72	0.00	37.35	90.13	187.27	129.21	168.66
T O T A L	-17.85	-10.97	1.11	0.00	30.67	57.75	157.93	161.03	162.20

FONTE: SEFAZ

ESTADO DO AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

QUADRO IV -ICM ARRECADADO E RESTITUIDO - VALOR CORRENTE

1980/1988

MESES	1980		1981		1982		1983		1984		1985		1986		1987		1988	
	Norm	Rest	Norm	Rest.	Norm	Rest.	Norm	Rest	Norm	Rest	Norm	Rest	Norm.	Rest.	Norm.	Rest	Norm.	Rest
Janeiro	257	139	530	790	1413	1490	2851	3011	8228	5105	30145	22071	157661	121346	342814	269448	1141582	877364
Fevereiro	266	204	543	699	1057	1163	2132	2334	8191	5011	28159	20078	130086	90914	372751	378472	1130123	826430
Março	247	290	484	455	1051	1017	1698	121	7812	4110	29475	21048	153537	106000	391620	387093	1419675	983799
Abril	276	313	523	542	1270	1314	2704	4502	9873	6885	35400	24511	179786	126028	392221	397586	2087516	1869716
Maio	296	552	629	705	1422	2187	2398	4351	10063	5637	42127	29781	176048	99470	449633	458310	2131563	1941103
Junho	354	135	692	746	1522	2068	2572	3239	11823	6724	46566	3188'	226193	149774	519515	489510	2550613	2191217
Julho	380	458	757	867	1574	2325	2726	3681	13731	9024	49086	42597	230574	182864	603099	505645	3148426	3170873
Agosto	495	489	836	964	1734	2300	3019	161	14879	9432	57951	39609	252972	184052	644784	519409	3955188	3937944
Setembro	469	331	821	829	1811	2573	6408	5460	16100	11154	74773	55881	248885	191591	736848	640164	5317444	5686877
Outubro	501	548	910	1202	1881	2949	5033	3238	18178	12421	80811	69290	264826	201320	926900	875504	6775828	7993543
Novembro	527	570	897	1223	2043	3109	6670	4825	22997	17415	96343	68836	282535	223466	1095117	1154893	8901590	10597823
Dezembro	613	455	1050	1469	2093	3305	6448	4126	27922	21765	123440	105394	320020	264400	1102162	1238473	11834322	14425571
T O T A L	4681	4484	8672	10491	18871	25800	44659	39049	169797	11468?	694276	530977	2623123	1941225	7577464	7314507	50393871	54502258

FONTE: SEFAZ

ESTADO DO AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

QUADRO V - ICM ARRECADADO NA CAPITAL E INTERIOR E POR SETORES ECONOMICOS

Em Cz$ 1,00

ANOS	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL	PARTICIPAÇÃO CAPITAL (%)	PARTICIPAÇÃO INTERIOR (%)	SETORES ECONOMICOS PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIARIO	PARTICIPAÇÃO (%) PRIMÁRIO	SECUN.	TERC.
1972	94523	11034	105557	89.55	10.45	18765	11061	75731	17.78	10.48	71.74
1973	139484	13888	153372	90.94	9.06	22424	17702	113246	14.62	11.54	73.84
1974	186622	17854	204476	91.27	8.73	23733	29643	151100	11.61	14.50	73.90
1975	306454	25082	331536	92.43	7.57	32309	54339	244888	9.75	16.39	73.86
1976	449337	30118	479455	93.72	6.28	33608	80988	364859	7.01	16.89	76.10
1977	691785	49595	741380	93.31	6.69	56480	118501	566399	7.62	15.98	76.40
1978	1100333	70546	1170879	93.97	6.03	85608	166346	918925	7.31	14.21	78.48
1979	1859189	149039	2008228	92.58	7.42	156843	247248	1604137	7.81	12.31	79.88
1980	4319995	360936	4680931	92.29	7.71	337027	1011941	3331963	7.20	21.62	71.18
1981	8033595	638215	8671810	92.64	7.36	558551	2818168	5295091	6.44	32.50	61.06
1982	17838016	1032781	18870797	94.53	5.47	861814	6277938	11731045	4.57	33.27	62.17
1983	42066694	2602029	44668723	94.17	5.83	1826907	19651895	23179921	4.09	43.99	51.89
1984	160123890	9673240	169797130	94.30	5.70	6577569	86101452	77118109	3.87	50.71	45.42
1985	666854353	27421947	694276300	96.05	3.95	19519919	380852347	293904034	2.81	54.86	42.33
1986	2538887348	84235207	2623122555	96.79	3.21	95632853	1355840747	1171648955	3.65	51.69	44.67
1987	7379078232	198390962	7577469194	97.38	2.62	106042419	3915650784	3555775991	1.40	51.67	46.93
1988	49348204166	1045666456	50393870622	97.93	2.07	1045667000	25582278000	24840254000	2.07	50.76	49.29

FONTE: Balanços Gerais do Estado/SEFAZ

ESTADO DO AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

QUADRO VI - DEMONSTRATIVO DA RECEITA DO ESTADO POR FONTES - VALOR CORRENTE

Em Cz$ 1,00

F O N T E S	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
RECEITAS CORRENTES	7821596	14768701	35102703	73080724	260306636	1320358041	4458571831	14642804988	101870662827
Receita Tributária	4766733	8847821	19278919	45488847	171992237	700483143	2699306491	7729538385	51203701479
. ICM	4680931	8671810	18870797	44658723	169797130	694276300	2623122555	7577469194	50393870622
. Outros	85802	176011	408122	830124	2195107	6206843	76183936	152069191	809830857
Receita de Contribuição							14722	74317	427934
Receita Patrimonial	56273	32218	368365	112683	128223		76953440	312093594	3628450317
Transferências Correntes	1702941	3843041	7331912	19021948	75893037	532964272	1445027653	5004155381	26780055947
Outras Transferências Correntes	1295649	2045621	8123507	8457246	12293139	86910626	237269526	1596943311	20258027150
RECEITAS DE CAPITAL	2459291	5038122	17150753	18868968	28923160	309089091	1203666033	3284760788	23070314636
Operações de Credito	555340	900000	8554737	825812	1616465	309089091	1203087071	3280604450	23061668550
Transferências de Capital	1565098	2880717	6533383	14626493	27155093		367575	168	4189262
Outras Receitas de Capital	321247	1257405	2062633	3416663					
Alienação de Bens Mov. e Imóveis	17606				151602		211387	4156170	4456824
TOTAL GERAL DA RECEITA	10280887	19806823	52253456	91949692	289229796	1629447132	5662237864	17927565776	124940977463

FONTE: Balanços Gerais do Estado.

ESTADO DO AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

QUADRO VII - DEMONSTRATIVO DA DESPESA DO ESTADO - VALOR CORRENTE

1980/1988

Em Cz$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
DESPESAS CORRENTES	6935516	15185349	40595345	74893345	230551033	1083154314	3631279545	10076217394	72074998055
Despesa de Custeio	4226117	10058211	24852936	45489633	135281345	604799380	2205207416	6480180028	47418852039
. Pessoal	3519921	8226258	20345480	38323492	111938219	476581908	1765384872	4729792430	30891314917
. Outros	706196	1831953	4507456	7166141	23343126	128217472	439822544	1750387598	16527537122
Transferências Correntes	2709399	5127138	15742409	29403712	95269688	478354934	1426072129	3596037366	24656146016
DESPESAS DE CAPITAL	2807057	4981727	18176464	15485671	47289637	452180004	2059068176	7506247936	50533342043
Investimentos	1283931	2033221	4444836	5071816	15715945	98230984	1198544145	4097801112	32748046390
Inversões financeiras	93585	84241	338914	132439	6336894	34442113	90783912	183806826	121125713
Transferências de Capital	1429541	2864265	13392714	10281416	25236798	319506907	769740119	3224639998	17664139940
Total Geral da Despesa	9742573	20167076	58771809	90379016	277840670	1535334318	5690347721	17582465330	122608340098

FONTE: Balanço Gerais do Estado/SEFAZ

ESTADO DO AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

QUADRO VIII - COMPARATIVO DA RECEITA E DESPESA DO ESTADO - VALOR CORRENTE

1980/1988

Em Cz$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
1. RECEITA TOTAL (A)	10280887	19806823	52253456	91949692	289229796	1629447132	5751494366	17997565776	124940977463
Receitas Correntes	7821596	14768701	35102703	73080724	260306636	1320358041	4458571831	14642804988	101870662827
Receitas de Capital(1)	2459291	5038122	17150753	18868968	28923160	309080091	1203666033	3284760788	23070314636
2. DESPESA TOTAL (B)	9742573	20167076	58771809	90379016	277840670	1535334318	5690347721	17582465330	122608340398
Despesas Correntes	6935516	15185349	40595345	74893345	230551033	1083154314	3631279545	10076217394	72074998055
Despesas de Capital	2807057	4981727	18176464	15485671	47289637	452180004	2059068176	7506247936	50533342343
3. DEFICIT OU SUPERAVIT(1-2)	538314	-360253	-6518353	1570676	11389126	94112814	61146645	415100446	2332637065
4. REL REC/DESP (A/B)	5.53	-1.79	-11.09	1.74	4.10	6.13	1.07	2.36	1.90

FONTE: Balanços Gerais do Estado/SEFAZ

NOTA : (1) Inclusive Operações de Crédito (em Cz$ 1,00)

1980 - Cz$ 555.340(Externa)
1981 - Cz$ 900.000(Interna)
1982 - Cz$ 4.312.831(Interna) e Cz$ 4.241.906 (Externa)
1983 - Cz$ 825.812(Interna)
1984 - Cz$ 1.616.415(Interna)
1985 - Cz$57.443.236(Interna) e Cz$ 251.645.854 (Externa)

ESTADO DO AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

QUADRO X - DEMONSTRATIVO DA DIVIDA PÚBLICA DO ESTADO - VALOR CONSTANTE

1980/1989

Em Cz$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	VALOR CONSTANTE EM Cz$ 1,00 de 1987								
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
DIVIDA FLUTUANTE	314868388	283218424	1086003327	438273345	71082612	141506234	550675858	1139464831	6985237529
Débito da Tesouraria	4712808	3733142	25370098	21505204					
Depósitos Div.Origens	122626666	157606604	794007011	36614565	8832140	4133863	8836160	33381457	48320000
Restos a Pagar	187528894	121878678	220230405	380153577	(2) 62250472	137372371	541839698	1106083374	6596917529
Empréstimos Bancários			43395813						340000000
DIVIDA FUNDADA	447754020	462998713	13446093071	2390976922	2173917607	3179930045	3879656188	24870213792	254729522827
Dívida Fundada Interna	279910669	313668375	689913244	1050980637	955906180	1429910250	958453186	8295944078	76728242451
Dívida Fundada Externa	167843351	149330338	12756179827	(1) 1339996285	1218011427	1750019795	2921203002	16574269714	178001280376
Total da Dívida	762622408	746217137	14532096398	2829250267	2245000219	3321436279	4430332046	26009678623	261714760356

FONTE: Balanços Gerais do Estado/SEFAZ

NOTA: (1) Inclusive Dívida Fundada Vencida no valor de Cz$ 12.232.145.130

(2) Inclusive Restos à Pagar Vencidos em 31.03.83, no valor de Cz$ 228.122.065

Obs: Os valores incluem a Amortização do Principal mais os Encargos Financeiros.

PROCESSAMENTO DE DADOS AMAZONAS
– PRODAM –

Relatório/1988

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 1988

I – Sistemas Implantados

	Orgão Gestor
Sistema de Gestão Hipotecária	IPASEA
Sistema de Controle de Benefícios	IPASEA
Sistema de Acompanhamento de Processos	PGJ
Sistema de Recursos Humanos	PM
Sistema de Gestão de Material	PM
Sistema de Controle de Licitações	SEAD
Sistema de Cadastro Civil	SESEG
Sistema de IPVA para Embarcações	SEFAZ
Sistema de Orçamento	SEFAZ/SEPLAN
Sistema de Execução Orçamentária	SEFAZ/SEPLAN
Sistema de IPVA para Veiculos	SEFAZ
Sistema de Estatística de Saúde	SESAU
Sistema de Controle de Protocolo	SEFAZ
Sistema de Material	SEFAZ
Sistema de Controle da Dívida Ativa	SEFAZ
Sistema de Controle de Processos Fiscais	PGE
Sistema de Orçamento de Obras	ICOTI
Sistema de Arrecadação do Interior	SEFAZ
Sistema de Controle de Licitação	SEAD
Sistema de Administração de Pessoal	SEAD
Sistema de Administração Financeira	SEFAZ

II – **Treinamento de Pessoal**

Total – 21 Sistemas

Foram ministrados 128 cursos para funcionários e clientes com um total de 757 participantes.

III – **Equipamentos**

Foi instalado um computador IBM 4341-M12 e dobrada a capacidade do computador central 4381, o que permitiu um aumento em torno de 86% da capacidade de processamento da empresa.

IV – **Descentralização de Serviços**

Foram instalados 86 terminais de computador em diversos clientes para acesso ao sistema central da Prodam.

Foram instalados 57 microcomputadores em diversos clientes como suporte bá-

sico para a disseminação da informática e descentralização de serviços.

V - **Planejamento de Recursos**

Foi criada na empresa a função de Análise de Performance e Planejamento de Capacidade, a quem coube a realização de redistribuição dos recursos de Processamento de Dados Centrais da Empresa (computadores, discos magnéticos, fitas magnéticas, impressoras, etc...) de forma a se obter maior rendimento desses recursos e poder planejar, de forma adequada, as necessidades de expansão.

BANCO DO ESTADO DO AMAZONAS
– B E A –

GOVERNO DO ESTAD
BIBLIOTECA D
CODEAM

Relatório/1988

I – EXPOSIÇAO SUMÁRIA SOBRE O SETOR

Apesar das dificuldades econômicas vivenciadas pelo país em 1988 nos seus vários segmentos, ocasionando, principalmente, registros de índices inflacionários elevadíssimos, no período, o sistema bancário passou por uma sutil mas definitiva transformação, racionalizando serviços, reduzindo custos com administração de estruturas mais enxutas e correndo em busca de grandes negócios. A reforma bancária já começou a se corporificar quando o **Conselho Monetário Nacional** implementou a primeira etapa do projeto visando ao reordenamento do **Sistema Financeiro Nacional**, permitindo a criação do Banco Múltiplo (Res. nº 1524 de 21.09.88) e assim facultar aos Bancos Comerciais, de Investimentos, de Desenvolvimento, Sociedades de Créditos Imobiliário e Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, a junção em uma única pessoa jurídica de várias instituições financeiras através de fusão, incorporação, cisão, transformação ou constituição direta.

Outro ponto de fundamental impacto ocorrido no setor e definido com a promulgação da nova **Constituição Brasileira** diz respeito ao tabelamento dos juros bancários e, com isso, obrigando a maioria das **Instituições Financeiras** a repassar o seu papel no futuro. O Banco da decáda de 90 já começa a ser delineado e reconstruído. Seguramente será mais humano, cobrará pelos seus serviços, com decisões mais centralizadas e buscará na identificação da comunidade para os seus serviços maior eficácia. É possível que, no futuro, os Bancos obtenham receitas cada vez menores com sua atividade clássica de intermediador financeiro e cada vez maiores com a prestação de serviços.

A mudança transparente do Sistema Bancário é resultante de 03 questões básicas que trouxeram e ainda trazem consequências, principalmente aos **Bancos Estaduais:** a queda real dos ativos, o problema da inadimplência pós-cruzado e o aumento dos custos fixos.

Apesar dos óbices enfrentados durante o exercício, o **BEA** cumpriu de modo estóico e insofismável as suas metas acordadas com o **BACEN**, além de sedimentar suas atividades em prol do desenvolvimento econômico regional.

II – ATIVIDADES RELACIONADAS COM O PROBLEMA DO GOVERNO ESTADUAL

O **Banco do Estado do Amazonas** a partir de 1983, quando iniciou gestão do **Plano de Recuperação** firmado com o **BACEN**, ao mesmo tempo adotou como diretriz basilar, respeitadas as condições de acordo, manter o nível ótimo de relacionamento com os órgãos do **Governo Estadual.** Para confirmação dessa assertiva,

ressaltamos a evolução da **Carteira de Desenvolvimento do BEA,** que no ano de 1988 obteve um incremento nominal de 1.267,04% e em termos de recursos liberados aos setores indústria, comércio, Serviços e Infra-estrutura; aportou o montante de Cz$ 19.081 milhões.

Isto posto, cremos que a missão do **Banco de Desenvolvimento** vem sendo cumprida com esmero pelo **BEA,** muito embora essa considerável soma de recursos nos confira baixa rentabilidade em razão de apoiar operações de fomento à indústria e a área rural, em condições de longo prazo com taxas de juros muito quém das vigentes em mercado, além da anistia que beneficiou cerca de 434 micro e pequenos empresários, alcançando um montante de aproximadamente Cz$ 850 milhões. Significa isso que o objetivo social se encontra num plano maior e num segundo a busca do **Lucro Financeiro,** condição indispensável a própria sobrevivência das Instituições, conseguida, através de operações de curto prazo realizadas via Carteira Comercial.

E válido ressaltar, ainda, que entre as operações de baixa rentabilidade e, em alguns casos, de resultado negativo, se incorporam os empréstimos repassados aos Governo Estadual e Municipal, que em 1988 atingiram os montantes de Cz$ 154.945 milhõesde Cz$ 10.186 milhoes respectivamente, através da Carteira de Desenvolvimento. Destacamos também, dentre as operações efetivadas a Governo, os financiamentos relativos à antecipação de Receita, feito ao Governo do Amazonas, por nossa Carteira Comercial, fato que há muito não se realizava.

III - SÍNTESE DAS ATIVIDADES

Constante do **Plano de Ação Anual,** as atividades desenvolvidas pelo Banco,em 1988, pautaram-se nas seguintes diretrizes e prioridades:

01 - Capitalização Obrigatória;
02 - Participação Obrigatória no processo de recuperação do **BEA/SCI;**
03 - Rigorosa observância do fluxo de Caixa;
04 - Recuperação dos Créditos irregulares remanescentes;
05 - Rigorosa observância da boa técnica bancária;
06 - Rigoroso cumprimento das metas até o término da vigência da **Carta Compromisso** com o **BACEN-PROREF;**
07 - Desmobilização do Ativo;
08 - Melhoria de relacionamento com os órgãos do Governo Municipal, Estadual e Federal;
09 - Otimizar a capacidade e melhoria da produtividade das Agências;
10 - Ampliar a participação no mercado regional;
11 - Racionalização de custos;
12 - Cumprir o Plano de Modernização com ênfase aos investimentos previstos no Plano de Informática do Banco;
13 - Otimizar os intrumentos de apoio à Política de Recursos Humanos;
14 - Cumprir, com vigor, o objetivo de Banco de Desenvolvimento;
15 - Envidar todos os esforços para cumprir a integração do Banco Comer-

cial com o **BEA/SCI** objetivando uma Ação Conjunta, característica básica dos Bancos Múltiplos.

O **BEA** direcionou todos os seus esforços no sentido de cumprir as metas constantes do **Plano de Ação Anual-PLANAL/88,** de forma que se pode avaliar pelo quadro a seguir o alcance dessas metas, notadamente as relacionadas com o objetivo do **Banco de Desenvolvimento.**

VI – ANÁLISE QUALITATIVA DO DESEMPENHO

Com o apoio do Governo Estadual principalmente, o **BEA** tem alcançado resultados satisfatórios independente das dificuldades conjunturais sobejamente conhecidas. O quadro a seguir ressalta a evolução dos principais indicadores referentes ao período de dezembro/82 a dezembro/88 (a preços Constantes) bem como. O quadro Comparativo (a preços correntes) dos dois últimos exercícios entre 1987 e 1988.

ANÁLISE EVOLUTIVA

CZ$ mil

DISCRIMINAÇÃO	VALORES CONSTANTES DE DEZ/88	
	DEZ/82	DEZ/88
1-RECEITA OPERACIONAL	75.482.168	173.557.775
2-DESPESA OPERACIONAL	130.584.626	169.174.237
3-RESULTADO OPERACIONAL	(55.102.458)	4.383.538
4-PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(48.922.072)	11.679.128
5-ENDIV.ESPECIAL	67.475.209	2.297.223
5.1-BCO.DO BRASIL (CX.NEGATIVO (*)	7.728.480	-
5.2-BANCO CENTRAL (1)	-	1.624.223
5.3-BANCO CENTRAL (2)	-	665.802
5.4-DEPÓSITO À PRAZO	59.746.729	7.419

(*) O Caixa Negativo junto ao Banco do Brasil foi transformado em Empréstimo Especial, após adesão do **BEA** ao Programa de Recuperação dos Bancos Estaduais **(PROREF).**

(1) Saldo de empréstimo que o **BEA** tem compromisso de amortização mensal, o que vem sendo cumprido pontualmente, devendo liquidá-lo em setembro do corente ano.

(2) Saldo sujeito a pagamento semestral corrigido, caso o **BEA** não cumpra as metas ajustadas a cada semestre. No entanto, até momento, o **BEA** cumpriu todas as metas ajustadas conforme Cartas do **BACEN** em nosso poder, o que nos leva a admitir o total perdão do valor identificado no item Banco Central (2).

Central (2)

ANÁLISE COMPARATIVA

DISCRIMINAÇÃO	1987	1988	VARIAÇÃO %
1-DEPÓSITOS	2.702.342	14.503.991	436,7
1.1- À VISTA	2.653.432	14.496.572	446,3
1.2- À PRAZO	48.910	7.419	(84,8)
2-APLICAÇÕES	14.269.885	163.145.975	1.043,3
2.1-Cart.Comercial	1.284.837	8.434.718	556,5
2.2-Cart.de Desenv.	12.985.048	154.711.257	1.091,5
3-PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.272.939	11.679.128	817,5
4-RESULTADO OPERACIONAL	341.407	4.383.538	1.183,96
5-RESULTADO DA C. M.	(394.830)	(4.100.711)	938,6
6-RESULT.ANTES DO I. R.	124.378	636.384	411,7
7-PROV. P/O I. RENDA	86.085	370.159	330,0
8-RESULT. APÓS I.R. (*)	38.293	266.225 (*)	595,2

(*) Inclusive Cz$ 89.764 mil de Contribuição Social (parágrafo

çar a melhoria no atendimento à clientela através de medidas como treinamento de pessoal, adequação das instalações físicas, e informatização dos serviços prestados por nossas Agências, com também a preocupação em propiciar melhores condições de trabalho, com remuneração compatível ao nosso funcionalismo.

• REFORMA DE PRÉDIOS

- Adaptação do prédio da Cidade Nova;
- Idem do Alvorada para instalação do Arquivo Geral do **SFBEA;**
- Reforma do térreo e 1º piso de Ag. Central;
- Reforma e adaptação do prédio para funcionamento da Loja de Cobrança/**SCI;**
- Adaptação do "Postão Barroso" para atender os serviços de recebimento das contas de água, luz e telefone e pagamento do funcionalismo público estadual e municipal.

• PLANO DE MODERNIZAÇÃO

Constitui marco da atual gestão do **BEA** o desenvolvimento e execução do Plano de Modernização concebido para um prazo de 03 anos. Os primeiros resultados desse amplo projeto já começam a ser observados, quer seja pela informatização dos diversos serviços nas agências da capital, em outras capitais e principais praças do interior do Estado, quer pela implementação da etapa de desburocratização e racionalização, agilizando dessa forma o processo decisório e consequentemente imprimindo maior velocidade e segurança nas decisões da Instituição.

• RECURSOS HUMANOS

- Implantação do Sistema de Administração de RH computadorizado;
- Prosseguimento, em fase final, do Sistema de Administração de Cargos e Salários do CPD;
- Realização de Concurso Externo para Técnico Rural;
- Em fase final de elaboração e implantação a partir de janeiro/89 o Sistema de "Avaliação de Desempenho";
- Fusão da área de Recursos Humanos do **BEA, SCI** e **CPD,** administrado por um único Departamento;
- Treinamento de pessoal, no total de 1.371 (um mil, trezentos e setenta e um) englobando Cursos, Seminários, Palestras etc.)

• NOVOS PRODUTOS

Em 1988 três novos produtos passaram a ser operados pelo **BEA.** O Credicard-**BEA,** a Poupança Turismo-Copa Itália 90 e a Mesa de Open/Over.

Credicard-BEA – Em março de 1988 o **BEA** firmou Convênio com A Credicard S/A., Administradora de Cartão de Crédito. Decorridos 08 meses de sua implantação, podemos assegurar que o **BEA** dispõe de um instrumento de captação com forte poder de atração sobre sua clientela.

Poupança Turismo-Copa Itália 90 – No presente exercício o **BEA** também firmou Convênio com a **STATUS TURISMO LTDA,** empresa de grande porte internacional sediada em S. Paulo. Visa o programa proporcionar aos seus clientes auto provisionamento financeiro para o evento da Copa Mundial de Futebol na Itália em 1990.

MESA DE OPEN/OVER – Autorizada pelo Banco Central, mercê do bom desempenho do **BEA** no **PROREF,** encontra-se em pleno funcionamento e com grande aceitação junto ao público, conforme se retrata pelo médio captado em dezembro de cerca de Cz$ 8.741 milhões.

SIC

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
– SIC –

Relatório/1988

A. COORDENAÇÃO DE MEIOS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVAS MEDIDAS DE ÂMBITO INTERNO

Reestruturação da SIC abrangendo as seguintes e principais medidas:

- Implantação do Departamento Industrial
- Transformação do Setor de Estatística no Departamento de Documentação e Informação
- Implantação da Divisção de Documentação e Divisão de Informática
- Reorganização do Departamento de Administração de Incentivos
- Reorganização do Comitê Técnico no âmbito do Departamento de Administração de Incentivos
- Incorporação da Secretaria Executiva do CODAM à estrutura da **SIC** bem como organização e estruturação do mesmo órgão
- Instrumentação da **SIC** mediante aquisição de móveis e equipamentos diversos
- Modificação de rotinas administrativas
- Elaboração de novas propostas de Regimento Interno para a Secretaria
- Informatização das rotinas da **SIC** envolvendo 4 microcomputadores e implantação de 1 terminal ligado ao **CPD** da **FUCAPI**
- Revisão de critérios e níveis de produtividades referentes ao pessoal da **SIC.**

Medidas de Âmbito Externo/Entidades Vinculadas

- Agregação do **CEAG-AM** à jurisdição da **SIC**
- Elaboração do Instrumental Jurídico, para fins de criação e implementação das Câmaras da Indústria, do Comércio e Turismo e do Conselho Estadual da Indústria de Construção
- Modernização das atividades da **JUCEA,** através da introdução do Serviço de Autenticação Instantânea e microfilmagem de diários oficiais, documentos e livros fiscais e/ou contábeis

Descentralização e interiorização dos serviços de registros do comércio com implantação dos registros instantâneos em Itacoatiara, Parintins, Manacapuru, Tefé e São Gabriel da Cachoeira

- Incorporação do pessoal da **JUCEA** ao regime estatutário
- Reestruturação do plano de cargos e salários da **EMAMTUR.**

Principais Resultados Alcançados e/ou Esperados

- Maior agilização e operacionalização na dinâmica interna da Secretaria e entidades vinculadas e/ou juridicionadas. Redução de custos, redução ou eliminação de entraves burocráticos, duplicidade e paralelismo.

B. PLANEJAMENTO, ESTUDOS E PESQUISAS

Elaboração dos Seguintes Trabalhos

- Plano Setorial para o período de 1987 a 1990
- Plano Operacional 1988
- Estudo de Avaliação relativo ao período março a dezembro de 1987
- Estudo com vista à implantação em Manaus de uma Zona de Processamento de Exportação
- Em ação conjunta com o **CODEAMA** foram realizadas pesquisas com vista a confecção dos diagnósticos industriais dos Municípios de Benjamin Constant e Tefé
- Elaboração dos diagnósticos industriais das regiões administrativas do Estado
- Elaboração, pelo **CEG-AM**, dos diagnósticos relativos à construção naval na capital e no interior totalizando 35 estudos
- Elaboração do Plano Integrado do Setor Madeireiro
- Estudo de concepção do Sistema de Acompanhamento e Avaliação para **SIC** e órgão vinculados
- Acompanhamento sistemático do desempenho operacional a nível das instituições integrantes do sistema **SIC**
- Estudo de avaliação relativo ao período executivo de janeiro a julho 1988
- Elaboração, em conjunto c m a **FUCAPI**, do diagnóstico do setor de c mponentes, base do programa de regionalização e fundamento para a identificação de novas oportunidades de investimentos objeto dos perfis industriais
- Acompanhamento estatístico e informativo sistemático no âmbito das atividades ligadas aos setores da indústria, comércio e turismo e relativas a economia do Estado
- Elaboração de 22 perfis industriais, versando sobre oportunidades de investimentos e divulgados na Exposição da Zona Franca de Manaus em São Paulo
- Elaboração do documento "Incentivos ao Investimento na ZFM", base para a confecção do trabalho "Manual do Investidor"
- Celebração e execução do convênio **SIC/SUFRAMA-FUCAPI** visando ao estabelecimento comum de coleta, processamento e utilização de dados empresariais
- Edição mensal do boletim estatístico.

- Elaboração pelo **CEAG-AM** do cadastro de Empresa de Serviços sediadas no Amazonas
- Elaboração e Publicação Mensal do Boletim de Indicadores Econômicos
- Elaboração de estudo específico sobre a Zona Franca de Manaus para efeito de apresentação no II Encontro das Zonas Francas Latino-Americanas e do Caribe.
- Elaboração, pela **EMAMTUR**, dos Indicadores e do Plano Estadual de Turismo.

Principais Resultados Esperados/Alcançados

- Aumento do conhecimento dos setores objeto da ação governamental, para fins de subsídios e orientação das medidas de estímulo e/ou ajustamentos; aprimoramento da utilização dos instrumentos de acompanhamento; levantamento de indicadores de comportamento estrutural, setorial e conjuntural.

C. DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

- Análise de 154 projetos já submetidos ao **CODAM** em 07 reuniões ordinárias, representando investimentos superiores a 127 bilhões de cruzados e criação de aproximadamente 26.000 novas oportunidades de empregos;
- Aperfeiçoamento da sistemática de análise de projeto e emissão de laudos técnicos;
- Realização de 39 inspeções e acompanhamento de empresas incentivadas, inclusive inspeção dos 10 empreendimentos beneficiados com adicionais de restituição;
- Definição de 23 programas de Regionalização para empresas integrantes do subsetor eletro-eletrônico, correspondendo, em termos de compras no mercado local, ao valor de US$ 165 milhões, o que representa acréscimo de 120% em relação ao ano de 1987;
- Elaboração do cadastro relativo à linha de produção objeto do programa supra mencionado;
- Atividades diversas de apoio, promoção e fomento à industrialização e as atividades de comercialização e turismo;
- Assistência à Micro, Pequena e Média Empresa na capital e no Interior do Estado, beneficiando no total cerca de 12.000 Unidades empresariais, nos seguintes segmentos: Capacitação Gerencial 4.725, Capacitação Financeira – 488 UE, Capacitação Tecnológica 398 UE, Capacitação Mercadológica – 2.265 UE, Estudos e Pesquisas – 3.725 UE.

Resultados Alcançados e/ou Esperados

- Fortalecimento das empresas sediadas no Estado, criação ou identificação

de novas oportunidades de Investimentos ao nível de utilização da capacidade instalada, aumento do valor agregado regional dos bens na Zona Franca de Manaus.

D. DESENVOLVIMENTO COMERCIAL

- Realização de pesquisa conjuntural mensal do comércio varejista da Zona Franca Manaus;
- Levantamento dos principais problemas do comércio de Manaus, para tomada de medidas objetivando a sua eliminação;
- Realização de pesquisas sobre bagagem acompanhada com vista à obtenção de informações;
- Estudos com vista à elaboração de um programa de formação de Recursos Humanos para o Setor Comercial;
- Participação na 1ª Feira da Zona Franca de Manaus em São Paulo, realizda no período de 17 a 25 de outubro no pavilhão do Anhembi;
- Realização por intermédio do **CEAG-AM**, das V e VI FEIMOV e da IV e V FEIVEST;
- Movimento de Registros e arquivamento a cargo da JUCEA: 5.317 constituições de firmas e sociedades, 4.279 alterações e 215 extinções num total de 9.591 registros;
- 210 encaminhamentos, ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial, de processos com diversos propósitos dentre os quais: Registro de Marcas, Registro de Expressão Propaganda, Petições, Pedido de busca etc.

Resultados Alcançados e/ou Esperados

- Aumento dos níveis de negócios dentro do Estado, modernização das práticas operacionais utilizados nas atividades do setor.

Na Área de Desenvolvimento de Recursos Humanos os Resultados Esperados e/ou Alcançados foram:

- Capacitação e desenvolvimento das pessoas direta ou indiretamente vinculadas aos setores da Indústria, Comércio e Turismo, de forma a viabilizar a melhoria dos serviços públicos e privados, bem como, o alcance de novos graus ou níveis de evolução para a economia estadual.

E. TURISMO

- Promoção turística do Amazonas no país e exterior mediante a participação da **EMAMTUR** nos eventos públicos e "Workshops" a seguir relacionados:

Nacionais

- Salão Profissional de Turismo em São Paulo de 11 a 13 de abril
- I Salão Profissional Norte/Nordeste em Fortaleza de 11 a 14 de maio
- Uma Aventura de Amor na Amazônia em Campinas de 30 de maio a 11 de junho
- XVI Exposição Brasileira de Turismo, vinculada ao Congresso Brasileiro de Agência de Viagens em São Paulo de 23 a 27 de agosto
- I Exposição da Zona Franca de Manaus em Brasília
- Feira de Zona Franca de Manaus em São Paulo de 17 a 25 de setembro
- EC Mercado/88 no Centro de Convenção de Salvador – Ba. de 05 a 07 de outubro
- Meet Brasil – Rio de Janeiro.

Internacionais

- Feira Internacional de Turismo em Madri/Espanha de 27 a 31 de janeiro
- Borza Internacional de Turismo em Milão/Itália de 24 a 28 de fevereiro
- Internacional Tourism Exchange em Berlim/Alemanha Ocidental de 05 a 10 de março
- Saloon de Tourism Voyages em Paris
- Congresso da Confederação das Organizações Turísticas da América Latina
- Circuito Alemanha de 12 a 23 de março
- Circuito Espanha de 08 a 24 de março
- Encontro Comercial nos Estados Unidos de 19 a 21 de abril (Orlando Tampa, Lauderdale, Palm, Beach)
- Las Américas em Miami/Flórida Estados Unidos de 12 a 14 de junho
- IE & Me – Incentive Travel and meeting em Chicago
- Associacion Argentina de Agentes de Viagens e Turismo
- Road – Show da Varig da Escandenária de 10 a 16 de setembro
- Encontro Comercial – Montreal/Toronto
- Brussels Travel Tair – Bruxelas
- Wold Travel Marhet – Londres

Promoção, participação e/ou organização de Eventos Organização e Promoção

- Carnaval 1988
- XXXI e XXXII – Festival Folclore do Amazonas
- Procissão Fluvial de São Pedro (87 e 88)
- Lançamento oficial da campanha de Turismo Ecológico

Apoio e Participação

- Festival Marquesiano (87 e 88)

- Festival de Parintins (87 e 88)
- Procissão de Nsa. Sra. da Conceição
- XXIV Congresso Nacional de Medicina Tropical
- Internacional Symposium "Exocitatory Aminoauds 80"
- Exposição da Sema Indígena, em diversos locais
- III Encontro de Ciência e Tecnologia de Alimentos da Amazônia
- Exposição americana de componentes eletrônicos, equipamentos de produção e teste para Indústria Eletrônica, tendo como promotor a Embaixada Americana
- Reunião a nível regional de supervisão de ensaio superior
- X Encontro de Ecologia do Amazonas
- Concurso Rainha XXXII – Festival Folclórico/88
- Tour – Fluvial com Oficiais da Escola Superior do Estado Maior da Aeronáutica
- I Curso sobre Fundamento Básico e Técnicas de Controle da População
- V e VI FEIMOV
- V e VI FEIVEST
- Elaboração, para fins de negociação de verba, dos seguintes projetos:
  Hotel – Escola
  Terminal Rodo-Fluvial
  Terminal de Turismo Social.

Produção de Material Promocial e de Divulgação

- Preparação de Prés-realcasses, Folders, Cartazes, Material Fotográfico
- Calendário Promocional
- Display de mesa
- Folhetos "The Exotic Amazon" em 5 idiomas
- Atualização do Multivisão
- Folheto Circuito de Campinas
- Folheteria para os 21 anos da Zona Franca de Manaus
- Folheto ecológico, com a participação da **EMBRATUR**
- Amazonas (folhetos, posters, etc)
- Cartaz do XXIII Festival Folclórico de Parintins
- Flyer "Uma Aventura de Amor na Amazônia"
- Folheteria para distribuição no território nacional
- Anúncios e Reportagens
- Boletins Informativos.

SEDUC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
– SEDUC –

Relatório/1988

A Secretaria de Educação e Cultura, em consonância com seu Plano de Metas traçado para o exercício de 1988, desenvolveu sob a égide das várias coordenações e chefias, além das atividades de rotina, determinados eventos bastante significativos e evidenciados a seguir.

1. CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS A NÍVEL DE MACRO E MICRO SISTEMA

O quadro situacional das ações previstas nesta área de intervençao para o resgate dos educadores em termos de competência técnica, consciência social e criatividade, a fim de garantir soluções novas e mais ricas para a maximinação dos resultados das ações desta Secretaria, foi positivo pelo aperfeiçoamento, atualização e habilitação de 3.640 pessoas entre docentes técnicos e administrativos, fato que se fez urgente e necessário para não se continuar em dissonância com o atual processo de democratização do Plano de Metas da atual administração.

2. AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO ATENDIMENTO E ENSINO ESCOLAR

A SEDUC, no decorrer de 1988, investiu na Rede Física Escolar, com recursos federais e estaduais tanto na capital quanto no interior do Estado, construindo, ampliando e recuperando os equipamentos escolares, o que possibilitou a ampliação e melhoria do atendimento, pela oferta de melhores espaços físicos destinados aos diversos graus de Ensino.

Somente na capital recuperou 41 escolas beneficiando 53.758 alunos. Além das recuperações foram ampliadas 23 escolas e construídas 02, oferecendo 2.200 novas vagas.

Transferiu recursos a 20 municípios do interior para recuperação de 18 escolas, beneficiando 14.030 alunos e ampliação/construção de 10, oferecendo 4.560 novas vagas.

As atividades definidas e acionadas na área pedagógica objetivando a valorização do ensino público e a melhoria da produvitidade do ensino foram amplamente trabalhadas.

2.1. PRÉ-ESCOLAR

O atendimento ao Pré-Escolar, de acordo, com a proposta de trabalho especificamente elaborada para essa modalidade de Educação, foi amplamente difundida e atendida de forma sistemática na capital e no interior do Estado.

Com a finalidade de melhorar a qualificação dos professores e técnicos que atuam na área e visando ao desenvolvimento global da criança nos aspectos afetivo, cognitivo, social e perceptivo motor, realizaram-se: encontros e cursos, no Estado e em outras Unidades de Federação; jornadas pedagógicas; orientações e discussões sobre a melhoria das estratégias de atendimento; elaboração de Boletins Informativos; visitas de supervisão às classes da capital e 08 municípios bem como de outras realizações com vistas a promover a implementação da metodologia de trabalho adotada.

Para possibilitar melhores condições de atuação professor/criança, foi distribuído material didático para 151 classes da capital e 434 do interior. Equiparam-se com mesas e cadeiras 06 escolas da capital e 20 do interior, computando-se um total de 206 mesinhas e 772 cadeirinhas, ação que beneficiou uma demanda de 1.488 pré-escolares dos 4 aos 6 anos de idade.

2.2. PRIMEIRO GRAU

O Núcleo de 1º Grau, órgão fim da Coordenadoria de Assuntos Educacionais, tem como objetivo a coordenação, acompanhamento e avaliação do ensino regular de 1ª a 8ª serie.

As principais atividades desenvolvidas no período de janeiro a dezembro de 1988 foram:

- Deu-se continuidade às ações de estudo e elaboração de componentes curriculares das áreas de Língua Portuguesa, Educação Física, Geografia, História e Ciências além do acompanhamento sistemático em Língua Francesa com a realização de estágio de Atualização na Aliança Francesa e a elaboração do Plano Anual de Ensino Religioso.
- Foram realizadas duas pesquisas: "Caracterização do Ensino Noturno" objetivando a definição de uma política específica para essa clientela e "Caracterização do Ensino Diurno" visando a detectar possíveis distorções.
- A priorização dada a Capacitação de Recursos Humanos do Sistema, levou vários técnicos a participarem de Seminários, Encontros Pedagógicos e Congressos, sobre temas atualizadores de Educação dentro e fora do Estado, possibilitando estudos comparativos, reflexões, adoção de novas posturas e estratégias adequadas a nossa realidade educacional. Promoveram-se encontros técnicos entre Diretores de Unidade e de Escolas, Supervisores, Orientadores e Administradores, para a reativação do modelo de ação integrada, além da Jornada Pedagógica buscando o equilíbrio do papel administrativo e pedagógico do Diretor.
- Prestou-se assistência técnico pedagógica direta a 27 municípios em 238 escolas, sendo 135 da capital e 103 do interior e ao sistema em geral.

2.3. SEGUNDO-GRAU

O Núcleo de 1º e 2º Graus desenvolveu atividades de ensino, tais como:

- Elaboração de todos os componentes curriculares dos cursos não profissionalizantes semestrais e seriados;

• O programa de reforma do Ensino Público de 1º e 2º Graus-Regular, implantado no início de 1988, reorganizou o ensino de 2º Grau consistindo em ensino profissionalizante em 3 anos; ensino profissionalizante em 1 ano atraves dos Institutos de Educação Profissional; o ensino não profissionalizante seriado em 3 anos. A implantação deste Programa mobilizou a equipe do Núcleo junto as Escolas que ofereciam estas modalidades, com excessão do profissionalizante em 3 anos que já estava organizado, para elaboração das Grades e Propostas Curriculares;

• Acompanhamento sistemâtico das ações pedagógicas dos componentes curriculares Língua Francesa, Língua Inglesa e Ensino Religioso, no Ensino de 2º Grau;

• Participação na pesquisa "Caracterização do Ensino Noturno" para definição de uma política voltada para a clientela desse turno;

• Participação na pesquisa "Caracterização do Ensino Diurno" para proceder estudo comparativo dos dois turnos e detectar possíveis distorções.

• Em dezembro de 1988, realizou-se Encontro Nacional de 2º Grau, resultado dos programas "Revisão Crítica do Currículo de 2º Grau" e "Formação de Educadores para o Ensino de 1º Grau", com o objetivo de caracterizar o núcleo comum como a essência do 2º Grau, quer os cursos oferecidos sejam profissionalizantes ou não, regulares ou supletivos, ministrados em diferentes turnos. Visa também, a promover a melhoria da qualidade dos cursos de Habilitação Magistério, proporcionando aos seus egressos melhor desempenho no ensino de 1º Grau.

O encontro envolveu os técnicos das Secretarias de Educação, professores e/ou especialistas das escolas técnicas federais – agrícolas e industriais.

2.4. ENSINO SUPLETIVO

O Núcleo de Ensino Supletivo tem como gerência o desenvolvimento de Programas que objetivam o atendimento da demanda não absorvida pelo ensino regular. Suas atividades foram desencadeadas em função da Melhoria e Expansão visando à Suplência, Suprimento, Aprendizagem e Qualificação da clientela, na capital e no interior do Estado a nível de 1º e 2º Graus.

Envolveu 21.200 alunos em Manaus através de 533 classes e 14.044 em 63 municípios em 548 turmas. Em convênio com a Fundação Educar, realizam-se a capacitação dos técnicos e professores e a distribuição do material didático básico.

Foi dado acompanhamento técnico-pedagógico aos municípios atingidos e áreas especiais de Pitanga e Balbina através de treinamento, supervisão aos cursos e aplicação de Exames de Suplência.

Os testes da área profissionalizante desenvolveram-se nas modalidades: Visitador Sanitário, Auxiliar de Enfermagem, Técnico em Enfermagem, Técnico em Higiene Dental, Técnico em Eletrônica e Técnico em Transações Imobiliárias, habilitando os aprendizes ao ingresso no mercado de trabalho.

Oportunizou-se o atendimento educacional além da escola formal, em ação conjunta com a Penitenciária Agrícola, IALO, Capitania dos Portos, Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos, EVADIN, CCE e MOTO HONDA em diversificados cursos de suplência, proporcionando a melhoria e a promoção humana do aprendiz.

2.5. EDUCAÇÃO ESPECIAL

Vinculado à Coordenadoria de Assuntos Educacionais, atende alunos portadores de deficiências e, como tal, em 1988 procurou expandir e melhorar este atendimento através dos seguintes aspectos:

- Distribuição de material didático, de consumo e equipamentos específicos para classes, escolas especiais e CETRID;
- Implantação de 14 classes Especiais em 03 escolas de Manaus e 09 escolas do interior;
- Assistência Técnico-Pedagógicas a escolas da capital e interior que possuem Classes Especiais.

O atendimento da Educação Especial no Estado do Amazonas está sendo realizado na capital e em 23 municípios. Além das visitas de assistência técnico-pedagógica, foram visitados outros municípios para verificar a disponibilidade de espaço físico, de professor e da clientela, para a realização do processo de expansão.

Paralelo a este trabalho foram feitas reuniões com várias instituições convencionadas ligadas à Educação Especial, a triagem de 492 alunos de escolas da rede estadual, particular e à comunidade de um modo geral e o encaminhamento desta clientela triada e diagnosticada para várias escolas e instituições conveniadas.

- Qualificação de Recursos Humanos;
- Programa "Bolsa de Trabalho para Excepcionais".

Para o aproveitamento destes alunos e sua integração, na forma de trabalho foram concedidas 20 bolsas para 06 deficientes visuais (DV), 08 deficientes auditivos (DA) e 06 deficientes mentais educáveis (DME), depois da sondagem feita no mercado de trabalho local (firmas comerciais e industriais) e que culminou com a colocação destes alunos para estágio por um período de 10 meses e que teve o apoio financeiro da SESPE/MEC.

Com relação às atividades sociais o Núcleo de Educação Especial promoveu 02 grandes realizações:

1ª Semana do Excepcional

2ª Campanha de Prevenção de Deficientes

3. AMPLIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO

As ações desenvolvidas através do Núcleo de Assistência ao Educando tiveram como objetivo dar continuidade aos programas já existentes como:

- Bolsas de Trabalho para o 2º grau com a concessão de 420 bolsas;
- Bolsas de Estudos 17.782 bolsistas do Pré-Escolar ao ensino de 1º e 2º graus.
- Livro Didático, Módulos Escolares e Biblioteca Escolar;
- Implantação do Projeto Ciranda da Ciência, em 30 Escolas da capital e 10 do Interior;
- Horta-Escolar – com a criação de 27 na Capital e 65 no Interior;

• Saúde do Escolar – 78.367 alunos receberam atendimento médico, odontológico e oftalmológico.

• Realização da I FEIRA DA CIRANDA DA CIÊNCIA

• Alimentação Escolar – com a distribuição de 1.800 toneladas de alimentos nas Escolas do Sistema.

4. AMPLIAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DAS AÇÕES CULTURAIS

No sentido de ampliar e dinamizar as ações culturais, esta Secretaria, da CAC – Coordenadoria de Assuntos Culturais, ofereceu todo o apoio necessário à produção de natureza artística nas áreas setorial, profissional, amadora e estudantil da capital e de alguns municípios.

As atividades culturais, amplas e diversificadas na sua conjuntura, quase sempre imprescindindo de intervenções técnicas e específicas por parte da CAC, estiveram assim voltadas, não apenas para a clientela estudantil como também para outros segmentos da sociedade.

Desta forma, foram organizados e promovidos:

• Curso Preparatório de Teatro e Dança, Violão, Mímica para Teatro, Dicção e Interpretação, Direção e Produção Teatral, Iniciação ao Jazz, atingindo um total aproximado a 700 cursistas.

Outras atividades culturais:

• Sessões de filmes de arte;

• Mostra estudantil de artes cênicas com a participação de várias escolas;

• Visitas aos museus da cidade;

• Organização do Salão de Arte da Juventude;

• Programações variadas sobre o Centenário da Abolição;

• Realização de Oficinas e Circuitos de Arte nas Escolas;

• Apresentação de Grupos de Dança e Coral formados por estudantes e comunitários;

• Confecção de Posters e Cartazes;

• Lançamentos Literários;

• Apoio às atividades culturais da comunidade.

1. FEIRAFRO – Comissão de Programação do Centenário da Abolição da Escravatura e Edição do Jornal – P OCEN.

• Apoio à Produção de 23 espetáculos da comunidade.

5. AMPLIAÇÃO DA PESQUISA PARA CARACTERIZAÇÃO DO ENSINO NOTURNO.

Desde 1984 o MEC, através da Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus/Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional, iniciou o Projeto Suindará com objetivo de subsidiar os cursos noturnos de 2º grau a buscarem alternativas educacionais visando a garantir o acesso e a permanência do aluno nesta modalidade de ensino. Após pes-

quisas e estudos realizados pelo MEC constatou-se que a maior parte do atendimento nos cursos noturnos, tanto de 1º como de 2º grau das áreas urbanas, é voltado para uma clientela que já se encontra em atividade profissional, buscando a sobrevivência em emprego ou subemprego, dada a sua falta de preparo para competir no mercado de trabalho. Essa luta pela sobrevivência acaba afetando os alunos da escola, dado o seu esgotamento orgânico e psicossocial. E, pela falta de tempo para estudar, ele acaba perdendo seu único momento de estudo, a sala de aula.

Através de Encontros Nacionais com as Unidades Federadas ressaltou-se a necessidade de se estabelecer alternativas metodológicas apropriadas às características dessa clientela. Para tanto, o MEC, juntamente com as Secretarias de Educação, levantaram dificuldades e possibilidades relativas à análise, de alternativas metodológicas não convencionais, que pudessem vir a ser adotadas.

No Amazonas a pesquisa iniciou-se em 1987 e será concluída em 1989 e após todo esse processo, será elaborado um documento com diretrizes básicas para implantação do programa de melhoria do ensino noturno.

6. COMPRA DE VAGAS PARA O 2º GRAU

Com a aquisição de vagas nos Colégios Particulares pode-se beneficiar 3.456 alunos desta modalidade de ensino.

7. PROJETO "MEU FILHO"

Desenvolveu-se em 03 Unidades Escolares situadas nos bairros de grande concentração populacional: Alvorada, Coroado e São José Operário II. Em cada escola foram atendidos 120 alunos da 1ª a 4ª série do 1º grau, na faixa etária de 10 a 14 anos, em regime de semi-internato, que receberam orientação sobre atividades ocupacionais de Práticas Hortigrangeiras, complementadas por serviços de assistência social e médico-odontológica, fardamento, merenda escolar e livro didático.

O objetivo maior do Governo Estadual através da **SEDUC**, que é a **VALORIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO**, priorizando a Educação Básica, conduziu o **IERAM** à execução de ações na zona rural que contribuissem para a culminância dessa intenção.

ANEXO:

ESTADO DO AMAZONAS

NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS POR NÍVEL DE ENSINO REDE ESTADUAL - 1988

LOCALIZAÇÃO	EDUCAÇÃO ESPECIAL	EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	ENSINO DE 1º GRAU	ENSINO DE 1º GRAU	ENSINO SUPLETIVO
Capital	842	4.988	136.470	19.341	14.058
Interior	847	16.624	125.888	10.559	12.920
Estado	1.689	21.612	262.358	29.900	26.978

FONTE: SEDUC/COPLAN/NÚCLEO DE ESTATÍSTICA

ESTADO DO AMAZONAS

NÚMERO DE ESCOLAS E SALAS DE AULA REDE ESTADUAL-1988

LOCALIZAÇÃO	NÚMERO DE ESCOLAS	NÚMERO DE SALAS DE AULA
Capital	132	1.476
Interior	299	2.287
Estado	431	3.763

FONTE: SEDUC/COPLAN/NÚCLEO DE ESTATÍSTICA

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RURAL DO AMAZONAS
– IERAM –

Relatório/1988

1. INTRODUÇÃO

O objetivo maior do Governo Estadual através da **SEDUC**, que é a **VALORIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO**, priorizando a Educação Básica, conduziu o **IERAM** à execução de ações na zona rural que contribuissem para a culminância dessa intenção.

A estatística da instituição mostra, em 1988, a existência de 91.021 alunos na zona rural do Estado, 4.440 professores rurais, 121 supervisores, distribuídos em 3.448 escolas com as quais o **IERAM** mantém enlace de ações educativas.

Foram realizadas ações conjuntas com outros órgãos, como **SUDHEVEA, FUNDAÇÃO EDUCAR, SUDAM, SEDUC, MEC, SEFAZ, PRODAM, SEMEC** e **BANCO MUNDIAL**, por se inte elacionarem com o **IERAM** no sentido de prestarem assistência e apoio educacional à zona rural do Estado do Amazonas.

2. EDUCAÇÃO FORMAL

O **IERAM** vem perseguindo, desde 1987, a meta de Capacitação de Recursos Humanos, que vai desde a Capacitação de Técnicos a nível Central até a Capacitação de Titulação de Professores Rurais, passando pela reciclagem e capacitação do efetivo atuante nos Órgãos Municipais de Educação **(OME'S)**.

• Cooperação Técnico-Pedagógica e Supervisão

Dentre as ações programadas pelo **IERAM** está a de Cooperação Técnico-Pedagógica e Administrativa aos professores rurais, executada diretamente pelos **OME's** e assessorada pelos Técnicos do **IERAM** que, através de visitas e reuniões de supervisão, orientam, acompanham e avaliam as atividades técnicos-administrativas concernentes a cada um dos municípios.

• Produção de Material Didático para Alunos e Professores

A produção de material didático, destinado a apoiar as atividades pedagógicas implantadas pelo **IERAM**, é resultante das avaliações realizadas junto aos professores e alunos da zona rural. Deu-se continuidade ao processo de revisão e ajustes dos conteúdos e exercícios das cartilhas de 1ª a 4ª série.

- **Avaliação do Currículo**

O currículo próprio para a zona rural do Estado do Amazonas foi implantado em 1985, inicialmente em 07 municípios; atualmente já abrange 27, em fase de implantação. O conjunto de material que compõe o currículo é Programa de Ensino, Calendário Escolar Agrícola Regionalizado, Cartilhas de 1ª, 2ª e 3ª séries, livros de exercícios e cartazes de alfabetização.

- **Calendário Escolar Agrícola**

A necessidade de regionalizar o ensino, na zona rural do Estado, leva o **IERAM** a esboçar linhas de ação, onde a educação deverá ser voltada para a realidade amazônica com características próprias para o Amazonas. A educação na zona rural, portanto, deveria ser aquela que se faz na zona urbana.

A primeira medida foi quanto à elaboração do Calendário Escolar Agrícola, condizendo com os períodos produtivos e com os ecossistemas (cheias e vazantes).

Atualmente o Calendário Escolar Agrícola já se encontra implantado em 20 municípios, permitindo a introdução de ajustes para compatibilizar o processo educativo à produção e realidade rural.

3. EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Destina-se a facilitar a participação da comunidade no processo educativo, a partir da necessidade identificada pelos agricultores e suas famílias de serem agentes de seus próprios desenvolvimentos. Consiste em alfabetizá-los e integrá-los como elementos participativos e atuantes dentro do contexto em que vivem.

4. AÇÕES DE APOIO

A ação de **"Levantamento da Rede Física e Mapeamento Escolar"** em 1988 constitui importante instrumento técnico para subsidiar não só as ações de caráter educacional, como também tem fornecido outras informações, uma vez que foram pesquisados dados quanto ao número de habitantes, número de domicílios, índice de analfabetismo, vinculação territorial e dependência administrativa das escolas.

Em 1988 a ação estendeu-se a três Municípios – Parintins, Barreirinha e Manaus – cujas informações detalhadas se encontram na instituição registradas em Relatórios e Mapas.

No caso do Município de Manaus, além de toda a zona rural, incluindo a área rodoviária e ribeirinha, o trabalho estendeu-se à zona urbana para identificação das escolas vinculadas e conveniadas da **SEMEC**/Prefeitura Municipal de Manaus.

- **Programação Executada em 1988**

As metas definidas nos projetos para o exercício de 1988 levaram em conta

ações iniciadas em anos anteriores, como Mapeamento Escolar, Capacitação de Recursos Humanos, Impressão de Material Didático, Construção e Equipamento de Prédios Escolares, Fornecimento de Material Escolar e Cooperação Técnica uma ação inovadora foi criada na área de capacitação de professores rurais, ou seja, um Programa de curso a ser ministrado pelo rádio.

CONCLUSÃO

Desde sua criação em 1980 o Instituto caminha tentando não se afastar de seu maior propósito que é **"fazer educação"** na zona rural do Estado, tanto como órgão de assessoria às Prefeituras e **OME's** como aprimorando e desenvolvendo a educação básica, através de suas ações técnico pedagógicas.

Considerando que o retorno do investimento em educação, se realiza a longo prazo, pode-se dizer que os resultados do trabalho, embora ainda modestos, já garantem certa credibilidade ao órgão, tanto que unidades federadas como Piauí, Acre, Roraima e Rondônia já nos visitaram para conhecer com maior profundidade nossas ações a estrutura do Instituto.

Para divulgar a experiência em "alfabetização de adultos" produziu-se um filme que documenta a ação do Instituto em comunidade rurais, na parte de Educação Não Formal.

SUPERINTENDÊNCIA DE TELEVISÃO E RÁDIO EDUCATIVA DO AMAZONAS – STREA –

Relatório/1988

Na área de produção e programação, realizou os sequintes eventos:

a) Divisão de Programas Culturais
- 2 Nos Esportes
- SOS Doutor (Convênio SESAU)
- Rock Pop
- Coisas Nossas
- TV Comunitária (Convênio FUNDAC)

b) Divisão de Programas de Ensino
- TV Jovem, com veiculação semanal
- Menteve, em 1988, o convênio com a SEMEC para veicular, em circuito fechado, o programa de Qualificação Profissional produzido pela FUNTEVÊ.

c) Divisão de Telejornalismo
- Até junho/88 manteve no ar duas edições jornalísticas diárias, reduzindo a partir de julho/88 para uma edição diária, alem de gerar matérias de cunho jornalístico para a TVE/Rio.

d) Divisão de Programação
- A programação de emissora é mantida, em sua maioria, pelos programas gerados pela Rede Brasil. Diariamente é transmitido um programa cultural e uma edição jornalística elaborados pela produção local.
- São realizados boletins de programação semanal.
- São elaborados semanalmente as chamadas dos programas produzidos na Emissora.

Foram realizados serviços de apoio a diversos órgãos como SESAU, SEDUC, SCA, SUFRAMA, DEMEC, CEAG, SHAM, PMM, DETRAN, SESC e RECEITA FEDERAL, através de vinhetas promocionais.

A partir de maio, com a aquisição de um equipamento de microondas para transmissões externas, a STREA, em permuta de serviço com a TV A CRÍTICA e a REDE BRASIL NORTE, foi realizada a transmissão ao vivo dos seguintes eventos:
- XXIII Festival Folclórico de Parintins
- Desfile Cívivo de 5 de Setembro
- Programa "A Hora do Povo"
- Eleições Municipais – Votaçao e Apuração.

Foram adquiridos vários equipamentos para composição do Parque Eletrônico da Emissora, bem como treinamento de pessoal, objetivando o aprimoramento da mão-de-obra.

SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DO ESTADO DO AMAZONAS – SEDAM –

Relatório/1988

Foram realizados 09 eventos, entre os quais Festivais Esportivos, V – Semana Esportiva, Campeonatos e jogos escolares, com um total de 8.248 atletas estudantes participantes.

OUTROS EVENTOS:

II Travessia do Rio Negro a canoa com 300 participantes
IX Campeonato Popular de Dominó com 4.800 participantes
Participação no XVIII Jogos Escolares Brasileiros com uma delegação de 139 atletas estudantes e 35 Técnicos dirigentes.

CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.

Foram beneficiados 08 municípios com a capacitaçã ‹de 250 professores concludentes.

CURSO EMERGENCIAL DE CURTA DURAÇÃO

Divido em 02 módulos. Foram beneficiados os municípios de Coarí e Manicoré com 75 participantes.

PROGRAMAS ESPECIAIS

1. Concessão de Passagens Aéreas a todas as Federações Amadoras e outras entidades
2. Doação de Material Esportivo às Federações e outras entidades desportivas.

SUPERINTENDÊNCIA DE TEATRO DO AMAZONAS
– STA –

Relatório/1988

Incentivar as artes cênicas no Estado do Amazonas de forma definitiva, visando à informação e formação de artistas e criação de um público expectador não restrito ao Teatro Amazonas, este é o principal objetivo da Superintendência de Teatro do Amazonas que em 1988 intensificou suas atividades na periferia de Manaus e cidades do interior.

Em Manaus a STA fêz um Convênio com a Escola Técnica de Mineração, visando a administração de um Teatro de 500 lugares para a realização de espetáculos em cartaz nacional. Realizou no Teatro "ÁLVARO BRAGA" espetáculos infantins, cursos, ensaios e demais ativdades amadoras. Desenvolve um projeto itinerante denominado "Palco sobre Rodas", que possibilita a realização de espetáculos populares em vários bairros de Manaus, carentes de acesso à cultura. Executa, ainda, intenso programa objetivando dotar o Teatro Amazonas de expressivo acervo histórico, destinado a informar aos visitantes e aos est u antes que necessitam de maiores detalhes históricos sobre o monumento.

O fechamento do Teatro Amazonas para reforma não causou maiores problemas, devido as programações alternativas que foram idealizadas, levando as atividades culturais diretamente às comunidades, aproveitando suas próprias produções.

Dentre as várias atividades desenvolvidas pela Superintendência de Teatro Amazonas, destacam-se:

- **TEATRO** – realização de oficinas de iniciação ao Teatro nas comunidades
- **CIRCO** – realização de oficinas de iniciação às atividades circenses com palhaços, mágicos e malabaristas
- **DANÇA** – formou-se o Grupo Experimental de Dança para apresentações nas comunidades, casas de espetáculos e cidades vizinhas, num total de 150 apresentações
- **CAPOEIRA** – para difusão da Capoeira foram montadas 4 oficinas localizadas em Manacapuru, Alvorada (C.S.U.), Cidade Nova (Núcleo 15) e Lírio do Vale
- **MÚSICA** – a produção local recebeu mais apoio e a comunidade periférica teve oportunidade de assistir a músicos da região
- **PALCO SOBRE RODAS** – o Projeto visa suprir a falta de espaço para as artes ciências no centro e na periferia de Manaus, para espetáculos populares. Dentre as atrações do "espetáculo móvel" citam-se a dança, a música, o circo e o teatro com público médio de 1500 pessoas por espetáculo.

SEJUS

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
– SEJUS –

Relatório/1988

1. DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

A Secretaria de Estado da Justiça, para eficácia do desempenho de suas finalidades que é o desenvolvimento . as atividades relativa : a : áreas de Assistência Judiciária Gratuita e o Sistema Penitenciario Estadual, contou com o valoroso empenho de seus órgãos setoriais e vinculados, a saber:

1.1. SEDE DA SECRETARIA

Através do apoio dos seus setores Gabinete, Coordenadoria Setorial de Planejamento, Divisão de Administração composta dos sub-setores de Pessoal, Material, Orçamento, Finanças, Protocolo, Documentação, Arquivo e Seção de Serviços Gerais, e da sua Consultoria Técnica, unidos num trabalho conjunto, tornou-se possível à SEJUS desenvolver e expandir a prestação de serviços à coletividade, dentro de suas atribuições.

1.2. ÓRGÃOS COLEGIADOS

• CONSELHO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

É constituído por um Presidente e seis membros representativos dos diversos órgãos públicos. Durante o ano de 1988 o Conselho realizou 60 reuniões, sendo 46 ordinárias 01 extraordinária e 11 solenes, para concessão de livramento condicional aos apenados. Foram submetido : a estudo do Plenário 30 livramento condicionais 15 indultos e 01 redução de pena.

• CONSELHO ESTADUAL DE ENTORPECENTES

O Conselho Estadual de Entorpecentes, reestruturado através do Decreto nº 11.485, está constituído de 01 um presidente, de 19 dezenove membros representantes dos mais diversos segmentos da sociedade. Dentro de sua área de competência, de propor política estadual de entorpecentes, integram ao sistema órgãos do Estado e Municípios que exerçam atividades concernentes à prevenção, fiscalização e repressão de entorpecentes e substâncias que determinem dependência física ou psíquica. Realizou várias palestras em Fábricas do Distrito Industrial, Exército Brasileiro, Marinha de Guerra, Colégios Públicos e Particulares e Centros Comunitários.

• CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Dentro da atribuição de aplicar e complementar regras sobre a arquitetura e a

construção de estabelecimentos penais, o Colegiado teve aprovados significativos projetos de construção e asfaltamento das estra as das variantes que ligam à Colônia Agroindustrial Anísio Jobim, sendo a faltamento da Rodovia BR-174 à altura do km 8 com 3 km e outra de 3,5 km com acesso pela Manaus-Itacoatiara.

1.3. DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

A importância do Departamento de Assistência Judiciária, órgão integrante da estrutura desta Secretaria de Estado, reside na ação do apoio que os advogados sustentam em suas lides tribunárias, após exaustivo atendimento diário aos inúmeros amazonenses que procura aquele local especializado para debulhar suas contendas.

Nos contatos pessoais mantidos com 19.291 pessoas durante o ano de 1988, os integrantes do Departamento buscaram soluções para os mais variados problemas que afligem a coletividade necessitada.

1.4. COORDENADORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Destaca-se a criação dos cursos profissionalizantes, como medida para a recuperação e integração dos internos, preparando-os para enf entar, ao término de suas penas, nova vida em sociedade.

• PENITENCIÁRIA DESEMBARGADOR RAIMUNDO VIDAL PESSÔA

A Penitenciária busca, através de seus setores competentes, desenvolver suas atividades de modo a que todas as suas metas sejam atingidas.

A Comissão Técnica de Classificação zelou pelo cumprimento das normas disciplinares e avaliação do processo de tratamento dos internos.

A Inspetoria de Segurança, na sua missão de vigilância do presídio e presidiários, inspecionou os objetos trazidos pelos visitantes, a fim de garantir a não penetração de materiais proibidos aos internos.

A Divisão de Recuperação Social, através das Seções de Assistência Social, Capacitação e Mão-de-Obra, Educacional, Saúde e Criminologia, empenhou-se ao máximo para apresentar um trabalho proveitoso junto à população carcerária com vistas à reintegração social dos internos. A Seção de Assistência Social, dentre outras atividades, realizou entrevistas, palestras, estudos e diagnósticos de casos sociais, mobilização de recursos para efetivação de assistência aos internos e familiares, planejamento e execução de atividades sociais cívicas, culturais e de lazer, seleção e acompanhamento às atividades laboraterápicas, reunião com grupos religiosos, realizações de visitas domicialires. A seção de Capacitação de Mão-de-Obra, objetivando a produção social dos internos, renovou convênio firmado entre a Indústria Parvani Ltda e a Penitenciária, com o objetivo de utilizar a mão-de-obra dos internos na montagem de folhas nos galhos de árvores de Natal.

Com o início das obras de restauração do presídio, foi aproveitada, para exe-

cução de diversos serviços, a própria mão-de-obra dos internos, ocupando, assim, grande parte da população carcerária, com remuneração semanal paga pelas firmas. Foram feitas seleções de internos para os trabalhos de limpeza do presídio e ajudante de cozinha, todos devidamente remunerados pelo FUPEAM.

Seção Educacional – foram ministrados os cursos de 1º e 2º graus aos internos atendendo a uma clientela de 45 internos, em média.

Foram promovidas várias atividades de caráter cultural, social e esportivo, como comemoração do Dia das Mães, do Presidiário, dos Pais, Semana da Pátria, Dia da Criança, Semana Natalina, todas com participação dos internos, principalmente na execução dos eventos. Foram promovidas várias atividades desportivas, como jogos de futebol de campo, futebol de salão, voleibol etc.

A Divisão de Administração exerceu a coordenaçã, supervisão e controle das atividades recreativas do pessoal, orçamento, finanças e serviços gerais.

À Seção de Estatística coube o controle da movimentação dos internos.

• COLÔNIA AGROINDUSTRIAL ANÍSIO JOBIM

A Seção Agrícola escolheu uma nova área em capoeira de aproximadamente 10.650 m^2, em que foi feita prév a limpeza, utilizando-se de tratores do DER/AM e maquinaria própria. A área foi utilizada da seguinte forma: 70% para o plantio de 7.000 pés de couve, 350 pés de repolho, 400 covas de pepino, 05 canteiros de cebolinha, 6 leiras para feijão de metro, 400 covas de quiabo, 100 covas para maxixe, 4 canteiros de chicória, 5 leiras para pimenta-doce e 5 canteiros para coentro. A produção serviu para o consumo interno.

A Divisão de Assistência desenvolveu satisfatoriamente as atividades de sua competência, como entrevistas preliminares, encaminhamentos médicos, odontológicos e jurídicos; acompanhamento junto a hospitais; procedeu visitas a instituições estaduais, federais, comércio e indústrias no sentido de busca de soluções para os problemas dos internos.

• CASA DO ALBERGADO DE MANAUS

Na sua missão de acolher, durante o período noturno e nos dias de folga, o condenado até 04 anos de privação da liberdade, quando primário, procedeu a continuidade de tratamento e reeducação dos apenados. Dentre outras atividades relata-se a participação do Diretor e Chefe da Divisão em sindicâncias internas da Penitenciária; mantém sempre atualizada a relação de albergados na listagem do computador; promove perfeito relacionamento com a Vara de Execuções Criminais e Promotoria; revisa periodicamente os prazos referentes a Livramento Condicional e Alvará de Soltura.

INSTITUTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO DO AMAZONAS
– ITERAM –

Relatório/1988

O Instituto de Terras e Colonização do Amazonas – ITERAM foi criado pela Lei nº 1.335 de 13 de julho de 1979, como órgão autárquico, vinculado à Secretaria de Produção e Abastecimento Rural – SEPROR, dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativo-financeira, com sede na capital do Estado e jurisdição em todo seu território. Alterado pelas Leis nºs 1.417 de 27 de novembro de 1979, 1.509 de 13 de janeiro de 1982 e finalmente pela Lei nº 1.608 de 01 de agosto de 1983, o ITERAM encontra-se hoje vinculado à Secretaria de Justiça – SEJUS por força do Decreto nº 11.489 de 28 de setembro de 1988.

O ITERAM atua no sentido de:

- executar a política fundiária do Estado do Amazonas, administrando o seu patrimônio imobiliário e estabelecendo os critérios de concessão, utilização, reserva e alienação;
- dirimir, na instância administrativa, os litígios entre posseiros e proprietários de terras a qualquer título;
- prestar assistência judiciária em assuntos agrários a pequenos ocupantes, a seu critério e desde que, comprovadamente, não possuam recursos financeiros para tanto;
- prestar serviços técnicos inerentes aos assuntos agrários de sua alçada;
- instruir para efeito de concessão por ato do Poder Executivo, os pedidos das Prefeituras que objetivem aquisição do patrimônio urbano e de expansão urbana municipal prevista em Lei;
- promover a colonização das terras do Patrimônio Fundiário do Estado, respeitada a legislação federal pertinente.

No transcurso do ano de 1988, o ITERAM consolidou o seu programa de ação, conseguindo, como meta final quantitativa, a expedição de 1.120 documentos de terras e o assentamento de 60 famílias de agricultores.

Em termos qualitativos, o ITERAM preocupou-se em aperfeiçoar cada vez mais os critérios de concessão, utilização, reserva e alienação de terras.

Dentre as atividades desenvolvidas em 1988 merecem destaque, com suas respectivas metas alcançadas:

1. Projeto de Assentamento Dirigido – "Esperança"

   Desenvolvido nas glebas "Alegria" e "Felicidade"
   Município de Novo Aripuanã.

- Metas alcançadas em 1988:
  - Seleção de 76 famílias (426 pessoas)
  - Assentamento de 60 famílias (336 pessoas)
  - Ampliação da Estrada NAP-02 (70Km)

2. Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária – PROCERA

Concessão de crédito agrícola a famílias assentadas no âmbito da Reforma Agrária.

- Metas alcançadas em 1988:
  - Projeto: PEAD – Esperança
  - 218 famílias beneficiadas
  - Média: 211,66 OTN's/família
  - Crédito para pequenos investimentos . . . . . 34.625,93 OTN
  - Crédito para custeio de lavouras . . . . . 11.516,89 OTN

46.142,82 OTN

3. Atividade de Regularização Fundiária na Área Urbana de Manaus

Regularização de propriedades nos bairros periféricos da área urbana de Manaus.

- Metas alcançadas em 1988:
  - Documento Expedidos
    - Título definitivo mediante condições resolutivas 148
    - Título definitivo 80
  - Loteamento
    - Glebas Santa Itelvina . . . . . 1.200 famílias
    - Glebas Novo Israel . . . . . 1.000 famílias
    - Bairro da União . . . . . 500 famílias

TOTAL . . . . . 2.700 famílias

4. Projeto Parque Nacional do JAÚ

Ação discriminatória administrativa das terras que constituem o Parque Nacional do JAÚ, nos Municípios de Novo Airão e Barcelos.

- Metas alcançadas em 1988:
  - Verificação de 88 ocupantes de posses e 31 propriedades particulares;
  - Discriminaçã administrativa de 2.272.000 ha.

5. Convênio SEPROR/ITERAM (ago/88)

Levantamentos topográficos da área de trabalho, de acordo com o Pro-

grama de Trabalho e o Projeto de Racionalização dos Recursos Naturais de Microbacia Piloto do Alto Rio Preto da Eva.

6. Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado – PDRI Segmento Fundiário

- Metas alcançadas em 1988:
  - Foram expedidos 563 títulos definitivos e 226 licenças de ocupação nos municípios de Parintins, Barreirinha e Urucara;
  - Nesses mesmos Municípios foi executada demarcação topográfica de 878,22 Km.

SEAD

SEAD

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
– SEAD –

Relatório/1988

A Secretaria de Estado da Administração – **SEAD**, dentro do Quadro da Organização do Estado, regulamentado pela Lei 1336/1979, tem como finalidade a administração de pessoal, recursos humanos, material, patrimonial, transportes oficiais, documentação, modernização administrativa e serviços gerais.

Das ações da **SEAD** na Administração Pública, no ano de 1988, merecem destaque a implantação da Comissão Estadual de Licitação, que veio moralizar os procedimentos de compras e a economizar quantias consideráveis para os cofres públicos; a informatização do sistema de administração de material a racionalização do consumo de combustíveis, a implantação do novo subsistema de folha de pagamento de pessoal, cadastramento de bens patrimoniais (2ª etapa) e o assessoramento em organização administrativa.

REALIZAÇÕES

1. SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

1.1. Elaboração das minutas de Projeto de Lei:
- Criação, em forma de autarquia, do Instituto "Alfredo da Mata" e do Instituto Médico Legal.
- Quadro de pessoal do ML e SEDAF

1.2. Elaboração da minutas de Decretos:

- Estrutura Administrativa Básica do Instituto "Alfredo da Mata".
- Reestruturação organizacional da SEDAM e PGJ.
- Criação dos Centros de Atendimento Materno-Infantil I, II e III, da SESAU.

1.3. Elaboração do diagnóstico sobre a situação organizacional do IML
1.4. Elaboração de Projetos de análise da estrutura básica do IERAM.
1.5. Levantamento, através do Diário Oficial do Estado, da situação dos servidores disposicionados para outros órgãos dos Pode es Executivo, Legislativo e Judiciário, a nível federal, estadual e municipal.
1.6. Estudo e elaboração dos instrumentos e formulários destinados à realização da pesquisa "Censo dos Servidores do Poder Executivo do Estado".

2. SISTEMA DE PESSOAL

2.1. Exames e informações em 1.195 processos relacionados a aposentadoria, exoneração, demissão, disponibilidade de servidores, inclusão e revisão de proventos, pensão especial, relotação, licenças e contagem recíproca;
2.2. Nomeação e posse dos ocupantes de cargos efetivos e comissionados;
2.3. Levantamento e análise da legislação estadual sobre pessoal, em conjunto com a PGE, incluindo a regulamentação do atual Estatuto dos Funcionários Públicos Cívis (em andamento);
2.4. Implantação, em conjunto com a PRODAM e SEFAZ, da 1ª fase do nono sistema de Cadastro e Folha de Pagamento do Pessoal, para a Administração Direta e Indireta;
2.5. Manutenção das atividades de controle e atualização sistematica do cadastro de pessoal da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, perfazendo, no momento, um total aproximado de 57.000 servidores;
2.6. Ampliação das instalações físicas do Banco de Dados possibilitando a digitação das folhas de pagamento de todos os órgãos do sistema estadual;
2.7. Realização de estudos preliminares para a elaboração de um fichário legislativo para a Consultoria Geral de Sistema.

3. SISTEMA DE MATERIAL

3.1. Criação da Comissão Estadual de Licitação com toda a infra-estrutura de funcionamento, como telex, equipamentos e acessórios de informática e micro-computação;
- Realização de 761 cartas-convite, atendendo toda a Administração Direta do Estado;
- Realizações de 81 licitações sob a modalidade Tomada de Preços;

3.2. Reestruturação do Sistema de Material do Estado e criação de funções gratificadas, objetivando sua efetiva operacionalização;
3.3. Treinamento dos servidores na área de administração de material, através de 02 cursos;
3.4. Elaboração de 04 tabelas com valores de licitação;
3.5. Confecção de Cadastros Técnicos de Material e Fornecedores, para utilização por computador;
3.6. Auditoria na área de material realizada no IEBEM.

4. SISTEMA DE PATRIMÔNIO

4.1. Cadastramento, em modelo próprio de sistema, de 630 imóveis utilizados pelo Estado na capital, Interior e Distrito Federal;
4.2. Cadastramento, em modelo próprio do Sistema, de aproximadamente 400 veículos oficiais do Estado, utilizados na capital, interior, Distrito Fe-

deral e Município de São Paulo;

4.3. Elaboração e implantação do Catalogo de Bens e Serviços do Estado, para utilização pela Comissão Estadual de Licitação;

4.4. Análise e reformulação dos impressos do Sistema Estadual de Patrimônio;

4.5. Conclusão do ante-projeto do Manual de Patrimônio do Estado;

4.6. Instalação de uma Comissão Especial para proceder a avaliação e alienação dos bens patrimoniais considerados inservíveis para o Estado, sendo realizado leilão público com esses bens.

5. SISTEMA DE TRANSPORTES OFICIAIS

5.1. Implantação dos formulários "Controle de Veículo", "Controle de Abastecimento" e "Requisição de Serviços Intermunicipal/Interestadual de Veículo

5.2. Implantação de nova nota, racionalizada, para entrega e recebimento de correspondências oficiais, ampliada para atender 60 repartições dos três níveis da Administração Pública;

5.3. Auditoria na área de transporte realizada no IEBEM;

5.4. Coordenação da aquisição e abastecimento de combustíveis para suprir a demanda de toda a frota oficial do Estado.

6. DEPARTAMENTO DE ARQUIVO PÚBLICO

6.1. Conclusão da reforma completa do prédio e das instalações do Arquivo Público;

6.2. Conclusão da pesquisa sobre "Escravidão no Amazonas", cujo resultado foi publicado em 2 volumes com o título "Guia de Fontes para a História da África" e "Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual";

6.3. Realização de estudos preliminares, objetivando a preparação do inventário analítico e sumário dos manuscritos.

7. ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO

7.1. Atividades de Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal.

– Beneficiando um total de 312 servidores públicos do Estado, apresentou no ano 1988 um esforço resultante em 14 cursos e seminários abaixo listados:

- Administração de Material
- Administração Patrimonial
- Administração de Transportes Oficiais
- Estética Datilografica
- Secretaria Júnior
- Seminário de Integração em Modernização Administrativa

- Administração e Prática de Materiais
- Teoria e Prática de Arquivo Administrativo e Protocolo
- Chefia, Liderança e Relações Humanas
- Prática de Administração de Pessoal aplicada no Serviço Público

* Técnica em Comunicação Escrita e Redação Oficial
* Alienação de Bens Patrimoniais no Serviço Público
* Desenvolvimento em Relações Humana :
* Datilografia (duas turmas).

SEPROR

SECRETARIA DA PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO
– SEPROR –

Relatório/1988

Numa atuação conjunta e integrada a SEPROR e suas vinculadas participaram intensamente do programa de fornecimento de equipamentos e insumos agrícolas junto aś comunidades rurais em todo o interior do Estado do Amazonaa atingindo todos os municípios.

Maquinas, Equipamentos e Ferramentas Fornecidos:

• Tratores	18
• Caçambas	03
• Caminhão	01
• Motoserras	1.975
• Motores de Rabeta	1.136
• Casas de Farinha	1.199
• Grupos Geradores	443
• Pás	5.625
• Enxadas	9.652
• Bocas de Lobo	6.421
• Terçados	9.830
• Machados	7.354
• Ancinhos	6.423
• Plantadeiras	333

Como ação complementar ao aumento da produtividade do trabalho do agricultor, foram distribuídas sementes de varias culturas industriais e alimentares, como mostra o quadro seguinte:

SEMENTES DISTRIBUÍDAS/1988

CULTURAS	QUANTIDADE DISTRIBUIDA (kg)	EQUIVALÊNCIA EM	
		ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA
. Juta	5.000	1.000	800 t
. Malva	100.000	6.700	8.000 t
. Arroz	50.000	2.000	5.000 t
. Milho	10.000	500	1.500 t
. Cebolinha	15	30	5.000.000 maços
. Tomate	12	60	600 t
. Pimentão	10	30	450 t
. Couve	10	35	330 t
. Quiabo	08	1,5	20 t
. Alface	12	18	1.300.000 pés
. Coentro	32	6,4	160.000 maços
. Pepino	44	44	1.232 t
. Abóbora	30	30	250.400 frutos
. Melancia	70	78	390.000 frutos
. Maxixe	07	23	118 t
. Repolho	10	46	841 t

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
– EMATER –

Relatório/1988

A **EMATER-AM** atuou m 46 dos 59 municípios do Estado, através de 38 Escritórios Locais e 2 Postos Avançados.

Foram assistidos um total de 23.237 beneficiários, assim distribuídos:

Pequenos produtores e pescadores	13.969
Médios e grandes produtores e armadores de pesca	684
Mulheres rurais	5.804
Jovens rurais	2.780

Quanto às organizações rurais, foram orientados 562 grupos com 7.679 agropecuaristas, 13 grupos com 499 pescadores, 230 grupos com 3.435 mulheres rurais, 85 grupos com 1.519 jovens rurais e 983 participantes de cantinas comunitárias. Foram organizadas 483 feiras do produtor com 6.836 participantes.

Foram orientadas 3.439 famílias com relação à educação sanitária e alimentar, 1.225 com relação à indústria caseira e conservação de alimentos, 569 com relação a artesanato e 586 famílias com hortas domésticas e comunitárias.

Com relação à área plantada a **EMATER/AM** assistiu culturas de arroz, feijão, milho e mandioca num total de 6.823 ha, com uma produção esperada de 13.797 t. Foi assistida uma área de 1.049 ha de laranja, banana, cupuaçu, melancia e abacaxi. As áreas assistidas de cacau, guaraná, seringueira, urucu, juta e malva atingem 2.302 ha.

Quanto às criações foi assistido um rebanho bovino e bubalino de 388.786 cabeças e um plantel de 4.317.200 aves de corte e 35.500 aves de postura. A produção esperada é de 939.481 t de leite, 1.939 t de carne bovina e bulalina, 376 t de frangos e 24.870.000 dz de ovos.

ATIVIDADES REALIZADAS

ELABORAÇÃO

Implantação e execução do Programa de Produção de Alimentos – PPA, financiado pela Superintendência do Desenvolvimento, de 81 projetos comunitários, cujas ações resultaram em benefícios diretamente a 1.108 pequenos produtores (e indiretamente a 3.175) e suas famílias em 81 comunidades rurais localizadas em 18 municípios do Amazonas. Basicamente essas ações foram dirigidas para o plantio de 40 ha de grãos, 21 ha de olerícolas, 40 ha de fruticultura, 400 ha de mandioca; para a criação de 88 cabeças de suínos, 240 bicos de aves, 16 cabeças de caprinos e 21 cabeças de ovinos; aquisição e instalação de 33 casas-de-farinha, visando ao abastecimento local e das sedes municipais. Todos estes itens fazem parte da etapa inicial do Programa, cuja produção se destina a formar um fundo rotativo comunitário nos anos seguintes, processo que busca emancipar economicamente as comunidades rurais envolvidas;

Elaboração do Plano de Abastecimento Alimentar às sedes municipais selecionadas no Estado do Amazonas, proposta que adequa a capacidade técnica da Empresa às possibilidades financeiras de execução de seus objetivos e metas, concentrando esforços em 17 municípios adjacentes a Manaus;

Implantação e execução das atividades de Extensão Rural através do Processo de Convivência nos Projetos Urumutum em Tabatinga, Crajari em Benjamin Constant e Uatumã em Presidente Figueiredo e execução do processo de convivência no Juma em Apuí, projeto pioneiro a adotar a metodologia no Amazonas, cujos benefícios atingiram a mais de 600 famílias rurais assentadas nos projetos de Reforma Agrária em execução no Estado;

Elaboração e acompanhamento sistemático a projetos de fomento que beneficiaram aproximadamente 400 famílias de pequenos produtores nos Projetos de Assentamento Juma e Uatumã. A **EMATER**-Amazonas concentrou suas ações no sentido de viabilizar a criação 3.800 cabeças de bovinos, 3.200 cabeças de suínos, 96 cabeças de ovinos e 7.600 bicos de aves e viabilizar o plantio de 120 ha de guaraná, de 1.200 mudas de pimenta-do-reino, de 520 ha de café, de 1.200 ha de arroz, de 290 ha de feijão, de 320 ha de mandioca, 94 mil mudas de cacau, 30 ha de banana, 40 ha de citrus, apicultura, para aquisição de equipamentos à tração animal e instalação de 9 casas-de-farinha;

Elaboração do projeto e acompanhamento da implantação da Primeira Estação para Produção Artificial de Alevinos no Estado, inaugurada em março, cuja finalidade é suprir a demanda regional de alevinos, quando em funcionamento, assegurando o crescimento da psicultura amazonense e regulando o estoque de peixes, principalmente na entressafra;

Apoio na seleção e na distribuição de mais de 25 mil mudas de castanha-do-brasil, adquiridas pela SEPROR, cujas ações resultaram beneficiar a mais de 100 pequenos produtores rurais com plantio em 250 ha de área já utilizada com cultivos anuais em 5 municípios amazonenses;

Elaboração do projeto e instalação de uma Unidade de Beneficiamento de Urucu para Associação Comunitária de São José em Iranduba, cujos resultados atingiram 30 famílias rurais que cultivam aproximadamente 150 ha;

Elaboraçao e início da execução do Projeto-piloto da microbacia hidrográfica do Rio Preto da Eva, em conjunto com instituições federais, estaduais e municipais, cujas ações resultaram em benefícios a 46 famílias rurais, que se estenderão nos próximos anos;

Elaboração do projeto de captação e adução coletiva de água para irrigação (50 ha), para a Associação dos Trabalhadores Rurais de Irranduba com benefícios para 50 pequenos agricultores de hortaliças e frutas, ao abrigo do convênio PRONI/Governo do Estado/**EMATER**-Amazonas;

Participação na confecção da proposta técnica integrada ao PROJETO AMAZONAS que, de forma global, objetiva dotar de infra-estrutura econômica e social os municípios do Estado. A contribuição da **EMATER**-Amazonas foi relacionada aos assuntos do Setor Agrícola Estadual;

Elaboração do Projeto Café e condução da fase de formação de 1,2 milhão de

mudas, cujas ações viabilizarão o plantio de 480 ha, beneficiando a mais de 300 pequenos cafeicultores em 34 municípios, destinado a auto-consumo e expansão da área plantada no Estado;

Elaboração de projeto e implantação de campos de multiplicação de estacas de pimenta-do-reino, que beneficiarão a 88 famílias de pequenos produtores rurais assentadas nos projetos Juma e Uatumã;

Assessoramento técnico à **SEPLAN-AM** na elaboração do Programa Estadual de Saneamento Rural, que visa a dotar de infra-estrutura básica de saneamento, nos próximos 15 anos, as comunidades rurais com menos de 5 mil habitantes em todos os municípios do Estado;

Apoio à realização das Exposições-Feiras Agropecuárias de Manaus e Parintins;

Elaboração de Projeto para implantação, melhoramento e/ou conservação de estradas vicinas na zona rural a ser implantado pela Secretaria de Estado da Produção Rural e Abastecimento SEP OR, proposta que representa efetivo apoio a ser dado ao crescimento da atividade agropecuária em 27 municípios amazonenses incorporando ativamente ao setor mais 5.600 produtores rurais;

Realização de dois Cursos de Nutrição e Saúde para 25 técnicos locais da área de bem-estar social da **EMATER**-Amazonas, cujos resultados refletiram no aperfeiçoamento do trabalho da Extensão Rural junto ao pequeno produtor;

Celebração do Convênio **EMATER**-Amazonas/Legião Brasileira de Assistência – LBA para a realização de 272 cursos, principalmente na área social, que beneficiarão a 4.080 participantes de 222 comunidades rurais em 46 municípios.

Assessoramento técnico, no modelo global, pelo Escritório Central a todos os Escritórios Locais e Postos Avançados, de forma sistemática, implementando o sistema de administração por gerências;

Elaboração de projetos ao Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural ao PA Uatumã, PA Vila Amazônia/Puraquequara, PA Crajari e PA Urumutum (MIRAD/EMBRATER);

Recuperação de 7 flutuantes, construção de um refeitório com cozinha industrial no Escritório Central, e recuperação de 29 lanchas que compõem a frota fluvial da Empresa, tipo de transporte mais usado no Serviço de Extensão Rural do Estado;

Aquisição de 5 veículos utilitários, 12 motocicletas Cross e 20 motores de Popa para dotar de condições as unidades municipais, não chegando a cobrir as demandas.

COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DO AMAZONAS – CEPA –

Relatório/1988

No ano de 88 as ações da CEPA/AM foram orientadas principalmente pelas seguintes diretrizes/estratégias:

- Reoganização da estrutura funcional visando à criação de melhores condições de trabalho;
- Aprimoramento da metodologia de trabalho;
- Esforço no sentido de regastar atividade de fundamental importância para o planejamento agrícola, quais sejam as relacionadas com a obtenção de dados e informações relativas ao setor;
- Esforço no sentido de colocar em prática as Conissões Consultivas previstas no Plano Setorial 1987/90 – Desenvolvimento Agrícola.

Principais Atividades Desenvolvidas:

a) Elaboração de Planos, Programas, Proposta e Projetos:

- Plano Setorial de Desenvolvimento Agrícola 87/90
- Plano de Metas – Ação Agricultura – Datelhamento 1ª Etapa
- Elaboração da Proposta para o Projeto Amazonas Setor Primário
- Elaboração do Projeto Humaitá – Setor Primário
- Elaboração da Proposta para o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Comunidades de Pequenos Produtores Rurais do Amazonas – Financiamento BIRD
- Proposta para um Zoneamento Agro-Ecológico do Estado do Amazonas
- Projeto de Apoio às Comunidades Rurais – SEPROR/SEAC
- Programa de Produção e Distribuição de Alevinos para o Estado, de Aqui cultura do Projeto Balbina e
- Elaboração da Proposta Orçamentária para 1989.

b) Coordenação de Planos, Programas e Projetos:

- Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Estado do Amazonas – PDRI/AM.

Dentro do PDRI a CEPA/AM administrou e coordenou a ação de 12 segmentos, executados por diferentes instituições, em 196 comunidades de sete municípios.

Em pesquisa e experimentação as metas alcançadas foram as seguintes:

DISCRIMINAÇÃO	IMPLANTAÇÃO	MANUTENÇÃO
• Unidade de Observação	05	43
• Unidade de Demonstração	36	37
• Ensaios Experimentais	21	03
• Campos de Multiplicação de sementes básicas ou culturas alimentares	13	

No segmento comercialização e cooperativas destacou-se o aumento da frota fluvial e terrestre que transportou 8.135 t de produtos, 10.060 produtores, 3.358 famílias de 18 comunidades em 2.834 viagens. Além disto foram adquiridas 54,9 t de farinha, 18,8 t de arroz e 6,3 t de milho – excedentes de produção.

No segmento educação foram construídas 20 escolas com atendimento a 10.800 alunos. Foram procedidas supervisões às escolas de diversas comunidades, além do recadastramento da rede escolar dos Municípios de Barreirinha e Parintins.

Na área de saúde e saneamento foram treinados 51 agentes de saúde e parteiras e implantados 11 poços e 70 fossas secas. Foram distribuídos equipamentos a 27 parteiras. Os postos de saúde rurais dos Municípios de Parintins, Barreirinha e Urucará foram implantados e foi procedida a manutenção de 96 postos de saúde.

Com relação ao Fundo de Desenvolvimento Comunitário, as comunidade eleboraram seus próprios projetos de desenvolvimento auto-sustentado. Foram aprovados e implantados 41 projetos na área de sete municípios.

EMPRESA AMAZONENSE DE DENDÊ
– EMADE –

Relatório/1988

No Projeto Dendê foi realizado o plantio de 528 ha e a manutenção de outros 1.620 ha de dendê. Foi desmatada uma área de 524 e preparados 348 ha para plantio. Em Manaus, no CNPSD/EMBRAPA, estão sendo mantidos e acompanhados 2 ensaios da cultura com 18 ha.

Foram mantidas 112.000 mudas em viveiros e adquiridas 116.000 sementes. Procedeu-se a licitação para aquisição da fábrica para beneficiamento de 10.000 Kg de cachos de frutos/hora. Foram adquiridas várias máquinas e equipamentos. O escritório foi transferido de Tefé para a Barreira das Missões.

MATADOURO E FRIGORÍFICO DE MANAUS S/A
– FRIGOMASA –

Relatório/1988

O Matadouro Frigorífico de Manaus S/A. – FRIGOMASA atua no abate, frigorificação e comercialização de produtos e subprodutos da pecuária bovina, determinando o seu índice de qualidade.

A maior receita atualmente gerada pelo FRIGOMASA provém da venda de 90% das vísceras do gado abatido, que passou a substituir a Taxa de Abate.

Em 1988 a quantidade de bovinos abatidos foi de 50.272, contra 37.407 em 1987, com indicativo de aumento de abate na ordem de 34%.

Várias obras de recuperação foram executadas no exercício de 1988, tanto no prédio como em bens móveis da empresa, além da aquisições de materiais e equipamentos indispensáveis à execução dos seus trabalhos.

O FRIGOMASA atua sob inspeção federal no Estado do Amazonas, o que implica no padrão de qualidade da carne ofertada à população de Manaus.

SESAU

SESAU

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
– SESAU –

Relatório/1988

A Secretaria de Estado da Saúde – SESAU – é um órgão da Administração Direta, criada pela Lei nº 108, de 23/12/1955, e integra-se ao Sistema Nacional de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 6.229, de 17/06/1975, tendo como finalidade a Saúde Pública, Assistência Hospitalar e o controle de Alimentos e Drogas.

Em 1988 a SESAU empenhou-se na execução de projetos e atividades, em busca do otimizar o atendimento à população do Estado, assegurando a plena eficiência do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde – SUDS, por meio da atuação de suas coordenadorias, a saber:

1. Coordenadoria de Serviços de Saúde da Capital

Compete a esta Coordenadoria desenvolver planos, programas e projetos de área de Saúde entre as Unidades de Saúde de sua jurisdição. Em 1988 destacaram-se os trabalhos:

- Fornecimento de material de expediente, permanente, medicamentos e químico – cirúrgico a todas Unidades de Saúde;
- Construção de 04 Unidades de Saúde;
- Reforma e ampliação do Centro de Saúde ARMANDO SOUZA MENDES, do Centro Psiquiátrico EDUARDO RIBEIRO e da Maternidade ANA NERY, além da incorporação dos Postos de Assistências Médicas PAMS 431 e 432;
- Distribuição de 1.585 fossas sépticas no bairro ARMANDO MENDES;
- Implantação de Serviços de Pronto Atendimento Volante;
- Atendimento Médico-Odontológico Sanitário aos flagelados das enchentes e à comunidade de Paricatuba, com contrôle de hanseníase;
- Participação em 20 eventos com atendimentos médicos de urgência;
- Implementação das atividades em Odontologia de Assistência ao Escolar, com a aquisição de 35 equipos odontológicos completos e implantação de 09 equipos em escolas públicas.

2. Coordenadoria dos Serviços de Saúde do Interior – CSSI

Dentro da sua função de coordenar as ações técnico/administrativas nas Unidades pertencentes e conveniadas com a SESAU, através das Diretorias Regionais, realizou:

- Aquisição de 04 Unidades Móveis para Assistência Médico-Odonto-Sanitária referente ao Convênio CALHA NORTE/PASEI, compreendendo os

Municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Izabel do Rio Negro e Barcelos;

- Aquisição de Unidades Móveis para prestação de serviços de assistência médico-odonto-sanitária para a área do Purus (Lábrea e Boca do Acre);
- Assistência médico-odonto-sanitário às comunidades indígenas nos Municípios de Tabatinga, Benjamin Constante e São Paulo de Olivença;
- Equipo completo para consultórios odontológicos nas Unidades de Envira, Maraã, Alvarães, Maués, Urucurituba, Iauareté, Japurá e Urucara;
- Implantação do Programa Extramuro, com equipo de consultórios odontológicos completos nos Municípios de Tabatinga, Itacoatiara, Coari, Codajás, Anori, Carauari, Tefé; Parintins e Eirunepé;
- Implantação do Programa de Bochecho Fluorado para escolares e ingestão de comprimido de fluor pelas gestantes nas Unidades Mistas dos Municípios de Itacoatiara, Itapiranga, Maués, Nova Olinda do Norte, Silves, Urucurituba, Borba, Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã, Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Parintins, São Sebastião do Uatumã, Urucará, Nhamundá, Tefé, Anori, Anamã, Codajás;
- Curso de Controle de Tuberculose com treinamento de profissionais de nível superior da Regional do Alto Rio Negro;
- Treinamento de 15 Agentes Rurais em lauretê para atendimento básico;
- Treinamento de servidores dos Municípios de Coari, Fonte Boa, Maraã, Tefé, Juruá, Jutaí, e Japurá;
- Curso de formação de Agente de Saúde para 50 pessoas;
- Construção de hospitais nos Municípios de São Gabriel da Cachoeira (50 leitos), Iauareté (25 leitos) e são Sebastião do Uatumã (30 leitos);
- Inicio das obras de construção de Postos e Centros de Saúde em localidades indígenas do Alto Rio Negro e conclusão das obras das Unidades Mistas de Atalaia do Norte;
- Ampliação da Unidade Mista de Novo Aripuanã com capacidade para 20 leitos;
- Aquisição de material permanente para equipamento das Unidades Mistas.

3. Coordenadoria de Fiscalização Sanitária – COFIS

Esta Corrdenadoria exerceu a fiscalização do cumprimento de normas e padrões de interesse sanitário relativo a medicamento e insumos farmacêuticos, alimentos e bebidas, produtos de higine, cosméticos, perfumes e similares e efetuou o controle sanitário, inclusive quanto às condições para o exercício profissional.

Foram realizados:

- 800 atendimentos para orientação ao público da capital e interior
- 1.487 liberação para Alvarás de alimentos e bebidas, drogas e medicamentos, cosméticos e saneantes micro empresas, escolas, cinemas e clubes, além de abertura de livros controlados e contratos de farmacêuticos
- 4.700 Termos de Visita

- 40 Autos de Apreensão por infração
- 20 Solicitação de Vistoria
- 47 Autos de Apreensão e Inutilização
- Cadastramento de 600 aparelhos Raio X
- 3.830 controles de estabelecimento de saúde
- 870 controles de estabelecimentos comerciais e Insdustriais
- 11 análises para controle de produtos (alimentos e água).

4. Coordenadoria de Epidemiologia – COOREP

Coordenação das atividades de vigilância epidemiológica, profiloxia da raiva e promoção e orientação da implantação e funcionamento da Rede Estadual de Laboratório, em colaboração com o Ministério da Saúde.

5. Coordenadoria de Planejemento da Saúde

Planejamento, Controle e Avaliação dos Programas, Projetos e Atividades no âmbito da SESAU, Desenvolvimento de Recursos Humanos, Modernização Administrativa e Operacionalização de Projetos Especiais. Dos seus trabalhos destacam-se:

- Realização de 40 atividades entre treinamento, cursos e encontros, atingindo um total de 1.357 pessoas;
- Elaboração de projeto, dentro das ações de saúde na área da abrangência da SESAU/Unidade da Capital e Interior do Estado, oferecendo assistência primária, secundária e terciária, a fim de promover a universalização do atendimento à população, de ações educativas sanitárias às comunidades urbanas e rurais. Compreende a expansão e cobertura dos Serviços Básicos de Saúde, assistência integrada ao excepcional, adequação da rede física de Unidade de Saúde/SESAU, construção de poços artesianos na capital e no interior, construção de sala de fisioterapia da Associação dos Deficientes Físicos do Amazonas – ADEPA, melhorias sanitárias aos municípios do Estado e aquisição de barcos de médio porte para o Interior;
- Implantação e implementação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança – PAISMC, tendo sido realizado:
- Área da Criança:
  - controle do crescimento e desenvolvimento (6,197 atendimentos);
  - controle da doença d arréia aguda – DDA (2.436 atendimentos);
  - incentivo ao alimento materno (6.197 atendimentos);
  - imunização (6.197 atend mentos);
  - educação em Saúde.
- Área da Mulher:
  - controle do câncer cervico uterino e de mama (11.217 atendimentos);
  - pré-natal de baixo risco (4.511 atendimentos);
  - incentivo ao aleitamento materno (4.511 atendimentos);
  - imunização (3.609 atendimentos):

- incentivo ao aleitamento materno (4.511 atendimentos);
- imunização (3.609 atendimentos);
- educação para saúde.

Houve também a realização de treinamentos, seminários e cursos, alcançando um total de 45 profissionais da área de Saúde.

Coordenação a nível estadual do Programa de Suplementação Alimentar – PSA, que a nível nacional é coordenado pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE e INAM. Proporcionou a suplementação alimentar aos grupos facilmente atingidos pela desnutrição: gestantes e crianças de 0 a 04 anos.

Foram atendidos 32.535 pessoas.

SESEG

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
– SESEG –

Relatório/1988

No exercício de 1988 os objetivos alcançados pela Secretaria de Segurança foram considerados satisfatórios com a realização de inúmeras obras tanto em benefício do aparato policial civil e militar como também à sociedade de nosso Estado, muito embora o crescimento populacional do Amazonas tenha contribuído sensivelmente para os problemas policiais, de vez que o aumento de novos aglomerados humanos que proliferam desordenadamente, os problemas de ordem econômica e social tenham gerado, nas últimas décadas, uma onda crescente de fatores negativos na camada menos favorecida da população brasileira, elevando dessa forma atos de vandalismos e ilícitos penais mais graves.

Apesar das dificuldades surgidas, a Segurança Pública continuará diuturnamente no combate ao crime e à marginalidade, possibilitando assim minimizar essa anomalia em favor do bem estar social e tranquilidade da população amazonense.

Relataremos a seguir as principais atividades desenvolvidas pelo órgão

- ESPOL – ESCOLA DE POLICIA

Criada pela Lei nº 974, de 11.11.1970, e implantada, efetivamente, em 1982, a Escola de Polícia promoveu em 1988 os seguintes cursos:

- Curso de Armamento e Tiro e Técnicas Operacionais de Policiamento
- Curso de Aperfeiçoamento para Inspetor de Polícia
- Curso de Formação Técnico-Profissional para Agente de Polícia de 2ª Classe
- Curso de Formação para Escrivão de Polícia de 3ª Classe
- Curso de Especialização em Investigação Criminal para Delegados de Polícia
- Jornada de Estudos sobre Prevenção às Drogas.

- Corregedoria Geral de Polícia

A Corregedoria Geral de Polícia tem como finalidade precípua a correição dos procedimentos legais dos órgãos policiais, bem como proceder a apuração dos atos praticados pelos policiais no exercício da função ou em razão dela.

A Corregedoria analisou, no ano de 1988, um total de 55 Inquéritos Policiais, procedendo, ainda a instauração de 91 Sindicâncias.

- CETRAN – Central de Transportes

A Central de Transportes é o órgão responsável pela execução das atividades relacionadas a transporte e manutenção das viaturas da SESEG.

Cabe à CETRAN o gerenciamento da bomba de abastecimento, sendo o órgão expedidor e controlador dos gastos de combustível utilizado pelas viaturas da Segurança Pública.

• C O P E – CENTRAL DE OPERAÇÕES

A Central de Operações é a unidade da Secretaria da Segurança que tem por finalidade coordenar e harmonizar de forma global e integrada as funções dos diferentes órgãos policiais.

- Operações elaboradas pela COPE:
- Operação "Carnaval 88"
- Operação "Finados"
- Operação "Segurança dos Dias 05 e 07 de Setembro", bem como de outros eventos alusivos à "Semana da Pátria e do Amazonas".

• CINFO – Central de Informações

• A Central de Informações é o órgão da SESEG responsável pela coleta e análise de informes sobre a conjuntura político-social e pelo intercâmbio de informações com outros órgãos congêneres federais e estaduais.

• COPLAN – Coordenadoria Setorial de Planejamento

Engajada na estrutura organizacional da Secretaria da Segurança, a COPLAN é a responsável pelo planejamento, controle, acompanhamento e avaliação das atividades setoriais inerentes à área da segurança.

Diagnosticadas as prioridades, foi elaborado um plano de ação objetivando solucionar as deficiências encontradas no que tange a pessoal, equipamentos, instalações e métodos e procedimentos de trabalho.

CONVÊNIOS FIRMADOS COM A SEAC – SECRETARIA ESPECIAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA

A SESEG/AM, no exercício de 1988, firmou convênio a fundo perdido junto a SEAC para construção de 13 Postos Policiais Co unitário e 17 Centros Esportivos Comunitários.

OBRAS REALIZADAS EM 1988

Com recursos estaduais e outros adquiridos a fundo perdido junto a SEAC, a SESEG promoveu ampliação, reformas e construção dos seguintes imóveis:

- Recuperação e pintura do prédio da Delegacia Especializada de Entorpecentes
- Recuperação do prédio onde funciona o 10º Distrito Policial

- Recuperação do prédio onde funciona o 5º Distrito Policial
- Recuperação do telhado, sistema hidraúlico e elétrico do 4º e 7º Distritos Policiais
- Recuperação do prédio do Plantão Geral
- Recuperação do prédio da Delegacia de Homicídios
- Recuperação do prédio onde funcionam as novas instalações da Delegacia Geral, DOPS, DPM, DPI, ALMOXARIFADO e CECOM
- Reforma do prédio onde funciona o 11º Distrito Policial
- Construção do Posto Policial Comunitário do Mauazinho
- Construção do Posto Policial Comunitário de São Sebastião
- Construção do Posto Policial Comunitário do Igarapé do 40
- Construção do Posto Policial Comunitário do Bairro da União
- Construção do Posto Policial Comunitário do Bairro do Japiim II
- Construção do Posto Policial Comunitário do Bairro da Japiimlândia
- Construção do Posto Policial Comunitário da Cidade Nova II
- Construção do Posto Policial Comunitário da Alvorada I
- Construção do Posto Policial Comunitário do Bairro do Lirio do Vale
- Construção do Posto Policial Comunitário do Bairro Armando Mendes
- Construção do Posto Policial Comunitário do Bairro da Redenção
- Construção do Posto Policial Comunitário do Bairro Tancredo Neves
- Construção do Posto Policial Comunitário do Bairro da Compensa II.

OBRAS EM ANDAMENTO EM 1988

- Construção do Posto Policial Comunitário de Itapiranga
- Construção do Posto Policial Comunitário de Jutaí
- Construção do Posto Policial Comunitário de Atalaia do Norte.

CONSTRUÇÃO DE CADEIAS DE COMARCA

Encontram-se em fase final de construção 06 Cadeias de Comarcas, sendo que as de Tabatinga, Coari, Manicoré e Humaitá com recursos obtidos junto ao FAS, Caixa Econômica Federal e as de Parintins e Maués com recursos próprios do Governo do Estado do Amazonas. As obras estão a cago da SETRAN e a inauguração prevista para o primeiro quadrimestre de 1989.

CONSTRUÇÃO DE CADEIAS DE COMARCAS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO

Referido projeto foi submetido ao Fundo de Assistência Social da Caixa Econômica Federal, encontrando-se em fase final para liberação dos recursos, que possibilitarão a construção de 04 Cadeias de Comarca, nos Municípios de Parintins, Maués, Coari e Tefé, bem como a compra de 25 estações em VHF/FM, 107 estações móveis em VHF/FM e 30 estações policiais em VHF/FM, que proporcionarão maior eficácia nas comunicações policiais.

CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DE POLÍTICA CIVIL

O grau de operacionalidade e a própria imagem da organização policial estão diretamente relacionados com o preparo sistemático e contínuo do seu pessoal, condição para defragar-se o processo de efetiva mudança, com o desenvolvimento do homem de polícia através do aumento da eficiência pelo aprendizado, incutindo-lhe hábitos de procedimento e ação, habilidades, conhecimentos, técnicas e atitudes.

Alicerçado nesses princípios, foi desenvolvido projeto técnico para construção da Academia de Polícia que se encontra em fase de captação de recursos, sendo colocada como obra prioritária do Governo do Estado do Amazonas.

PROJETO DE CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA

Projeto técnico já elaborado, em fase de captação de recursos.

De primordial importância, o Instituto de Criminalística trará ao organismo policial um maior embasamento técnico.

EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÃO

Foram adquiridos, através do FAS/CEF, equipamentos de comunicação abaixo, que de certa forma melhoraram sensivelmente o desempenho das atividades policiais com o novo sistema implantado nas Delegacias Especializadas, Distritais, Postos Policiais e em todas as viaturas da Polícia Civil:

- 25 Estações em VHF/FM,
- 79 Estações móveis em VHF/FM,
- 30 Estações portáteis em VHF/FM,

EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES (EM FASE DE IMPLANTAÇÃO)
PROGRAMA MUTIRÃO CONTRA A VIOLÊNCIA

Engajado no Programa do Ministério da Justiça, a SESEG encaminhou, ao órgão ministerial, projeto para captação de recursos, objetivando o reaparelhamento da Polícia Civil, bem como a construção de bases físicas, visando à melhoria dos serviços policiais.

Na infra-estrutura de transportes vislumbra-se a aquisição de 02 helicopteros, 03 barcos regionais de longo curso, 59 canoas de alumínio acopladas com motores de popa, 33 viaturas celulares, 01 ônibus, 60 viaturas leves, 02 kombis e 10 motocicletas de 125 cc.

PROJETOS ESPECIAIS

PROJETO SEGURANÇA JOVEM - GUARDA MIRIM

O Projeto Segurança Jovem, que objetiva o cadastramento dos menores que se encontram no centro de Manaus, bem como a criação da Guarda Mirim que, lotados na SESEG em regime especial, teriam remuneração e estudo assegurados.

POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS
– PMAM –

Relatório/1988

I. MISSÃO DA POLÍCIA MILITAR

A Polícia Militar tem sua missão definida no § 5º do art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil.

II. ORGANIZAÇÃO E EFETIVO

Com efetivo fixado pela Lei nº 1754, de 01 julho de 1986, em 4500 policiais-militares, a Polícia militar organiza-se, na capital e no interior do Estado na forma abaixo:

1 – Órgãos de Direção Geral
   a) – Comando Geral
   b) – Estado Maior Geral
   c) – Ajudância Geral
2 – Órgãos de Direção Setorial
   a) – Diretoria de Pessoal
   b) – Diretoria de Apoio Logístico
   c) – Diretoria de Finanças
3 – Órgãos de Apoio
   a) – Apoio de Ensino: Centro de Formação de Aperfeiçoamento Praças – CFAP
   b) – Apoio Logístico: Centro de Suprimento e Manutenção
   c) – Apoio de Saúde: Hospital da Polícia Militar
   d) – Apoio de Pessoal: Centro de Assistência Social
4 – Órgãos de Execução
   a) – Comando de Policiamento da Capital, subordinando as seguintes Unidades Operacionais:
      – 1º Batalhão de Polícia Militar
      – 4º Batalhão de Polícia Militar
      – 5º Batalhão de Polícia Militar
      – Companhia de Polícia de Trânsito
      – Companhia de Polícia Rodoviária
      – Companhia de Polícia de Choque
      – Companhia de Polícia Feminina
      – Esquadrão de Polícia Montada
   b) – Comando de Policiamento do Interior, subordinando as seguintes Unidades Operacionais:
      – 2º Batalhão de Polícia Militar (Itacoatiara)
      – 3º Batalhão de Polícia Militar (Tefé)

- 1ª Companhia Independente de Polícia Militar (Parintins)
- 2ª Companhia Independente de Polícia Militar (Tabatinga)
- 3ª Companhia Independente de Polícia Militar (Manacapuru)
- 4ª Companhia Independente de Polícia Militar (Humaitá)
- 5ª Companhia Independente de Polícia Militar (Barcelos)
- 6ª Companhia Independente de Polícia Militar (São Gabriel da Cachoeira)

c) Comando do Corpo de Bombeiros, subordinando o 1º Grupamento de incêndios.

III. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

a) Instalações

Durante o exercício foi feito grande esforço para a conservação e melhoria de instalações das Unidades sediadas na capital. Desta forma for efetuadas reformas no Hospital da Polícia Militar, e nos Quarteis do 4º Batalhão de Polícia Militar, do 5º Batalhão de Polícia Militar, do 1º Batalhão de Polícia Militar (esta ainda em andamento), bem como no Quartel do Comando Geral (imóvel tombado pelo Patrimônio Histórico).

Iniciou-se a construção das instalações do Esquadrão de Polícia Montada, obra que se encontra em fase final.

Aproveitando-se o espaço físico anteiormente ocupado pela Companhia de Polícia de Trânsito, à rua Duque de Caxias, nele instalou-se o Centro Odontológico da Polícia Militar, o qual anteriormente ocupava uma área acanhada no próprio Hospital da PM. Esta medida visou ao descongestionamento provocado pelo grande número de policiais-militares que, por necessidade de tratamento odontológico, afluia ao Hospital.

b) Equipamentos e Materiais

Dentre os numerosos equipamentos e materiais adquiridos pela Corporação com o objetivo de garantir a sua eficiência operacional destacam-se os seguintes:

- Bote de alumínio	03
- Motor de popa de 25 HP	06
- Automóvel Chevrolet Opala	01
- Micro-ônibus Mercedes-Benz	00
- Ônibus Mercedes-Benz	02
- Caminhoneta Kombi VW	05
- Automóvel Chevrolet Chevette	50
- Automóvel VW Gol	50
- Carro presídio Chevrolet A 10	05
- Motocicleta Honda C-450	10
- Rádio VHF/FM fixo	50
- Rádio VHF/FM móvel	150
- Rádio VHF/Fm portatil	50
- Estação repetidora SSB	01
- Rádio SSB fixo	77

IV. OPERACIONALIDADE

Dividiu-se capital em três áreas operacionais, cada uma delas sob a responsabilidade territorial de um Batalhão de Polícia Militar (1º, 4º e 5º). Dentro de cada área, efetua-se um levantamento estatístico mensal visando a dar a cada Comandante de Batalhão, a situação policial da área sob sua responsabilidade, para um melhor planejamento do emprego policial.

Foi instalado no Centro de Operações do Comando de Policiamento da Capital um terminal de computador que permite ao pessoal de serviço o acesso aos dados do Cadastro de Pessoal da PMAM e do Cadastro de Veículos do DETRAN. Esta medida garante, com rapidez, a identificação de indivíduos que eventualmente se façam passar por policiais-militares, bem como a correta identificação de veículos e seus proprietários, quando envolvidos em ocorrências policiais.

No Interior implantou-se, com sucesso, o Serviço de Rádio-Patrulhamento motorizado nas cidades de Itacoatiara, Manacapuru e Parintins.

A Corporação desempenhou todas as missões que lhe foram atribuidas, tais como o exame vestibular, o carnaval, o Festival Folclórico, as eleições municipais e os eventos artísticos e esportivos que por suas popularidades atraíram número expressivo de pessoas.

SETRABES

SETRABES

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E BEM ESTAR SOCIAL
– SETRABES –

Relatório/1988

1 – PROGRAMA ASSISTÊNCIA

1.1 – Assistência e Orientação

A SETRABES através dessa atividade prestou 4.721 atendimentos a pessoas identificadas como carentes.

1.2 – Atendimento ao Migrante

Feito através do Núcleo de Reintegração Social, que registrou 3.745 atendimentos.

1.3 – Subvenção e Supervisão a Obras Sociais

Realizou-se no exercício de 1988 o cadastramento e seleção de 39 Obras Sociais cujos serviços se destinavam ao atendimento de crianças, jovens e idosos carentes.

1.4 – Centros Sociais da Capital

Para a realização das políticas sociais do Estado, a SETRABES dispõe de 4 Centros Sociais, unidades operativas instaladas em comunidades carentes, destinadas a desenvolver o trabalho de educação e orientação nas áreas de Saúde, Nutrição, Creches, Cultura, Esporte e Trabalho.

No exercício de 1988 realizaram-se 407.893 atendimentos, registrando-se, portanto, um aumento de 53,60% sobre o atendimento do ano anterior.

A clientela infantil, geralmente atendida em creche e esporte, recebe uma complementação nutricional através da merenda escolar, sendo também assistida nos aspectos de saúde.

O trabalho social realizado com jovens e adultos é feito através de grupos, indo desde os conceitos básicos de saúde e higiene até os problemas sociais do cotidiano.

1.5 – Centros Sociais e
Postos de Atendimento no interior do Estado

A interiorização dos trabalhos da SETRABES é feita através de Centros Sociais Urbanos, a exemplo dos Municípios de Urucará, Parintins, Itacoatiara, Maués e Barreirinha.

Neste exercício foram atendidas 35.767 pessoas, registrando um total de 374.563. A formação profissional foi feita predominantemente em Barreirinha através de Convênio firmado com o SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, que ministrou naquele município 11 Cursos atendendo 266 alunos.

1.6 – Centro de Orientação para Mulheres Jovens

Essa atividade atendeu no exercício 66 jovens na faixa etária de 12 a 19 anos.

Complementando todas as atividades de orientação e apoio pessoal, as jovens foram motivadas a frequentar cursos capazes de habilitá-las profissionalmente, e, como resultado, registraram-se 20 jovens colocadas em empregos e o fornecimento 52 documentos pessoais, necessários para o exercício de qualquer atividade.

1.7 – Atendimento ao Pré-Escolar e Creches

Os atendimentos ao Pré-Escolar e Creches, em Manaus, foram feitos através da Creche **"BALBINA MESTRINHO"** e por 4 Centros Sociais.

Os Centros Sociais e Postos de Atendimentos da **SETRABES,** no Interior, também cumpriram suas propostas de atendimento ao Pré-Escolar.

Como resultado da operacionalização dessa atividade registrou-se o atendimento a 333 crianças, equivalendo a 506.251.

1.8 - Apoio ao Artesanato e Manutenção da Central de Artesanato e Entrepostos de Artesanato no interior do Estado

Desenvolvido pela **SETRABES**, através da Central de Artesanato "BRANCO E SILVA" e Entrepostos de Maués, Urucará, Itacoatiara e São Gabriel da Cachoeira.

Neste exercício foi inaugurada a Oficina Comunitária da Central de Artesano.

1.9 – Colônia de Férias

As três grandes Colônias de Férias, realizadas em Manaus, Barreirinha e Itacoatiara, proporcionaram adequado aproveitamento das horas de lazer aos menores carentes, na faixa etária de 4 a 12 anos.

Procuraram essa atividade 2.500 crianças enquanto as frequências registradas alcançaram o total de 74.381 presenças em 62 dias de trabalho.

1.10 – Unidades Produtivas

As Unidades Produtivas representam formas alternativas para ocupação de mão-de-obra disponível através de aprendizado rápido e simples e do uso de equipamentos rústicos de confecção artesanal, na produção de bens de consumo, objetivando a geração de renda.

2 – PROGRAMA RELAÇÕES DO TRABALHO

2.1 – Estágio Profissionalizante/Supervisionado Capacitação Profissional

O Núcleo de Capacitação de Mão-de-Obra centralizou suas iniciativas em prol da operacionalização do Estágio Supervisionado para estudantes de 2º e 3º Graus.

Através de Convênio com o **SENAC** foram ministrados 14 cursos profissionalizantes na capital que atenderam 281 alunos e 11 cursos no Interior do Estado-Barreirinha – que atenderam 226 alunos, num total de 1.550 horas/aula.

2.2 – Operacionalizacão do Programa SINE

- Intermediação de Emprego
- Elaboração de Boletins de Análise do Mercado de Trabalho
- Seguro Desemprego

A Intermediação de Empregos movimentaou candidatos e vagas ofertadas. Nesta atividade encaminharam-se 4.923 pessoas a emprego nas atividades econômicas de indústria, comércio, constução civil e serviços.

Mão-de-Obra encaminhada a Emprego por Atividade Econômica

As orientações e Treinamentos sobre Seguro Desemprego foram desenvolvidas, alcançando resultados satisfatórios, também atingindo o Interior do Estado.

3 – CONVÊNIOS

Objetivando ampliar seu raio de ação e/ou captar recursos humanos e financeiros, a **SETRABES** celebrou 8 Convênios com diversas Instituições.

- Secretaria da Educação e Cultura
- Ministério do Trabalho-Secretaria de Empregos e Salários
- Ministério do Trabalho-Plano Nacional de Desenvolvimento do Artesanato – PNDA
- Secretaria Especial de Ação Comunitária – SEAC
- The Pathfinder Fund – Brasil
- Fundação Legião Brasileira de Assistência – FLBA
- Passa Quatro da Amazônia Comércio e Serviços LTDA.
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

INSTITUTO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR
– IEBEM –

Relatório/1988

O Instituto Estadual do Bem-Estar do Menor do Amazonas – **IEBEM/AM,** dentro das diretrizes governamentais e institucionais para o setor, desenvolveu intenso e expressivo trabalho em 1988.

As ações prioritárias do Instituto são definidas com base na Política Nacional do Bem-Estar do Menor e são encaminhados no sentido de atender os menores mais vulneráveis de carências, que configuram o círculo vicioso da desasistência e da marginalização.

Com base nessas diretrizes, a política do **IEBEM** tem seus objetivos centrados em programas de ação que visam ao fortalecimento do vínculo familiar, mantendo o menor no meio de sua família e da comunidade – e normatizadas pelas linhas pedagógicas subsequente:

1 – Levar o menor à condição de sujeito de sua história, através da sua participação num processo educativo que lhe sirva de referencial para à aquisição de novos valores e o torne capaz de decidir a respeito do seu projeto de vida;

2 – Manter o menor em convivência com seu meio de origem;

3 – Priorizar as programaçoes de Educação Informal e formçao profissional através de:

- Processo de Educação Informal
- Processo de formação através da educação para e pelo trabalho.
- Utilização do trabalho como base da ação educativa
- Facilidade para o ingresso do menor no mercado de trabalho

Atualmente, em termos de equipamento operacional, a rede de atendimento direto e indireto está composta de 20 centros de atendimento/unidades (12 na capital e 8 no interior), 04 frentes de trabalho e 14 órgão centralizadores na sede, correspondentes aos Gabinetes das três Diretorias e às áreas técnicas e administrativas.

A rede conveniada no interior é composta de 01 entidade pública na região do Alto Rio Negro -Município de S. Gabriel e 16 Entidades Sociais particulares localizadas em vários municípios do interior do Estado.

Os resultados de trabalho mais significativos executados pelo **IEBEM/AM** estão relacionados às seguintes atividades:

- Atendimento às necessidades imediatas da clientela mediante a prestação de serviços assistencias de alimentação, médico – odontológicos, recreação, etc. Creche/Pré-escolar – para crianças de 0 a 6 anos, atendendo suas necessidades de desenvolvimento biopsicossocial, além de facilitar o trabalho da mulher fora do lar para melhorar a renda familiar;
- Iniciação Profissional/Geração de Renda – a importância dessas atividades têm como indicadores os seguintes aspectos:

1. Oferecer condições de transmitir ao manor hábitos, atividades de trabalho,

conhecimentos básicos sobre atividades específicas do mercado de trabalho, permitindo-lhe geração de renda para suas necessidades imediatas.

2. Constituirem-se meio válido de promoção social e fator de integração na comunidade.

Em termos da preparação do menor para o trabalho, além das atividades nas oficinas dos centros e unidades de atendimento, foram também efetivados cursos correspondentes a XIX e XX Turmas de Partrulheiros com um total de 202 menores preparados pelo **CEAG** e **SENAC** para os serviços de protocolo, arquivo, xerox e mensageiro. Está em andamento o Curso XXI Turma de Patrulheiros iniciado em dezembro/88 e com o seu término no previsto para março/89.

O **IEBEM/AM** também atua em creches domiciliares com atendimentos diário em vários bairros da periferia de Manaus. Atendeu no ano de 1988 um total de 274 crianças, beneficiando 317 mães naturais e utilizando 37 mães crecheiras.

SETRAN

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS
– SETRAN –

Relatório/1988

A Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, durante os meses de janeiro a dezembro de 1988, desenvolveu atividades na sua área específica, seguindo as prioridades estabelecidas no Programa de Interiorização e Desenvolvimento do Estado do Amazonas – **PID.**

A SETRAN contou com a participação do PDRI – segmento transporte, na execução de projetos de estradas vicinais, construção de aeroportos e portos do sistema viário dos municípios, além de obras diversas.

Para fazer face às obras que se desenvolvem tanto na capital como no Interior, a Secretaria adquiriu máquinas e equipamentos objetivando dinamizar as frentes de trabalho, destacando-se:

10 – Carros Tanques Rebocáveis para 5000 litros;
60 – Camilhões Basculantes LK-1114/36 – Mercedes Benz;
04 – Tratores de estaira D6D Caterpillar;
06 – Motoniveladoras 12B Caterpillar;
06 – Distribuidores de Asfalto Rebocáveis;
06 – Usinas pré-misturadas de asfalto a frio;
03 – Caçambas basculantes Crevrolet;
13 – Rolos compactores autopropelidos;
08 – Motoniveladores Icon;
02 – Caminhões com carroceria Mercedes Benz;
04 – Tratores de esteira D4 Caterpillar;
TOTAL= 128 Equipamentos

É relevante assinalar o apoio que esta Secretaria vem prestando aos municípios amazonenses, no que tange as obras e serviços que estão em, desenvolvimento no Interior, uma vez que esses serviços são priorizados conjuntemente, entre o Estado, por intermédio da **SETRAN**, e o Executivos Municipais, de acordo com a política conjunta do Governo.

1. Obras e Serviços do Sistema Viário das sedes municipais em andamento.

De acordo com o Programa Interiorização e Desenvolvimento do Estado do Amazonas – **PID/AM,** e **SETRAN** vem desenvolvendo a completa melhoria dos sistema viários dos municípios, usando, na pavimentação asfáltica, o método de asfalta-

mento a frio, com enorme sucesso e excelente rendimento.

Município contemplados:

01. Alvarães
02. Amaturá
03. Anori
04. barcelos
05. Benjamin Constant
06. Boca do Acre
07. Borba
08. Coari
09. Codajás
10. Eirunepé
11. Envira
12. Parintins
13. Santa Isabel do Rio Negro
14. São Gabriel da Cachoeira
15. Tabatinga
16. Tefé (Bairro do Abial)
17. Urucurituba
18. Itacoatiara

No caso do Município de Itacoatiara, foram executados, fora do perímetro urbano da cidade, as seguintes obras:

a) execução de 02 quilômetros de acesso à primeira ponte sobre o Rio Urubu, denominada **MAMOUD AMED;**

b) execução de serviços complementares de encabeçamento da segunda ponte sobre o Rio Urubu, denominada ADAMASTOR FIGUEIREDO, com serviço de pavimentação do trecho no Km 183 da Rodovia AM-010.

Resumo geral:

Realização

- terraplenagem – 93.436m
- Base – 68.774m
- Capa – 61.364m
- Drenagem – 2.779m

2. Obras e Serviços dos Sistemas Viários das Sedes Municipais, concluídas:

01. Autazes
02. Iranduba
03. Itacoatiara
04. Manaus
05. Nova Olinda do Norte
06. Tefé

Realizado

- Terraplenagem – 52,160m
- Base – 46.462m
- Capa – 60.827m
- Drenagem – 6.257m
- Canaleta – 30m
- Caixa Coletora – 45 unid.
- Meio fio e sarjeta – 4.028m
- Calçada – 3.327m
- Escadaria de Alvenaria – 40m
- Passarela de Madeira – 90m

3. Obras Rodoviárias:

3.1. Vicinais

3.1.1. **No Município de Anori**

Serviço executado: 4.326m de terraplenagem

3.1.2. **No Município de Alvarães**

Serviço executado: 14.080m de terraplenagem

3.1.3. **No Município de Envira**

Serviço executado: 4.200m de terraplenagem

3.1.4. **No Município de Itacoatiara**

Serviço executado: 41.000m de revestimento primário

3.2. Rodovias de Penetração

- Rodovia Am-360 (Novo Aripuanã/BR-319)

Executados:

- desmatamento – 27.922m
- revestimento primário – 11.000m

3.3. Rodovias

1. **Rodovia AM-010 (Manaus-Itacoatiara)**

Serviços executados:

- recapeamento de 05Km (Km 3,5 ao 8,5)
- tapa buraco 08Km (Km 17 ao 25)

** duplicação de um trecho de 3.000m, entre os Kms 14 e 17.

** duplicação da parte denominada "Ponte da Bolívia"

2. **Rodovia AM-070 (Manaus-Manacapuru)**

- serviços de manutenção

3. **Rodovia Am-363 (Apoio à Várzea)**

* serviço de manutenção

4. Obras e Serviços Civis Concluídas

4.1 Capital

4.1.1. Roforma e ampliações

a) Prédio do T:R.E.
b) Prédio do Arquivo Público
c) Prédio da Procuradoria Geral de Justiça
d) Prédio da **SEPLAN**
e) Prédio da **SEDAF**
f) Prédio da Escola de 1º Grau Simon Bolívar
g) Iluminação do Estádio Vivaldo Lima

4.1.2. Contruções Civis

- Sede da Associação das Parteiras do Amazonas
- Escola com 10 salas de aula (colônia Oliveira Machado)
- Chapéu de Palha (Bairro do Mauazinho)
- Quadra Polivalente (Bairro do Mauazinho)

4.1.3. Obras e Artes Especiais

- Ponte de concreto armado, ligando os bairros de Santo Antonio e São Jorge
- Ponte em concreto e gabião no bairro da Praça 14 de Janeiro
- Ponte em concreto e gabião na Av. Costa e Silva

4.2 Interior

4.2.1. Prédio do Posto Fiscal da SEFAZ em Humaitá

5. Obras e serviços civis em andamento

5.1. Capital

5.1.1. Escola com 10 salas de aula (Bairro Armando Mendes)
5.1.2. Fórum Desembargador João Rebelo Corrêa (Bairro Aparecida)
5.1.3. Reforma do Hospital Adriano Jorge (Bairro Cachoeirinha)
5.1.4. Reforma e ampliação do Hospital Eduardo Ribeiro
5.1.5. Construção do HOMOCENTRO do Aamazonas (Avenida Constantino Nery)
5.1.6. Construção do Hospital Francisca Mendes (Conjunto Cidade Nova)
5.1.7. Quartel do Pelotão de Cavalaria (Conj. D. Pedro)
5.1.8. Implantação da Companhia de Pescado da Amazônia (B. Paredão)
5.1.9. Restauração da Penitenciária Desembargador Vidal Pessoa (Av. Sete de Setembro – Centro)
5.1.10. restauração do Teatro Amazonas – a mais completa e importante de sua história
5.1.11. Vila Olímpica – paralisadas as obras há mais de uma década foram reativadas e seram inauguradas este ano
5.1.12. Manutenção das Unidades Hospitalares do Amazonas.

5.2 Interior

No interior do estado a **SETRAN** está realizando importantes obras civis, conforme pode-se obervar a seguir:

1. Recuperação do Colégio N.S. da Assunção, em São Paulo de Olivença
2. Recuperação da Escola João Bosco, no Município de Maraã
3. Recuperação da Unidade Hospitalar de Atalaia do Norte
4. Reforma e recuperação da Unidade Hospitalar de Coari
5. Recuperação da Unidade Hospitalar de Eirunepé
6. Construção das Delegacias dos Municípios de:
   - Parintins
   - Maués
   - Coari
   - Tabatinga
   - Manicoré
7. Construção de 1 Hospital com 20 leitos, equipado, no Município de Itapiranga

8. Construção de 1 Hospital com 50 leitos, equipado, no Município de São gabriel da Cachoeira
9. Construção de 1 Hospital com 25 leitos, equipado, na localidade de lauretê
10. Construção de Içana, no Alto Rio Negro
11. Construção de 1 Centro de Saúde, equipado, na Colônia Indígena de Pari-Cachoeira, no Alto Rio Negro
12. Centro Educacional e Desportivo da cidade de parintins.

6. Projeto Manaus – Moderna

O acompanhamento e fiscalização das obras do Projeto Manaus Moderna estão sob a responsabilidade da firma **SEEBRA** – Serviços de Engenharia Emílio Baugart Ltda.

6.1. AV. BEIRA RIO

Durante o ano de 1988 as atividades relacionadas à execução da Av. Baira Rio ficaram restritas ao trecho entre as estacas "0" (Mercado Municipal) e "64" (Ilha do Caxangá).

Até o momento encontram-se concluídos 710 metros de muro de conteção da avenida naquele trecho, dos quais 550 metros foram executados durante esse ano. Há ainda, um trecho com 200 metros de extensão no qual os serviços necessários à execução do muro se encontram-se em estágio bastante avançado.

Cabe ainda ressaltar que, durante o ano de 1988, foi iniciada e concluída a execução dos seguintes serviços:

- Trincheira Tabelião Lessa, incluindo sua pavimentação provisória e 65% das vigas da respectiva travessia.
- Aterro hidráulico para implantação da Av. Beira Rio em um trecho com 180 metros de extensão.

As atividades descritas perfazem um percentual executado de aproximadamente 60% da obra neste trecho e na sua execução foram empregados, apenas no ano de 1988, os seguintes quantitativos de serviços:

- Aterro compactado (diques e ensecadeiras) : 60.000 m^3
- Aterro hidráulico : 70.00 m^3

- Fundações em tubulações : 10 unidades
- Fundações em perfis metálicos : 687 unidades
- Volume de concreto estrutural : 6.000 m^3
- Peso de armação : 900.000 Kg
- Áreas de formas : 25.000 m^3

OBS: Nos quantitativos dos últimos 3 itens estão somadas tanto as peças moldadas "in loco" quanto as prémoldadas.

6.2. BAÍA DOS EDUCANDOS

Durante o período deu-se prosseguimento à limpeza da Baía, foi alteada a

ensecadeira confiante da elevação 22,00 (média) para elevação 26,00 (média), foi executado vertedouro no corpo da ensecadeira e drenagem com transporte do material para Av. Beira Rio.

Na execução das obras acima descritas empregaram-se os seguintes quantitativos de serviços:

- Aterro Compactado : 10.000 m^3
- Escavação : 2.500 m^3
- Sacaria em Areia-Cimento : 200 m^3
- Drenagem : 70.000 m^3

6.3 CENTRAL LESTE DE ABASTECIMENTO

Os serviços referentes à execução da Central Leste de Abastecimento foram desenvolvidos em 1988, no período compreendido entre 01 de janeiro e 21 de agosto, quando ocorreu deslizamento parcial do aterro, com consequente paralisação de todas as atividades, iniciando-se apenas a remoção de todas as estruturas e materiais empregados na obra até aquele momento para o canteiro de obras da empreiteira, no Japiim.

Até o dia 21 de agosto de 1988 foram empregados, na execução da Central Leste de Abastecimento, os seguintes quantitativos de serviços:

- Aterro Campactado (Ensecadeira, complemento da Plataforma e Pavimentação) : 120.000 m^2
- Aterro Hidráulico : 260.000 m^3
- Pavimentação Asfáltica : 8.000 m^2
- Fabricação de Estrutura Metálica : 280 toneladas
- Montagem de Estrutura Metálica : 50 toneladas
- Volume de Concreto Estrutural : 250 m^3
- Peso de Armação : 11.000 Kg
- Área de Formas : 1.600 m^2
- Redes de Drenagem Pluvial : 150 metros
- Redes Hidrálico-Sanitárias : 350 metros

6.4. PONTE DA AV. DJALMA BATISTA

Durante os meses de maio e junho de 1988 foram executados os serviços de recomposição dos taludes das margens esquerda e direita do igarapé sob a ponte da Av. Djalma Batista, à montante e à jusante da Ponte.

Na execução de tal recomposição foram empregados os seguintes quantitativos de serviços:

- Escavação : 350 m^3
- Sacaria em sacos de areia – Cimento : 450 m^3
- Pavimentação Asfáltica : 100 m^2
- Revestimento Vegetal : 700 m^2
- Redes de Drenagem Pluvial : 30 metros

7. PDRI – Segmento de Transporte

Melhoramento de estrada vicinal

- Careiro
  - Ramal Km 25E (Ambrózio Ayres) – 25Km
- Manaquiri — 16,95Km
  CR 02/Italiano
- Iranduba — 11,5Km
  - Km 30–AM 070/Serra Baixa — 1,5Km
- Ramal Mirituba/Curupira
- Manacapuru — 6,48Km
  - São José do Calado
- Parintins
  Comunidade Zé Açu
- Igarapé Curuá — 14,88Km

8. ESTUDOS E PROJETOS

Na área de projetos a **SETRAN** desenvolveu intensa atividade, através dos setores específicos da Secretaria.

Assim é que em 1988 a posição neste setor é a seguinte:

8.1 SISTEMA VIÁRIO

- Projetos Elaborados

MUNICÍPIO	QUANT. DE RUAS	EXTENSÃO EM KM
Autazes	41	21,88
Amaturá	21	5,2
Barreirinha	19	7,71
Benjamin Constant	36	16,4
Boca do Acre	39	15,39
Borba	22	16,5
Canutama	32	10,2
Envira	37	17,3
Eirunepé	27	8,7
Fonte Boa	17	11,7
Humaitá	86	44,68
Itamarati	13	5,2
Itapiranga	28	8,18
Ipixuna	28	12,9
Japurá	14	7,6
Juruá	12	3,2
Lábrea	34	26,0
Manaquiri	19	4,1
Manicoré	19	15,4

MUNICÍPIO	QUANT. DE RUAS	EXTENSÃO EM KM
Maués	78	39,17
Maraã	17	5,2
Nhamundá	26	10,0
Nova Olinda do Norte	15	10,2

MUNICÍPIO	QUANT. DE RUAS	EXTENSÃO EM KM
Novo Aripuanã	20	10,4
Novo Airão	22	10,6
São Gabriel da Cachoeira	26	12,0
Santo Antonio do Içá	35	12,5
Silves	24	12,5
Tefé	25	11,0
Tonantins	14	4,0
Urucará	27	18,6
Urucurituba	41	10,68
TOTAL GERAL	**914**	**580,79**

8.2. ESTRADAS VICINAIS

Projetos Elaborados

MUNICÍPIO	DENOMINAÇÃO	EXTENSÃO EM KM
Urucurituba	Estrada do Arrozal	5,0
Urucurituba	Estrada do Tabocal	2,0
Manicoré	Estrada do R. Atiminga	9,3
Benjamin/Atalaia	Estrada de Ligação	25,44
Autazes	Ramal do Novo Céu	21,14
	TOTAL GERAL	**62,88**

9. CONVÊNIO CELEBRADOS

Cumprindo as determinações constantes no Programa de Governo, a **SETRAN**, no decorrer de 1988, firmou com as Prefeituras Municipais, 33 convênios, cujos recursos foram destinados, como ajuda do Governo Estadual, às atividades desenvolvidas naqueles municípios interioranos.

Assim é que foram destinados recursos, principalmente para obras e serviços viários, complementado as outras atividades desenvolvidas pela **SETRAN** nos municípios, além da recuperação de equipamentos rodoviários, aquisição de materais, melhoramento de equipamentos rodoviários, aquisição de materiais, melhoramento de equipamentos comunitários, recuperação de unidades hospitalares, manutenção de linhas fluviais ente municípios e recuperação de unidades escolares.

Os Municípios conveniados com a **SETRAN**, pela ordem, foram os seguintes:

- Alvarães
- Anori
- Autazes
- Barcelos
- Barreirinha
- Benjamin Constant
- Canutama
- Coari
- Eirunepé
- Envira
- Itacoatiara
- Itapiranga
- Japurá
- Jutaí
- Lábrea
- Manacapuru
- Maraã
- Maués
- Nova Olinda do Norte
- São Paulo de Olivença
- Tefé

10. LICITAÇÃO

No ano de 1988 a **SETRAN** realizou 281 diferentes atos licitatórios, nas três modalidades distintas, permitidas por Lei, as quais ficaram assim distribuidas:

- 218 Cartas-Convites para aquisição de materiais de construção, peças de reposição de equipamentos da Secretaria e materias diversos para apoio e manutenção das obras e servicos na capital e no interior do Estado;

- 25 Cartas-Convites para execução de obras e serviços, na capital e no interior do estado;
- 19 Tomadas de Preços para aquisição de materiais e equipamentos;
- 13 Tomadas de Preços para execução de obras e serviços;
- 06 Concorrências Públicas para execução de obras.

SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS
– SUPLAN –

Relatório/1988

A Superintendência de Obras – SUPLAN –, órgão da administração indireta estadual, institucionalizado sob a forma de autarquia, vinculado à Secretaria de Estado dos Transportes e Obras – SETRAN –, é responsável pelo Sistema Estadual de Obras Públicas e tem atuado de forma a contribuir efetivamente para o cumprimento das metas da Administração Estadual.

Seu desempenho em 1988 resume-se nas seguintes atividades:

ELABORAÇÃO DE ANTE-PROJETOS, PROJETOS E ORÇAMENTOS Foram elaborados 46 trabalhos, destacando-se:

- Escola Agrotécnica Padrão (construção)
- Delegacia de Polícia – Atalaia do Norte e Tabatinga (construção)
- Creche Padrão (construção)
- Teatro Amazonas (restauração)
- Plano Diretor de Humaitá (implantação)
- Posto Médico de São José (construção)
- Centro Administrativo de Tabatinga (construção)
- Grupo Escolar Carlos Pinho – Manacapuru (reforma)
- Tribunal de Contas (construção)
- Frigomasa (avaliação)
- CECON (reforma)
- Hospital 10, 20 e 50 leitos (construção)
- Hospital de Boa Vista do Ramos (ampliação)
- Centro Social para Maués (construção)

AVALIAÇÕES E PERÍCIAS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO

Destacam-se:

- Avaliação da Unidade Irmã Maria do Carmo (IEBEM)
- Laudo de Perícia sobre a recuperação do Forum de Itacoatiara

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DO ESTADO

Realizou-se um intenso trabalho de controle e fiscalização, destacando-se:

- Escola Agrotécnica de Tefé (em constrção)
- Recuperação e reforma da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN/CODEAMA e da Secretaria para Promoção do Desenvolvimento das Áreas de Fronteira – SEDAF
- Reforma e ampliação da Escola Libertador Simon Bolívar
- Restauração da Penitenciária Desembargador Raimundo Vidal Pessoa
- Ampliação e reforma do Hospital Psiquiátrico Eduardo Ribeiro

- Conclusão do Centro de Educação Física e Desportos do Estado do Amazonas.

EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

Foram executados trabalhos em varios locais, como:

- Biclioteca Pública.
- SEAD
- CEAG
- Poder Judiciário.

GRUPO DE TRABALHO DE OBRAS EMERGENCIAIS
—GTOE –

Relatório/1988

No decorrer do ano de 1988 o Grupo de Trabalho de Obras Emergenciais – **GTOE** desenvolveu nesta capital extenso programa, onde as frentes de trabalho atuaram em 08 bairros, beneficiando 95 vias do sistema viário de Manaus.

Os bairros, com as vias, são os seguintes:

• Compensa II	22 vias
• Aleixo	07 vias
• Paz	09 vias
• Redenção	11 vias
• Petrópolis	06 vias
• União	04 vias
• Colônia Antônio Aleixo	35 vias
• São Lazaro	01 via

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO AMAZONAS
– DERAM –

Relatório/1988

Em 1988 o **DER-AM** (Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas) participou de várias ações governamentais com a finalidade de beneficiar diversos municípios do Interior, através de obras envolvendo implantações e melhoramentos nos sistemas viários urbanos de suas sedes, bem como nas vias rurais que os integram. Naqueles municípios, os trabalhos foram os mais diversos, como terraplenagem, pavimentação, sinalização entre outros.

Em Manaus o **DER-AM** desenvolveu atividades na malha rodoviária rural e tambem nas vias urbanas. Na área urbana os trabalhos foram realizados em diversos bairros e ficaram voltados mais à limpeza, remoção de entulhos, terraplenagem. recomposição de pavimentação asfáltico e revestimento asfáltico usinado a quente.

INTERIOR

Área Rural

Na zona rural de alguns municípios o **DER-AM** realizou obras de conservação e manutenção de suas malhas rodoviárias. As vias trabalhadas foram as seguintes:

- AM-010 (Manaus/Itacoatiara)
- AM-070 (Manaus/Manacapuru)
- AM-254 (Manaus/Nova Olinda do Norte/Maués)
- BR 230 (Humaitá/Labrea)
- AM-452 (Colonia do Caldeirão/Jandira)
- Estrada do Brito (AM-070/Porto do Cacau Pirêra)
- Estrada do Careiro/Cambixe

Área Urbana

Em relação ao sistema viário urbano, foram realizadas obas em IRANDUBA com uma extensão de 5,4 km de revestimento asfáltico e em Rio Preto da Eva, onde ocorreram os trabalhos de conservação preventiva e corretiva, obras auxiliares, bem como obras de drenagem.

Foram ainda realizados trabalhos de terraplenagem e pavimentação em outras cidades do Interior, destacando-se os seguintes municípios.

Manaus

Área Rural

Na área rural do Município de Manaus o **DER-AM,** juntamente com outros órgãos governamentais, notadamente o GTOE e SETRAN, participou de trabalhos, tais como:

a) Conservação e manutenção da AM-020 (Manaus/Aleixo) com uma extensão trabalhada de 14 km, sendo que nessa rodovia houve ainda, a sinalização de 2 quilômetros.
b) Conservação e Manutenção da AM-450 (Tarumã/Ponta Negra) com uma extensão trabalhada de 18,4 quilômetros.
c) Terraplenagem de 1,5 km no trecho que dá acesso ao Pró-Menor Dom Bosco (km 12 de Rodovia Estadual AM-010 Manaus-Itacoatiara).
d) Compactação de aterro e limpeza das diversas vias com o acesso à Colônia Ajuricaba, à Penitenciária Anísio Jobim, e no Centro de Operações do Exército e ao acesso à Associação dos Voluntários para o Serviço Internacional.
e) Conservação para segurança do tráfego das rodovias AM-010, AM-020. Trabalhos voltados para a sinalização horizontal, realizados em uma extensão de 15 km e 6 km respectivamente.

Área Urbana

Em relação a área urbana o **DER-AM** teve atuação das seguintes formas:

a) Conservação corretiva e preventiva no terminal hidro-viário São Raimundo/Cacau Pirêra).
b) Obras de terraplenagem numa extensão de 17.630 m² e obras de pavi-

mentação com 12.152m, em diversos bairros, tais como Glória, Compensa, São José I, II, III, Coroado III, Educandos e outros.

c) Obras corretivas de tapa buracos, limpeza de sarjeta e meio fio, remoção e recomposição de pavimentos em 38 vias.

PLANEJAMENTO

O **DER-AM** participou ainda da elaboração dos projetos de estradas vicinais e do sistema viário de diversos municípios. Os mais importantes foram:

- Projeto da Estrada Envira-Feijó com uma extensão aproximada de 100 km
- Projeto da Estrada Vicinal que dá acesso ao Manaquiri com 26,4 km
- Projeto do Ramal da Colônia do RONDON com 10,6 km.
- Projeto da Estrada Vicinal da Comunidade da Penha (km 258 da AM-010 – Manaus/Itacoatiara) com aproximadamente 3,32 km
- Projeto Ramal do Canaçari (km 258 da AM-010 -Manaus/Itacoatiara) com 6,08 km
- Projeto do ramal Colônia do Ajuricaba (km 181 da AM-010 – Manaus/Itacoatiara) com 9,30 km
- Projeto da estrada vicinal do km 34 da BR 174 (Manaus/Carauari) de aproximadamente 9,30 km.
- Projeto do sistema viário do Bairro Tancredo Neves, totalizando 18 km
- Projeto viário do Bairro da União com 6,40 km
- Projeto viário do Bairro da Redenção com 5,70 km.

Apoio Logístico

O **DER-AM** em 1988, para dar apoio à patrulha mecanizada adquiriu tratores novos de esteira acoplados com lâmina.

Houve também a recuperação de 7 tratores de esteira, 2 motoniveladoras, 2 páscarregadeiras, 2 rolos compactadores e de 4 caminhões basculantes.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO AMAZONAS
– DETRAN –

Relatório

O Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Amazonas – **DETRAN,** diante da realidade problemática na qual se apresenta o trânsito no Estado, realizou serviços em 1988 no sentido de amenizar as dificuldades desta situação, partindo para um trabalho educativo de forma a promover uma conscientização geral, mudando hábitos e costumes a fim de levar a maior harmonia do trânsito.

Este trabalho foi desenvolvido através da elaboração das placas educativas, palestras, projeção de filmes, distribuição de panfletos, faixas com slogans educativos, out-doors, campanhas voltadas para a importância da utilização do cinto de segurança, sinalização, colocação de lombadas, exposição de veículos envolvidos em acidentes, gincana escolar, além de trabalho junto à Imprensa local para alertar e estimular a comunidade a colaborar na solução dos problemas diários do trânsito.

A preocupação com o abandono em que se encontravam os municípios, principalmente em referência à regularização dos veículos e condutores, levou esta autarquia à elaboração de um programa de visitas aos Municípios de Pitinga, Iranduba, Manacapuru, Tefé, Humaitá, Parintins, Coari, Maués, Balbina, Presidente Figueiredo, Lábrea, Eirunepé, Carauari, Borba, Rio Preto da Eva e Itacoatiara, onde foram realizados exames para obtenção de Carteira Nacional de Habilitação e Serviços de Regularização de Veículos Automotores.

Na área de habilitação houve reformulação na sistemática de trabalho, iniciando com a mudança total dos componentes da Comissão de Exames, até o estudo do projeto para implantação do Cadastro do Controle de Condutores de Veículos no sistema de computação. A implantação de uma pista para exame de direção em área própria do **DETRAN** virá beneficiar a Administração Pública com a redução de despesas efetuadas no deslocamento de pessoal e material necessários para a realização dos exames que ora são executados no pátio de estacionamento do Estádio Vivaldo Lima.

Tiveram grande êxito a Semana Nacional de Trânsito e o projeto de circulação para o bairro de Adrianópolis, elaborado com a participação da **EMTU** disciplinando o fluxo de veículos naquela área.

Como resultado deste esforço para solucionar os problemas diários do nosso trânsito, obteve-se uma redução no índice de acidentes na capital, de 5,2% em 1988 em comparação ao ano de 1987 e 20,3% no interior, demonstrando uma redução de 5,6% de acidentes em todo o Estado.

SECON

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
– SECOM –

Relatório/1988

A Secretaria de Estado de Comunicação Social – SECOM, no período de janeiro a dezembro de 1988, desenvolveu suas atividades dentro de um cronograma de trabalho voltado para a divulgação, ao executar tarefas informativas referentes ao Governo, nas áreas administrativa, social e econômica.

Através de suas equipes de trabalho e visando a integrar governo e povo numa demonstração de bem servir, a SECOM procurou sempre levar ao público, de forma clara e concisa, as decisões emanadas do Chefe do Executivo e a sua preocupação pelo engrandecimento do Amazonas.

No âmbito da divulgação, a Coordenadoria de Imprensa, que funciona anexa ao Palácio Rio Negro, deu total cobertura às programações oficiais, bem como se fez presente em todas as viagens realizadas pelo Governador ao interior do Estado, documentando jornalística e fotograficamente todos os acontecimentos.

Como anualmente ocorre, no mês de setembro, a SECOM promoveu a Semana da Pátria e Semana do Amazonas, programando e coordenando os festejos cívicos, que no ano de 88 tiveram como tema principal o Centenário da Abolição. Para a concretização desse evento, a Secretaria contou com a colaboração de outros órgãos estaduais, além do Comando Militar da Amazônia, da Flotilha do Amazonas, da Base Aérea de Manaus e Polícia Militar, SUNAMAN, Prefeitura Municipal de Manaus, SHAM, CEAM, Imprensa Oficial e Banco do Estado do Amazonas.

SEDAP

SEDAF

SECRETARIA DE ESTADO PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DAS ÁREAS DE FRONTEIRA
– SEDAF –

Relatório/1988

A Secretaria de Estado para Promoção do Desenvolvimento das Áreas de Fronteira – SEDAF, criada pela Lei nº 1802, de 29 de outubro de 1987, tem por atribuições legais prestar assessoramento técnico qualificado ao Excelentíssimo Senhor Governador quanto à administração dos assuntos relacionados ao desenvolvimento das regiões de fronteira do Estado do Amazonas com o Peru, Colômbia e Venezuela, fornecer assessoria e acompanhar projetos que envolvam questões indígenas, de meio ambiente, ecológicas e mineração.

É também de competência da SEDAF prestar apoio a programas e projetos do Governo Federal, quando estes se desenvolverem na região de fronteira, dentre os quais destaca-se, pela sua natural importância, o CALHA NORTE. Compete-lhe, ainda, acompanhar e participar, na área que se estende de Tabatinga a Apaparis, do PLANO BINACIONAL BRASIL – COLÔMBIA.

No ano de 1988 a Secretaria, dando cumprimento aos objetivos a que se propôs, promoveu a realização de importantes convênios em benefício do público algo residente nos municípios de sua jurisdição. Assim pode-se destacar:

- Em convênio com o Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente: 'erro sanitário de Tabatinga, aparelhamento da Prefeitura de Tabatinga com Plano Diretor de Limpeza Urbana e Elaboração do Plano de Organização Territorial Integrado de Tabatinga;
- Em convênio com o Ministério da Agricultura: foi executada a implantação do Plano de Assistência e Desenvolvimeno Agropecuário para a Comunidade Indígena de Pari – Cachoeira, no Município de São Gabriel da Cachoeira;
- Em convênio com a Secretaria Especial de Ação Comunitária da Presidência da República – SEAC: a) Polos Agropecuários da Fronteira. O Projeto Polos Agropecuários na Fronteira resultou no atendimento a várias comunidades rurais dos Municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Santo Antônio do Içá, Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, Japurá e Tabatinga, através da distribuição de sementes selecionadas, implementos, máquinas e equipamentos agrícolas; b) Entreposto Pesqueiro. Estão sendo iniciadas as obras de implantação do entreposto pesqueiro de Tabatinga; c) Programa de Ação Comunitária – PAC. Vários projetos de grande importância para o desenvolvimento dos municípios de fronteira foram reunidos em um único programa que resultou na assinatura do convênio com a SEAC para a realização dos programas e projetos a seguir:

Construção do Centro Administrativo de Tabatiga, conclusão das obras do entreposto pesqueiro de Tabatinga, construção de poços tubulares beneficiando as localidades de Estirão do Equador, Vila Bittencourt, Ipiranga e Palmeira, construção de creches e sanitários domiciliares no Município de Amaturá, construção de três pontes,

sendo uma em Vila Bittencourt e duas em Vila Acanuí no Município de Japurá, implantação das Escolas de Formação do Pequeno Produtor Rural e Centro Comunitário na Fronteira.

Ainda em 1988 a SEDAF ingressou junto a Ministérios e vários órgãos do Governo Federal com projetos de grande importância na sua área de influência e atuação.

- Projeto de esgotamento sanitário da cidade de Tabatinga
- Extensão do Projeto "Recolhimento do Lixo Urbano", já realizado em Tabatinga, a todos os demais municípios da área de Fronteira
- Implantação do mercado e da feira do produtor, inicialmente em Tabatinga
- Aterro urbano e portuário de Benjamin Constant.

Para 1989 estão previstas diversas atividades, igualmente de grande significação e importância, destacando-se a apresentação à OEA e ao BID de 19 projetos de apoio às prefeituras sob a jurisdição da SEDAF e a elaboração de aprofundado estudo de viabilidade, no sentido de criar na cidade de Tabatinga uma "Zona Eleitoral de Livre Comércio de Fronteira – ZELF", além de obras de saneamento básico e infra-estruturais.

SEAB

SECRETARIA DE APOIO EM BRASÍLIA
– SEAB –

Relatório/1988

I. ATIVIDADES PRINCIPAIS

1.1 ACOMPANHAMENTO DE PLEITOS DO ESTADO

A participação ativa da SEAB na liberação de recursos do Governo Federal para os diversos segmentos da a ministração pública do Amazonas deve ser registrada como a principal atividade desenvolvida no exercício de 1988.

Nada menos de Cz$ 3.793.602.739,00 (Três Bilhões, Setecentos e Noventa e Três Milhões, Seiscentos e Dois Mil e Setecentos e Trita e Nove Cruzados) foram conseguidos com a participação direta da Secretaria, através dos serviços de acompanhamento de pleitos e/ou projetos, implantado no presente exercício.

E resumo estes recursos foram provenientes dos seguintes órgãos:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM CZ$ 1,00	PARTICIPAÇÃO EM PERCENTUAL
M. BEM ESTAR SOCIAL	226.848.260	5,98
SEMA	30.000.000	0,79
M. EDUCAÇÃO	2.327.202.549	61,34
M. IRRIGAÇÃO	41.460.000	1,09
M. TRANSPORTES	15.762.500	0,42
M. MINAS E ENERGIA	6.000.000	0,16
M. SAÚDE	170.301.000	4,49
SEAC	310.524.210	8,19
M. JUSTIÇA	665.504.220	17,54
T O T A L	3.793.602.739	100,00

1.2 FORMAÇÃO DE CONSÓRCIO PARA EXPLORAÇÃO DE GÁS NA AMAZÔNIA

Para atender uma das metas prioritárias do Governo do Estado do Amazonas, e que diz respeito à política energética do Estado, todo empenho foi envidado no sentido de abrir novas perspectivas de investimento neste campo, especialmente nos estudos para a constituição de consórcio para a formação da Companhia de Gás da Amazônia.

1.3 APOIO AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

1.3.1. SECRETARIA DA SAÚDE

Em apoio às campanhas de saúde do Governo, a SEAB providenciou junto ao Ministério da Saúde e Correio Aéreo Nacional, a remessa de 5 toneladas de medicamentos diversos, inclusive albumina humana.

1.3.2. CODEAMA

Para representar o Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tecnologia do Estado do Amazonas, a SEAB participou de reuniões técnicas junto à Associação Brasileira das Instituições de Pesquisas e Tecnologia Industrial (ABIPTI) e ELETRONORTE.

1.3.3. COSAMA

A Companhia de Saneamento do Amazonas valeu-se da SEAB em ocasiões diversas, para fazer chegar em tempo hábil, ás Embaixadas localizadas em Brasília, expedientes visando à participação de empresas especializadas nas Concorrências Públicas Internacionais.

1.3.4. EMAMTUR

Pesquisa junto às Embaixadas em Brasília, visando a obter informações e material documental.

1.3.5. ASSESSORIA INTERNACIONAL

Promoção e recepção de reuniões de trabalho entre a Assessoria para Assuntos Internacionais e Embaixadas do diversos países para tratar de questões de interesse do Estado.

1.4. APOIO À SUFRAMA

Passou a dar todo apoio logístico e operacional à Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, em decorrência da desativação do Escritório da Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica FUCAPI, no Distrito Federal.

SEDPE

SECRETARIA PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO
– SEPDE –

Relatório/1988

A Secretaria para Promoção do Desenvolvimento ampliou seu leque de atuação em 1988, dando ênfase aos investimentos na área industrial da Zona Franca de Manaus. Ao lado disso dedicou-se a promover eventos e viabilizar projetos que divulgassem nas diversas áreas cultural, jornalística, tecnológica, científica, bem como os interesses do Estado do Amazonas, tendo sempre presente difundir em todas as instâncias o plano de trabalho do Governo.

Em cumprimento ao seu programa de trabalho, suas principais atividades foram:

1. Promoção do desenvolvimento no âmbito do Distrito Industrial.

Em 1988, dando continuidade à campanha de convencimento sobre as potencialidade da ZFM, foram feitos vários contactos com empresas nacionais e internacionais, conforme quadro abaixo:

EMPRESAS CONTACTADAS EM 1988

Nº DE EMPRESAS	PAÍS
79	BRASIL
03	INGLATERRA
03	U. S. A.
18	CORÉIA
03	ARGENTINA
02	FRANÇA
02	ITÁLIA
03	JAPÃO
10	TAIWAN

2. Promoção a nível dos meios de comunicação

Em abril de 1988 instalou-se, no ISEA, o 1º **Seminário de Jornalismo Econômico da Amazônia,** tendo como principal objetivo prestar serviço de caráter técnico acadêmico aos jornalistas locais, aos empresários e público em geral.

O Seminário Amazonas – Investir, ocorrido em São Paulo, sob o patrocínio

da SUFRAMA e da SIC, e a **FEIRA DA ZONA FRANCA DE MANAUS**, tiveram a participação da SEPDE caracterizada pelo atendimento técnico aos empresários interessados em investir no Estado.

3. Promoção na área de Ciência e Tecnologia

Com o apoio do Centro de Tecnologia e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico de Brasília foi concluido o levantamento/estudo sobre o uso de alternativas energéticas disponíveis na região, capazes de substituir o óleo diesel.

Preparou ainda, junto à Secretaria municipal de Transporte e Polícia Militar do Estado de São Paulo, um protocolo de intenções que oferecerá aos órgãos competentes do Governo do Amazonas assessoria e apoio para implantar um projeto de Engenharia de Tráfego, Educação para Trânsito e Renovação do Sistema Viário de Manaus.

4. Promoção na área de Educação e Cultura

Esta Secretaria envolveu-se nas iniciativas de celebração e divulgação de fatos históricos nacionais e realizou estudos para a implantação, no Estado, de Campanha Nacional de Escolas de Comunidade, Publicação dos Seminários ocorridos no âmbito do ISEA, criação do **Batalhão Escolar** e ainda um projeto de **Prevenção e Esclarecimento sobre a Questão das Drogas.**

5. Assistência Social

Nesta área, objetivando proporcionar atenção e bem estar ao crescente número de amazonenses que vão a São Paulo em busca de assistência médica, a SEPDE, em permanente coordenação e participação com a Diretoria do IPASEA, atendeu, durante o ano 1988, cerca de 300 pessoas.

SECRETARIA DE GOVERNO

SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO

Relatório/1988

UNIDADE DE PATRIMÔNIO E MATERIAL

Foram efetuadas novecentas e trinta e seis compras diretas, cento e trinta e cinco convites, expedidos duzentos e quarenta e dois ofícios à Coordenadoria de Administração, quatro memorandos e oito ofícios à Casa Civil e mantido o controle dos registro de todos os bens patrimoniais do acervo do Gabinete do Governador.

UNIDADE DE FINANÇAS

Fixou a despesa, relativa ao Gabinete do Governador, em Cz$ 410.910.000,00 (Quatrocentos e Dez Milhões, Novencentos e Dez Mil Cruzados), alterando para Cz$ 1.847.150,00 (Hum Milhão, Oitocentos e Quarenta e Sete Mil e Cento e Cinquenta Cruzados) em decorrência da abertura de créditos adicionais.

UNIDADE DE ORÇAMENTO

Foram abertas fichas por elemento de despesa para Secretaria de Governo, Casa Civil, Casa Militar, ICOTI, SHAM, ITERAM e FUNDAC.

Através de Decreto foram transferidos oito Convênios da LBA e um da SUFRAMA para a Secretaria de Governo.

SERVIÇO SOCIAL

Sem recuros próprios atendeu numerosas pessoas, procurando sempre solucionar seus problemas, através de outros serviços.

Por intermédio da Secretaria de Governo foram efetuados encaminhamentos para auxílios funerários e passagens pela ENASA

SECRETARIA PARA ASSUNTOS ESPECIAIS

SECRETARIA PARA ASSUNTOS ESPECIAIS

SECRETARIA DE ESTADO PARA ASSUNTOS ESPECIAIS

Relatório/1988

Trata-se de um órgão da administração direta e o seu trabalho consiste em atribuições que lhe são conferidas pelo Chefe do Poder Executivo, prestando-lhe assessoramento em todos os assuntos visando ao bem estar da coletividade.

Toda a correspondência particular do Senhor Governador, tanto da capital quanto do interior, é recebida, separada por bairros no caso da capital e por municípios no caso do interior, e encaminhada aos órgãos competentes com vistas ao atendimento do pleito. O interessado recebe uma resposta, comunicando as providências adotadas.

Como atividade precípua destaca-se a requisição de bilhete de passagens áereas para funcionários dos órgãos da administração, quando viajam a serviço a outra capital ou interior do Amazonas, sempre solicitadas pelos Secretários de Estado e autorizadas pelo Chefe do Executivo.

O Governo concedeu passagens a pessoas carentes a fim de submeterem-se a tratamento fora do domicílio, comprovada a situação através de laudo médico.

Com objetivo de desenvolver o esporte no Estado, concedeu passagens aéreas a atletas de Federação e de seleções estudantis a fim competirem em outras capitais do país.

Vale ressaltar a economia que a centralização oferece, considerando o controle permanente no valor de emissão de passagens.

CASA MILITAR

CASA MILITAR

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA MILITAR

Relatório/1988

No decorrer de 1988 a Casa Militar do Governo do Estado do Amazonas exerceu sua finalidade precípua de assessoramento direto ao Governo em todos os assuntos de natureza policial e militar, destacando-se, dentre outrás, as seguintes atividades:

1. Coordenação das diversas viagens governamentais ao interior do Estado, contr ,uindo de forma substancial para a consecução dos objetivos de um "Governo itinerante";
2. Distribuição, em consonância com a SEPROR, de implementos agrícolas, às cidades do interior do Estado;
3. Assessoramento a ilustres autoridades cívis e militares em visita de caráter oficial ao nosso Estado;
4. Contribuição para perfeito relaciobnamento entre Governo do Estado e Forças Armadas.

COSAMA

COSAMA

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO AMAZONAS
– COSAMA –

Relatório/1988

A Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA realizou, no decorrer de 1988, 13.828 ligações, um acréscimo equivalente a 7,49% em relação a 1987. O nível de atendimento no Estado, das localidades a Companhia detém a concessão de serviços, é da ordem de 93,21%. A cobertura em Manaus é de 94,28%.

Na capital foram realizados projetos, obras e serviços, objetivando garantir adequado fornecimento de água potável à população e melhoria no atendimento e de outros serviços:

1. Reforma e ampliação da ETA Ponto do Ismael;
2. Início das obras do Novo Complexo da Produção do Sistema de Abastecimento de Aguas de Manaus que irá garantir o suprimento da população até o ano 2005;
3. Recuperação do Talude da ETA do Mauazinho que compreende as instalações da estação;
4. Recuperação do maciço contíguo à ETA Ponta do Ismael que comprometia as instalações da estação;
5. Implantação do Setor de Distribuição da Ponta Negra, atualmente em fase de testes;
6. Recuperação do Reservatório do Mocó com capacidade de 5.000m³, atualmente em fase de testes;
7. Recuperação do Reservatório R-2 do Distrito Industrial com capacidade de 1.200 m³, atualmente em fase de testes;
8. Perfuração de poços tubulares profundos, visando à implantação e melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Agua de vários bairros e Conjuntos Habitacionais da cidade;
9. Implantação do Sistema de Abastecimento de Agua do Bairro do Mauzinho, compreendendo a montagem de dois reservatórios metálicos e instalação de 12.000 m de rede de distribuiçao de vários diâmetros;
10. Implantação de 10.000 m de rede de distribuição nos bairros da União e São Sebastião;
11. Expansão de 66.367 m de rede de distribuição e 8.710 ligações em doze bairros da periferia de Manaus;
12. Recuperação do Sistema de Esgotamento Sanitário dos Cojuntos Kyssia e Deborah, além de iniciada a mesma obra no Cojunto D. Pedro I;
13. Execução de obras de Oficina Eletro-Mecânica da COSAMA e obras de reforma e ampliação do prédio da Miranda Leão, com entrega prevista para março de 1989;

14. Execução, pelo Sistema Gerencial de Manutenção, dos Distritos da Castelhana, Alvorada e Japiim;
15. Elaboração dos projetos de Ampliação dos Sistemas de Abastecimento de Agua nas localidades de Tefé, Coari, Manacapuru e Jardim União;
16. Execução de 4.300 serviços de manutenção de esgotos, incluindo desobstruição de redes coletoras, limpeza de poços de visita, manutenção de elevatórios etc.;
17. Elaboração dos Cadernos de Encargos e Regulamento de critérios de medição e pagamento das obras da COSAMA.

No interior do Estado as ações executivas da COSAMA contemplaram 53 municípios com inumeras realizações, incluindo construção de reservatórios, implantação de cloração, perfuração de poços tubulares, implantação de adutoras, assentamento de rede de distribuição etc.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Os recursos investidos no Programa de Desenvolvimento Operacional, no exercício de 1988, foram os saldos remanescentes do PECOPE II (exercício anterior) e recursos de origem da própria Companhia para a realização dos seguintes projetos:

1. Manutenção e reabilitação de Unidades Operacionais.
2. Macromedição e Pitometria.
3. Cadastro de Redes.
4. Cadastro de Consumidores
5. Micromedição.

CEAM

COMPANHIA ENERGÉTICO DO AMAZONAS
– CEAM –

Relatório/1988

Com base nas Diretrizes Governamentais, a CEAM norteou suas ações no sentido de garantir o desenvolvimento e melhoria do patrão de vida da população do interior do Estado. Dentro dessas ações podemos destacar:

- Ampliações na geração e distribuição de energia elétrica;
- Melhoria de sua infra-estrutura no interior do Estado;
- Continuação na construção da Usina Termelétrica a lenha de Manacapuru;
- Melhoria no Setor Segurança do Trabalho.

AMPLIAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO URBANA

AGÊNCIAS	REDE (EM)		POSTES			TRAFO (KVA)			LUMINÁRIAS
	ALTA	BAIXA	9m	11m	12m	15	30	45	COMPLETAS
ALVARÃES	0,175	0,840	20	05	-	-	01	-	25
BARCELOS	-	0,140	04	-	-	-	-	-	04
CANUTAMA	-	-	02	-	-	-	-	-	02
CODAJÁS	-	-	22	-	-	-	01	-	13
EIRUNEPÉ (B. FÁTIMA)	0,75	1,430	37	06	-	-	01	-	41
EIRUNEPÉ (B. OLARIA)	-	0,210	07	-	-	-	-	-	07
ENVIRA	-	0,650	-	-	-	-	01	-	18
HUMAITÁ	-	0,110	03	-	-	-	-	01	03
IRANDUBA	0,470	-	-	07	-	-	-	01	-
ITACOATIARA	0,110	0,360	-	02	-	-	-	01	07
ITAMARATI	0,525	1,440	30	15	-	-	01	-	45
ITAPARIRANGA	1,5	-	-	23	-	-	-	-	-
ITAPEAÇU	-	0,180	06	-	-	-	-	-	06
JURUÁ	0,150	0,060	-	05	-	-	01	-	05
LÁBREA	0,560	1,250	28	05	-	-	-	01	33
MANACAPURU	22,7	-	-	176	-	-	-	-	-
MAUÉS	0,410	0,510	11	05	04	-	01	-	16
NOVA OLINDA DO NORTE	0,210	0,490	08	06	-	-	01	-	14
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (Av. B. RIO BRANCO e V. SARG.)	0,320	0,530	06	09	-	01	-	-	20
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (B. GRACILIANO)	-	-	01	35	-	01	-	-	01
SÃO S. UATUMÃ	0,240	0,570	12	08	-	01	-	-	20
SÃO PAULO DE OLIVENÇA (Stª RITA)	-	1,66	51	29	-	-	-	-	28
SÃO PAULO DE OLIVENÇA (CAMPO ALEGRE)	-	1,77	49	-	-	-	-	-	26
SANTO ANTONIO DO IÇÁ	-	0,410	11	-	-	-	-	-	11
TAPAUÁ	0,460	0,540	05	10	-	-	-	01	15
TOTAL	28,005	13,15	313	346	04	03	08	05	360

AMPLIAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO PADRÃO RURAL

AGÊNCIAS	REDE (Km)		TRAFO (KVA)		
	ALTA	BAIXA	05	10	15
CASTANHO		-	15	-	-
IRANDUBA	-	-	08	07	07
ITACOATIARA	-	-	21	-	-
LÁBREA	-	-	30		-
MANACAPURU	-	-	67	07	07
PURAQUEQUARA	-	0,400	-	-	-
RIO PRETO DA EVA	-	-	76	07	07
TOTAL	-	0,400	277	21	21

OBRAS REALIZADAS NOS MUNICIPIOS E LOCALIDADES DO INTERIOR DO AMAZONAS NO EXERCICIO DE 1988

01. ANORI

- Geração:

Ampliação de geração com a instalação de 02 (dois) grupos geradores de 400 KVA, marca TRANSMIL.

02. ALVARAES

- Rede de Distribuição:

Ampliação de rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão.

03. AUTAZES

- Geração:

Ampliação de geração com a instalação de 02 (dois) grupos geradores de 400 KVA, marca TRANSMIL.

04. BARCELOS

- Rede de Distribuição:

Ampliação de rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

05. BOCA DO ACRE

- Construção Civil:

Construção de 02 casas de madeira.

06. CASTANHO

- Distribuição – Subestação:

Construção e montagem de 15 subestações padrão rural.

- Geração:

Ampliação de geração com a instalação de 02 grupos geradores de 400 KVA.

07. CANUTAMA

- Rede de Distribuição:

Ampliação de rede de distribuição de energia em baixa tensão.

- Construção Civil:

Construção de base em concreto e instalação de tanque de óleo diesel de capacidade de $50m^3$.

08. CABORI

- Construção Civil:

Construção da usina, escritório, alojamento, almoxarifado, urbanização e oleoduto daquela localidade.

09. CAMETA

- Construção Civil:

Construção da usina, escritório, alojamento, almoxarifado, urbanização e eleoduto daquela localidade.

10. CODAJAS

- Rede de Distribuição:

Ampliação de rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

11. EIRUNEPE

- Rede de Distribuição:

Ampliação de rede de distribuição de energia elétrica em alata e baixa tensão.

- Construção Civil:

Construção de bases para instalação de 02 grupos geradores de 600 KW e conclusão de reforma da usina e mudança do lay-out.

12. ENVIRA

- Rede de Distribuição:

Ampliação de rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

13. HUMAITA

- Rede de Distribuição:

Ampliação de rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

14. IRANDUBA

- Rede de Distribuição:

Ampliação de rede de distribuição de energia elétrica em alta tensão.

- Distribuição – Subestação:

Construção e montagem de 02 subestações padrão rural

- Construção Civil:

Construção de cisterna em concreto armado para armazenamento d'água com capacidade de $60m^3$.

Construção de escritório, alojamento, urbanização do pátio, muro e abrigo para veículos.

15. ITACOATIARA

- Rede de Distribuição.

Ampliação de rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão.

- Distribuição – Subestação:

Construção e montagem de 21 subestações padrão rural de 05 KVA.

16. ITAMARATI

- Rede de Distribuição:

Ampliação de rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão.

- Construção Civil:

Construção do escritório, alojamento, muro e reforma geral da usina.
Construção do almoxarifado com 32m², em alvenaria.

17. ITAPIRANGA

- Rede de Distribuição:

Ampliação de rede de distribuição de energia elétrica em alta tensão.

18. ITAPEAÇU

- Rede de Distribuição:

Ampliação de rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

19. JURUÁ

- Rede de Distribuição:

Ampliação de rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão.

20. LÁBREA

- Rede de Distribuição:

Ampliação de rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão.

- Distribuição – Subestação:

Construção e montagem de 30 subestação padrão rural de 05 KVA.

21. MANACAPURU

- Rede de Distribuição:

Ampliação de rede de distribuição de energia elétrica padrão rural.

- Distribuição – Subestação:

Construção e montagem de 81 subestações padrão rural de 05, 10 e 15 KVA.
Ampliação da subestação elevadora, com a instalação de um transformador de força de 1.500 KVA.

- Construção Civil:

Construção de base, canaletas e cisterna, para instalação de 01 grupo gerador de 1.250 KVA.

22. MAUÉS

- Rede de Distribuição:

Complementação de ampliação de rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão.

23. NOVA OLINDA DO NORTE

- Geração:

Ampliação da geração com a instalação de 02 grupos geradores de 400 KVA.

- Rede de Distribuição:

Ampliação de rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão.

24. NOVO ARIPUANÃ

- Geração:

Ampliação da geração com a instalação de 02 grupos geradores de 400 KVA.

25. PARINTINS

- Distribuição – Subestação

Ampliação da subestação elevadora, com a instalação de 02 transformadores de fôrça de 3.100 KVA

Construção e montagem de uma subestação elevadora de 45 KVA para atender ao Estádio TUPY CATANIEDE.

- Construção Civil:

Construção de bases, canaletas e cisternas para instalação de 02 grupos geradores de 2.500 Kw.

26. PURAQUEQUARA

- Rede de Distribuição:

Ampliação de 400m de rede de distribuição padrão rural.

27. RIO PRETO DA EVA

- Distribuição – Subestação:

Construção e montagem de 90 subestações padrão rural de 05, 10 e 15 KVA.

28. SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

- Rede de Distribuição:

Ampliação de rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão.

29. SÃO SEBASTIÃO DO UATAMÃ

- Rede de Distribuição:

Ampliação de rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão.

30. SÃO PAULO DE OLIVENÇA

- Rede de Distribuição:

Construção de rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

31. SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ

- Rede de Distribuição:

Ampliação de rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

32. SACAMBU

- Construção Civil:

Construção da usina, escritório, almoxarifado, urbanização e óleoduto daquela localidade.

33. TABATINGA

- Construção Civil:

Complementação da construção da bacia em concreto armado para instalação da torre de refrigeração.

34. TEFÉ

- Geração:

Instalação de 01 grupo gerador de 1.250 Kw.

- Construção Civil:

Construção de base, canaletas, cisternas e lava-peça, para instalaço de 01 grupo gerador.

- Distribuição – Subestação:

Ampliação da subestação elevadora com a instalaçao de 01 transformador de fôrça de 1.500 KVA.

35. TAPAUÁ

- Rede de Distribuição:

Ampliação de rede de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão.

36. URUCARÁ

- Geração:

Ampliação da geração com a instalação de 02 grupos geradores de 400 KVA.

UNIDADE TERMELÉTRICA A LENHA DE MANACAPURÚ

O projeto UTL-MANACAPURU constitui-se de um complexo de geração/transmissão de energia elétrica, destinada a suprir os mercados de Manacapuru e Iranduba.

A Usina Termelétrica a Lenha de Manacapuru (UTIL-MANACAPUU) tem como objetivo a substituição de óleo diesel atualmente consumido nos grupos gera-

dores da localidade e ampliação da capacidade de geração do município para atender a crescente demanda.

A lenha destinada ao abastecimento da Usina será proveniente da floresta situada na estrada Manacapuru-Novo Airão a 16 Km do local onde será implantada a UTL e com uma superfície de 28.300ha.

Estrutura básica do Projeto

- Usina Macanapuru:
  Potência – 2 x 6MW
  Tensão Geração – 13.8KV
  Fonte energética – Lenha picada

- Subestações:
  Manacapuru – Elevadora – 13.8/69KV
  Potência – 2 x 3.75MVA

  Iranduba – Abaixadora – 69/13.8KV
  Potência – 2 x 3.75MVA

- Linha de Transmissão:
  Manacapuru – Iranduba –
  Tensão: – 69KV
  Extensão: – 72KM

- Interligador UTL/UTD:
  Tensão – 13.8KV
  Extensão: – 6Km

- Floresta:
  Área de exploração – 28.300ha
  Ciclo de Exploração – 24 anos
  Técnica de Exploração – rendimento sustentado

* NOT: UTD – Usina Termetrica a Diesel

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Inspeções de Segurança:

Realizamos inspeções de segurança nas agências de Codajás, Anori, Anamã, Novo Aripuanã, Borba, Nova Olinda, Silves, Itapiranga, São Sebastião do Uatumã, Urucará, Tefé, Alvarães, Caiambé, Itacoatiara, Parintins e Nhamundá, totalizando 127 empregados reciclados em segurança do trabalho.

Ampliação e Construção de Redes Aéreas de Distribuição:

Obedecendo à estratégia de reforçar os treinamentos e à fiscalização de serviços de ampliação e construção de redes aéreas de distribuição, que de momento constitui a atividade mais perigosa de nossa empresa, atuamos mais frequentemente nos projetos Parintins, Nhamundá e Anamã, onde un técnico da DAT estava à disposição do Departamento de Distribuição – DOD, participando nos trabalhos de seleção, recrutamento e treinamento da mão-de-obra contratada por serviços prestados.

Projeto de Recursos Humanos – CEAM/ELETROBRÁS:

Participamos dos trabalhos relativos ao Projeto de Recursos Humanos CEAM/ELETROBRÁS, elaborando as seguintes normas: Política de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, Norma para Aquisição e Distribuição de EPI/EPC e Norma e Segurança para Projeto, Construção e Operação de Usinas Térmicas a Óleo Diesel.

IPASEA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO AMAZONAS
– IPASEA –

Relatório/1988

O Instituto de Previdência e Assisténcia dos Servidores do Estado do Amazonas – IPASEA, autarquia responsável basicamente pela gestão da política previdenciária e assistencial dos servidores estatutários, teve, durante o ano de 1988, sua atuação dividida, em termos de atividades-fim, em três grandes áreas, a saber:

a) Ações de Saúde

b) Benefícios previdenciários

c) Assistência Habitacional

No que concerne à primeira, a despeito da redução externa dos serviços oferecidos aos beneficiários do Instituto, determinada pela cessação de contratos com entidades particulares, acordos reduzidos ao mínimo possível, verificou-se sensível acréscimo nos atendimentos, pelo próprio crescimento vegetativo do número de segurados e dependentes.

Cumpre referir os esforços desenvolvidos no sentido de se dar especial atenção ao aspecto da medicina preventiva, através do programa materno – infantil e do programa de vacinação, este também dirigido à população em geral e não somente à clientela previdenciária.

Nos aspectos dos benefícios previdenciários, merece especial destaque o aumento do valor das pensões que hoje se setuam ao nível mínimo de contraprestação do trabalho vigente no País, quando, antes, verificavam-se valores irrisórios.

Promoveu-se, também, a informatização do setor, através de acordos mantidos com a PRODAM, mas, utilizando-se, também, pessoal próprio, tudo com vista ao melhor atendimento dos segurados, não só quanto aos referidos benefícios, mas também quando aos auxílios natalidade e funeral, doação do óculos, reembolsos etc.

Na assistência habitacional promoveu-se a construção e inauguração de 4 conjuntos habitacionais no interior do Estado, prevista, para 1989, a inauguração de mais dois.

No que concerne à capital, encontram-se em fase final de construção dois conjuntos residenciais, totalizando 1.038 unidades.

Em 1989 pretende-se, para o setor de medicina preventiva, desenvolver os seguintes objetivos:

1. Enfatizar as ações de medicina preventiva, estendendo-se aos serviços odontológicos;

2. Dotar o Instituto de melhores condições quanto aos atendimentos de emergência, com a utilização de prédio próprio situado no Bairro da Cachoeirinha;

3. Melhorar o atendimento médico em geral com a utilização e ampliação dos próprios serviços de autarquia.

Apresenta-se, através de levantamento anexo, a posição estatística do que acima foi destacado.

DA PRESIDENCIA

I – Assinatura de Contratos, com a CEF para execução dos Programas Habitacionais visando a contemplar os servidores públicos na aquisição da casa própria tanto na capital como no interior do Estado na ordem de relativos aos conjuntos habitacionais:

Inaugurados e Comercializados

	Unidades
NOVO HORIZONTE (Itacoatiara)	200
NEGREIROS I e II (Maués)	200
NEWTON CABRAL (Manicoré)	130
MACURANY (Parintins)	171

Em fase de Construção e não comercializados

MUNDO NOVO (Manaus)	417
NOVA REPÚBLICA (Manaus)	621
JOÃO NOVO (Parintins)	276
PARQUE DAS MANGABEIRAS (Humaitá)	130

II. **Conjuntos Habitacionais em via de análise e aprovação pela CEF**

PARQUE DAS CASTANEIRAS (Tefé)	193
CONJ. NAIDE LINS (Coari)	215
CONJ. ITAMARATI (Manaus)	200
CONJ. JARDIM VERSALHES (Manaus)	307

III. **Centros Comunitários Construidos e Inaugurados**

CENTRO COMUNITÁRIO MACURANY (Parintins)
CENTRO COMUNITÁRIO NOVO HORIZONTE (Itacoatiara)
CENTRO COMUNITÁRIO VISTA BELA (Manaus)

Centros Comunitários e Sede de Representação do IPASEA em Fase de construção

CENTRO COMUNITÁRIO NEWTON CABRAL (Manicoré)
CENTRO COMUNITÁRIO JOÃO NOVO (Parintins)
CENTRO COMUNITÁRIO MUNDO NOVO (Manaus)
CENTRO COMUNITÁRIO MANGABEIRA (Humaitá)
SEDE REPRESENTAÇÃO FONTE BOA (Fonte Boa)

* OBS: Os Centros Comunitários são composto de:
- Quadra Polivalente
- Posto Médico Odontológico
- Parque Infantil
- 5 Boxes Comerciais .

Foram criadas as Representações Municipais em FONTE BOA e URUCARÁ; a primeira foi instalada e a segunda em via de instalação.

I. DIRETORIA DE AÇOES E SAÚDE

a) Coordenadoria dos Serviços Médicos

- Consultas médicas ambulatoriais internas das mais diversas especialidades 94.570
- Consultas médicas especiais 4.339
- Atendimento Programa Materno-infantil 5. 762
- Vacinação 3.517
- Exames Externos 6.940
- Consultas Externas 6.976
- Internações Hospitalares 2.785

FISIOTERAPIA

- Atendimentos internos fisioterápticos 47.855
- Atendimento externos fisioterápticos 401
- Exames laboratoriais internos 80.735
- Exames Radiológicos internos 9.242

b) Coordenadoria de Odontologia

- Atendimentos internos odontológicos 42.091

c) Coordenadoria do Serviço Social

- Número de atendimento Sociais 56.740

d) Coordenadoria de Emergência

- Atendimento dentário 1.552
- Atendimento médico 20.553

II. DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

a) Coordenadoria de Pessoal

- Número de Funcionários:

- Em efetivo exercício 852
- Licenciados 651
- Disposicionados 052

b) Coordenadoria de Contabilidade e Finanças
– Registro da Receita Orçamentária

- Prevista ..... NCz$ 731.000,00
- Excesso de Arrecadação ..... NCz$ 1.265.000,00
- Realizada ..... NCz$ 1.996.000,00

c) Coordenadoria de Serviço Gerais
– Manutenção e recuperação de veículos 07
– Aquisição de veículos novos 02
– E manutenção e recuperação de bens móveis e imóveis.

III – DIRETORIA DE PREVIDENCIA

Coordenadoria de Concessão e Manutenção de Benefícios
– Número de segurados inscrito 59.975
– Número de dependentes inscritos 85.896
– Número de Pensionistas 2.085

Benefícios Concedidos:
– Pensões Novas 173
– Pensões reincluídas 034
– Auxílio Funeral 138
– Doação de óculos 597
– Reembolso de passagens 239
– Tratamento Fora de Domicílio 584
– Auxílio de Natalidade 1.829
Benefícios cancelados:
– Pensaões canceladas 041
– Dependentes cancelados 159

IV – DIRETORIA DO SISTEMA HABITACIONAL
a) Coordenadoria de Engenharia
– Inauguração dos Conjuntos Habitacionais
- Novo Horizonte – Itacoatiara 200
- Negreiros I e II Maués 200
- Newton Cabral -Manicoré 130
- Macurany – Parintins 171

– Conjuntos em fase de construção:
– Mundo Novo – Manaus 417
– Nova República -Manaus 621
– João Novo – Parintins 276
– Parque das Mangabeiras – Humaitá 130

b) Coordenadoria de Movimentação de Recursos

- Repasses recebidos da CEF para os programas habitacionais: – NCz$ .3.356.717,61
- Pagamentos realizados para as empresas executoras dos programas: NCz$ 3.167.926,01

c) Coordenadoria de Administração de Créditos

- Unidades comercializadas 701
- Unidades à serem comercializadas . . . . . 1.444.

SHAM

SOCIEDADE DE HABITAÇÃO DO AMAZONAS
– SHAM –

Relatório/1988

Projetos em fase de conclusão

1. **Projeto CIDADE NOVA – 5º ETAPA – Habitação:**
   Com 1.200 unidades, constando dos núcleos 21,22,23 e 24, totalizando 42.600,00 m^2 de área construída, com 80% concluído.

2. **Projeto RENATO SOUZA PINTO – 2º ETAPA – Habitação:**
   Possui 24 unidades, localiza-se ao norte do conjunto Cidade Nova, totalizando 16.480,00 m^2 de área construída, sendo que 95% já foi concluída.

3. Projeto Promorar Alvorada:
   Baseado nos Projetos Pro-morar Coroado e Compensa, a SHAM buscou atender os anseios de aproximadamente 20.000 famílias dos Bairros Alvorada I,II e II, bem como de suas áreas de expansão, dotando-os de serviços de Infra-estrutura como terraplanagem e pavimentação, drenagem, rede de abastecimento de água, rede de energia elétrica, sistema de esgoto sanitário (fossa e sumidouro) e vários equipamentos comunitários tais como:
   - 04 Escolas
   - 04 Creches
   - 03 Postos Médicos
   - 02 Postos Policiais
   - 02 Feiras Cobertas
   - 02 Galpões Comunitários

   95% já foi concluído.

4. **Projeto Habitacional RIBEIRO JÚNIOR:**
   Localiza-se ao norte do Projeto Cidade Nova, com 482 unidades habitacionais e toda a infra-estrutura urbana (rede hidro-sanitária, energia elétrica, asfalto e escola), sendo já concluídos 95%.

5. **Empreendimento Habitacional Canaranas – Habitação:**
   Também localiza-se ao norte do Conjunto Habitacional Cidade Nova, com 500 unidades habitacionais, àrea unitária 40m^2 e 20.000 m^2 de área construída. Possui infra-estrutura para 1.000 unidades habitacionais com 60% já concluída, constando:
   Terraplenagem, pavimentação, drenagem, rede hidro-sanitária, energia elétrica, escola, creche, galpão comunitário, praça comunitária.

6. **Conjunto Habitacional AUGUSTO MONTENEGRO – Habitação:**
Localizado na Colônia dos Franceses, dispõe de 499 unidades habitacionais com 40,0m^2 de área unitária e 19.960 m^2 de área construída.

- **Infra-estrutura – (80% já concluída:)**

– Terraplenagem, pavimentação, rede hidro-sanitário, rede de drenagem de águas pluviais, rede elétrica escola padrão com play ground e quadra polivalente.

FUNDAC

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E APOIO COMUNITÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS
– FUNDAC –

Relatório/1988

1. APRESENTAÇÃO

A Fundação para o Desenvolvimento e Apoio Comunitário do Estado do Amazonas – **FUNDAC,** entidade autônoma vinculada ao Gabinete do Governador, passou a uma nova etapa em seu contexto de atuação no exercício de 1988, evidenciando sua importância e competência, adequando-se a tantos quantos desafios surgissem.

As ações da **FUNDAC** tornaram-se imperativas como instrumento governamental para enfrentar todas as questões advindas do Plano Social em nosso Estado.

Desenvolveu-se, no âmbito da **FUNDAC**, planejamneto estratégico e emergencial com o objetivo único de atender as diretrizes contidas na política estadual de Ação Comunitária. Os resultados foram altamente significativos e gratificantes.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

• DO MUTIRÃO HABITACIONAL

O Governo do Estado, através da **FUNDAC** firmou convênio com a **SEAC** – Secretaria Especial de Ação Comunitária, objetivando a materialirazação do Projeto de Mutirão Habitacional **"ARMANDO MENDES"**. O projeto inicial previa a construção de 3.000 casas, dotando de infra-estrutura uma área de invasão. Ao **GTOE** coube o arruamento, à Secretaria do Governo o cadastramento, distribuição de lotes e assentamento das famílias beneficiadas; a **FUNDAC** executou a construção das casas. Em decorrência das chuvas o Programa sofreu atraso na fase inicial de execução, quando se fez necessária a construção em regime de urgência de 251 casas para atender os flagelados.

A quantidade insuficiente de lotes e o alto custo de material de construção foram responsáveis pela construção de apenas 1.500 casas, metade do programado.

As 1.500 família contempladas passaram por criteriosa avaliação, dando-se prioridade àquelas que habitavam em condições sub-humanas. Na segunda etapa, e a partir dos mesmos critérios, as famílias restantes e participaram da construção de suas moradias doadas pelo governo. Atingiu-se, portanto, a meta pretendida de 3.00 casas, beneficiando 3.000 famílias comprovadamente carentes.

A equipe social permaneceu dando apoio e orientação nas áreas de saúde, educação, desporto e lazer, além de responder pela criação do Clube de Mães e a reestruturação da Asssociação de Moradores do Bairro.

• DO NOVO ISRAEL

Em março de 1988 a **FUNDAC** iniciou o trabalho de cadastramento e levantamento sócio-econômico no Km 10 da Estrada Manaus-Itacoatiara, localidade invadida ilegalmente, que recebeu a denominação de **"NOVO ISRAEL"**. Durante o ano de 1988 a **FUNDAC** realizou sindicâncias para comprovar a condição de carência da população invasora; regularizou lotes; estabeleceu, em conjunto com o **ITERAM**, a medida padrão dos lotes de 10x20 metros; realizou doações e desapropriou áreas ocupadas por especuladores não carentes.

• DAS COORDENADORIAS

A **FUNDAC** dispõe de Coordenadorias cujas equipe atuam nos mais diversos bairros de Manaus: São Jorge, Jardim dos Barés, Vila da Prata, Compensa I.II e III, Santo Agostinho, Santa Etelvina, Armando Mendes, Trancredo Neves, São José II, Zumbi dos Palmares, Aleixo, Aterro do Quarenta, Alvorada, Redenção, Bairro da Paz, Mauazinho, Lírio do Vale, Nova Israel, Joana D'Arc e Petrópolis.

São desenvolvidas inúmeras atividades das quais destacamos:

Área de Saúde – encaminhamento para exames laboratoriais, abreugráficos, oftalmológicos, internamentos hospitalares cirurgias, ligadura de trompas, além de despachos de receitas médicas.

– **Área de Identificação** – expedição da carteira de saúde, carteira profissional e carteira de identidade;

– **Área de Educação** – projeção de filmes educativos e históricos, palestras sobre "drogas causas e consequências" além de reuniões comunitárias, esclarecendo e orientanto sobre os órgãos estaduais e suas finalidades;

– **Área de Pesquisa** – levantamento sócio-econômico dos bairros carentes, diagnosticando as suas necessidades de infra-estrutura, abastecimento, saúde, lazer, segurança, transporte, urbanização, posto médico, escola etc.;

– **Área de lazer** –ruas de lazer em diversas comunidades carentes, com distribuição de prêmios.

Além de Manaus, a **FUNDAC** desenvolveu atividades de caráter social, particularmente na área de saúde, com a realização de mutirões em Manacapuru, Janauacá, Cacau Pirêra e Iranduba.

DAS REALIZAÇÕES E EVENTOS

- Criação, estruturação e legalização de Associação de moradores Clube de Mães etc.;
- Programa de Alimentação dos Bairros com a redistribuição de alimentos;
- Distribuição de 40.000 brinquedos no Dia da Criança;
- Cadastro, seleção e entrega de passes para idosos;
- Reunião frequente com as mais diversas comunidades;
- Distribuição de medicamentos.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE REALIZAÇÕES/88

ÍTEM	D E S C R I Ç Ã O	LOCAL	QUANT.
01	Expedição de Documentação (CI,C de Saúde), CTPS.	Manaus	21.112
02	Atendimento Médico e Odontológico	Manaus	20.019
03	Doação de terrenos	Manaus	5.500
04	Construção de casas em regime de Mutirão	Manaus	3.000

ÍTEM	D E S C R I Ç Ã O	LOCAL	QUANT
01	Atendimento Médico Odontológico	Manacapuru Janauacá Cacau Pirera e Iranduba	9.154

PG E

PROCURADORA GERAL DO ESTADO
– PGE –

Relatório/1988

A Procuradoria Geral do Estado é o órgão superior do Sistema de Apoio Jurídico Estadual, subordinado diretamente ao Governador do Estado, tem e considera-velmente crescido na organização e melhoria de seus serviços técnico-jurídicos, proporcionados a todos os órgãos da administração do Poder Executivo, em forma de:

- Orientação oral, pareceres e pronunciamentos escritos;
- Elaboração de atos e contratos administrativos;
- Cobrança de dívida ativa do Estado.

Para a execução de suas atividades-fim, a Procuradoria Geral do Estado dispõe dos seguintes órgãos:

1. PROCURADORIA JUDICIARIA COMUM
   Para defesa dos interesses do Estado do Amazonas junto aos tribunais locais ou superiores, nas causas comuns, por ação própria ou integrando, como parte, nas ações movidas contra o Estado.
2. PROCURADORIA DO PATRIMONIO IMOBILIARIO
   Para defesa e resguardo dos interesses do Estado, na área do seu patrimônio imobiliário, seja através de peças apresentadas em Juizo e acompanhamento dos feitos, seja por intermédio de pareceres e orientações, nas desapropriações, incorporação de glebas ao patrimônio fundiário público, regularização de próprios públicos e nas questões de limites e divisas com os Estados vizinhos.
3. PROCURADORIA DO PESSOAL TEMPORARIO
   Para defesa dos interesses do Estado (dos ógãos da Administração Direta e Indireta), junto aos Tr unais do Trabalho, nas questões referentes a servidores filiados ao regime jurídico trabalhista. A par da defesa judicial, assessora e orienta os setores de pessoa l dos órgãos públicos, na solução administrativa de controvérsias e regularização de situações funcionais no regime especial de trabalho.
4. PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
   Exerce, predominantimente, as funções de superior assessoria e consultoria dos órgãos da administração Estadual, em matéria de Direito Administrativo, exceto questões de pessoal. Tem ainda atribuição de examinar e autenticar ajustes e contratos administrativos e os processos de licitação pertinentes.
5. PROCURADORIA DO PESSOAL ESTATUTARIO
   Examina e aprecia todos os assuntos e questões atinentes ao pessoal do regime estatutário, que lhe são postos pelo Governo do Estado ou pelos dirigentes dos órgãos públicos.

6. PROCURADORIA FISCAL

Representa e defende judicialmente os interesses da Fazenda Pública, em todos os feitos que digam respeito à matéria fiscal ou tributária. Funciona também na área de assessoria e no processo administrativo fiscal, com representante junto ao Egrégio Conselho de Recursos Fiscais.

7. ORGAO AUXILIARES

a) Centro de Estudos Jurídicos

Aperfeiçoamento intelectual do pessoal técnico (os Procuradores do Estado) e do administrativo (os servidores de apoio administrativo). Tem a responsabilidade de editar e distribuir a Revista da Procuradoria Geral do Estado, e de outras publicações de interesse do Sistema de Apoio Juriçdico Estadual.

b) Coordenadoria de Articulação do Sistema de Apoio Jurídico

Articula-se com os órgãos em prestação de serviços jurídicos, fornecendo orientações predominantes do trbalho da PGE e, no que couber, jurisprodência administrativa e decisões judiciais.

P.G.J

PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
– PGJ –

Relatório/1988

No exercício de 1988 a administração atual do Ministério Público do Estado do Amazonas conduziu a Instituição no sentido de alcançar a plena consecução de sua atividade-fim, intensificando a atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, Curadorias Especiais e a Procuradoria Geral de Justiça, com vistas ao melhor desempenho da missão maior do Ministério Público, de velar pelo fiel cumprimento da Lei.

O Ministério Público do Estado do Amazonas avançou no desenvolvimento de sua atividade em busca da promoção do equilíbrio social através da vigilância da precisa aplicação da Lei pelos Tribunais e pela Administração, impedindo, dessa forma, lesões a direitos individuais e garantindo a defesa do interesse social e da comunidade.

A Ação do Ministério Público na Área Judicial e Extrajudicial

A atividade forense do Ministério Público desenvolveu-se regularmente na capital e no interior do Estado, ali com apenas 18 Promotores em virtude da existência de vagas, mas designados, periódicamente, para cobrir a Promotoia vizinha, o que oferecerá oportunidade, em breve, do controle pelo Ministério Público, de todos os processos distribuídos entre as Comarcas, atualizados até dezembro de 1988, mediante ação dos órgãos da instituição.

No âmbito extrajudicial foram mantidas as Curadorias de Defesa Social e Controle Externo da Atividade Policial, ambos em fase de implantação, a exigirem melhor desenvolvimento para atingir a plenitude de seus ojetivos. Promoveu-se a realização do Estágio do Ministério Público, em 1988, com estudantes do Curso de Direito e Bacharéis da área, visando a dar apoio às Promotorias de Justiça, especialmente no que se refere ao controle dos autos de processos e o seu andamento, não só integrando a Universidade à sociedade.

Manteve o fluxo de reuniões técnicas com o objetivo de assegurar o desempenho tanto da capital como no interior do Estado, tendo o seu número atingido o somatório de 37, reunindo membros de 1ª e 2ª Entrância.

Publicações

1. Índice Jurisprudencial do Supremo Tribunl Federal e Tribunal Federal de Recursos (Penal).

   Índice de matéria penal e Processual Penal, contendo decisões do Supremo Tribunal Federal de Recursos referentes ao período de 01.02.85 a

25.06.87, utilizado para consulta diária pelos membros do Ministério Público.

2. Ementário Jurisprudencial Penal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (no prelo).

3. Ementário Jurisprudencial Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (no prelo).

Correições

Foram procedidas no correr de 1988, Correições e Inspeções de controle em todas as Comarcas do Interior e Varas da Capital, algumas dependendo de conclusão mas que deverão estampar a situação fidedigna da atividade forense em todo o Estado, trabalho que vem exigindo exaustiva ação dos membros do Ministério Público, acumulando atividade e ocupando seus períodos de férias para conclusão desse objetivo, o que garantirá ao Ministério Público complera consciência e responsabilidade no domínio dos autos, possibilitando planejamento.

Apoio à Procuradoria Regional Eleitoral da República

Nas eleições de 1988, atendendo solicitação do Excelentíssimo Sr. Procurador Geral da República, foram designados Promoores para todos os Municípios e para todas as Zonas Eleitorais da capital, cuja atividade foi desempenhada com normalidade e êxito, não se registrando qualquer irregularidade capaz de exigir atenção do Procurador.

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS
https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM